

SUZANA BITENCOURT

CASTELOS DE AREIA

O turismo de litoral em Florianópolis (1930-1980)

Florianópolis, 2005

SUZANA BITENCOURT

CASTELOS DE AREIA

O turismo de litoral em Florianópolis (1930-1980)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas como requisito à obtenção do Grau de Mestre em História Cultural.

Universidade Federal de Santa Catarina

Orientador Prof. Dr. Valmir Francisco Muraro

Co-Orientadora Prof^a. Dr^a. Sílvia Fávero Arend

Florianópolis, 2005

SUZANA BITENCOURT

Castelos de Areia: o turismo de litoral em Florianópolis (1930-1980)

Esta Dissertação foi julgada e aprovada, em sua forma final, para obtenção do título de MESTRE EM HISTÓRIA DO BRASIL, no Departamento de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, ____ de _____ de 2005.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Valmir Francisco Muraro
Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Sílvia Fávero Arend
Universidade do Estado de Santa Catarina

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. João Batista Bitencourt
Universidade do Extremo Sul Catarinense

Para Ricardo e Renan, cujo
afeto e interesse aliviaram esta
trajetória.

AQUI NA ORLA DO MAR

Fernando Pessoa

Aqui na orla da praia, mudo e contente do mar,
Sem nada já que me atraia, nem nada que desejar,
Farei um sonho, terei meu dia, fecharei a vida,
E nunca terei agonia, pois dormirei de seguida.

A vida é como uma sombra que passa por sobre um rio
Ou como um passo na alfombra de um quarto que jaz vazio;
O amor é um sono que chega para o pouco ser que se é;
A glória concede e nega, não tem verdades a fé.

Por isso na orla morena da praia calada e só
Tenho a alma feita pequena, livre de mágoa e de dó,
Sonho sem quase já ser, perco sem nunca ter tido,
E comecei a morrer muito antes de ter vivido.

Dêem-me, onde aqui jazo, só uma brisa que passe,
Não quero nada do acaso, senão a brisa na face;
Dêem-me um vago amor de quanto nunca terei.
Não quero gozo nem dor, não quero vida nem lei.

Só, no silêncio cercado pelo som brusco do mar,
Quero dormir sossegado, sem nada que desejar,
Quero dormir na distância de um ser que nunca foi seu,
Tocado do ar sem fragrância da brisa de qualquer céu.

RESUMO

As articulações para a inserção de Florianópolis na rota do turismo de litoral, teve seu início nas primeiras décadas do século XX, momento em que a Ponte Hercílio Luz, o Hotel Majestic e o Hotel Balneário de Canasvieiras, três construções contemporâneas passaram a representar o elo definitivo cujo resultado inseriria a capital de Santa Catarina na rota do sol e lazer.

No presente estudo, as referidas iniciativas da década de 1930, são tomadas como marco fundador dos incentivos públicos para do turismo de litoral na Ilha de Santa Catarina que, aliadas a outras medidas tencionavam transformar a região norte em território de excelência para a captação de turistas interessados no lazer de litoral. A partir da década de 1950, observam-se novas medidas motivadas pelas instâncias municipais e estaduais, que aliadas aos primeiros passos foram transformando a cidade, fazendo com que Florianópolis conhecesse, anos mais tarde, o *boom* do turismo de litoral com a chegada de inúmeros turistas argentinos.

Com tais iniciativas e tantos outros alardes, Florianópolis passou a compor o cenário de intenções cujas relações de força uniam a iniciativa privada e a iniciativa pública em um mesmo projeto, fazendo despertar nos florianopolitanos um certo gosto pelo mar, alterando sensivelmente a percepção das populações em relação à cidade.

Palavras-chave: Turismo; Urbanização; Políticas Públicas; Hotelaria.

ABSTRACT

The articulations to put Florianópolis in the coastal tourism rote began in the first decades of the 20th century, in a moment that the Hercílio Luz Bridge, the Hotel Majestic and the Hotel Balneário de Canasvieiras, three contemporary constructions, started to represent the definitive link which result would insert the capital of Santa Catarina in the sun and leisure rote.

In the present study, the referred initiatives of the 1930 decade are taken as the landmark of the public incentives for the coastal tourism in the Santa Catarina Island that with other steps tensioned to transform the Northern region in a territory of excellence for the capture of tourists interested in the coastal leisure. Since the 1950 decade, we observe new steps motivated by the municipal and estadual resorts that with the first steps were changing the city, making Florianópolis to know, years later, the coastal tourism *boom* with the arrival of a countless number of Argentineans.

With such initiatives and so many other markets, Florianópolis started to consist in the scenario of intentions which strength relations united the private and the public enterprises in the same project, arousing in the Florianópolis citizens some pleasure for the sea, changing noticeably the population's perceptions about the city.

Keywords: Tourism; Urbanization; Public Politics; Hospitality Service.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Mapa atual redesenhado conforme indicação dos moradores de Canasvieiras.....	18
Figura 2 -	Casa do Império. Ao fundo, Igreja São Francisco de Paula	24
Figura 3 -	Mapa de Canasvieiras	26
Figura 4 -	Casa de pedra e casa de pau-a-pique em Canasvieiras	31
Figura 5 -	Casal trazendo animais da praia, na década de 1950	41
Figura 6 -	Caderneta de Pesca de 1941	56
Figura 7 -	Hotel Balneário de Canasvieiras em construção.....	64
Figura 8 -	Hotel Balneário de Canasvieiras	73
Figura 9 -	Vista aérea de uma parte do balneário na atualidade	76
Figura 10 -	Moças na Praia de Canasvieiras em 1960	83
Figura 11 -	Moças e rapazes na Praia de Canasvieiras em 1960	83
Figura 12 -	Banho de sol em 1960	84
Figura 13 -	Vista aérea do primeiro loteamento de Canasvieiras em 1960	94
Figura 14 -	Vista aérea de Canasvieiras em 1990.....	105
Figura 15 -	Foto de um baile no Hotel Holiday Center	111
Figura 16 -	Imperialismo Argentino	119
Figura 17 -	Charge	120
Figura 18 -	Praia de Canasvieiras, década de 1980.....	131
Figura 19 -	Banho de sol na Praia de Canasvieiras, década de 1980.....	131
Figura 20 -	Exemplar de menu	133
Figura 21 -	Nova Linguagem do Balneário	134
Figura 22 -	Famílias em destaque na Praia de Canasvieiras	139
Figura 23 -	Colunáveis em Canasvieiras	139
Figura 24 -	A pesca artesanal em Canasvieiras -1970	142
Figura 25 -	Cartilha de sugestões	145

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 TRAVESSIA	16
1.1 A Trinca	16
1.2 Aforismos do Pirão com Peixe	34
1.3 As Parteiras e Outros Trabalhos	44
2 ESBOÇANDO A MODERNIDADE	60
2.1 A Magia do Futuro	60
2.2 O Mar, Sensível Diferença!	77
2.3 A Titularidade das Terras	84
3 A CAMINHO DA PRAIA	106
3.1 Tênues Vínculos	106
3.2 Um Mar de Muitos Usos	123
3.3 O Turista Morador	135
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
REFERÊNCIAS	156
ANEXOS	164
Anexo A - Projeto de Lei Municipal que Regulamentou o Loteamento em 1956.....	164
Anexo B - Projeto de Loteamento de Autoria da Iniciativa Privada	165
Anexo C - Projeto de Loteamento de Autoria da Iniciativa Pública	166

INTRODUÇÃO

*"Os historiadores são pessoas perigosas. São capazes de transformar tudo".
Nikita Khrushchev*

A historiografia brasileira e, em sua esteira, a historiografia catarinense se encontram em um momento peculiar no cenário nacional, propulsoras de inferências cujo resultado apresenta múltiplas facetas, haja vista que estão constantemente repensando, revisando e retomando posturas acadêmicas frente aos objetos de pesquisa.

Na atualidade, as historiadoras e historiadores abandonaram a pretensão de juntar todos os fatos que, aliados às suas provas, comporiam o conhecimento total sobre determinado tema. Anteriormente, as pesquisas em história lançavam mão de instrumentos de investigação que diziam respeito a modelos de produção, de crescimento econômico, de identificações sociológicas, de análises quantitativas e demográficas. Tais instrumentos possibilitavam uma visão linear dos acontecimentos. Hoje, entretanto, examinar um processo histórico tomando por base um contexto possível de investigação implica procurar contemplar várias facetas de um todo. Transformá-lo em pedra de toque sugere levar em conta suas rupturas e continuidades, onde a problematização das questões levantadas mascaram um único fato e um único sujeito para descortinar possíveis caminhos dos quais surgem outros múltiplos sujeitos.

Os historiadores dos *Annales*¹ foram os responsáveis por tal alteridade que não somente contribuiu com o léxico conhecido da história, mas também criou uma linha imaginária entre *história* e *nova história*.

O resultado desta pesquisa, apresentada na forma de dissertação de mestrado, ancorou-se nesta perspectiva: analisar as motivações do governo do Estado de Santa Catarina para inaugurar um hotel na longínqua Praia de Canasvieiras, em 1930, cuja intenção era transformar a região em uma estação balneária, objetivando receber famílias interessadas no lazer de litoral. Tal iniciativa é tomada nesta pesquisa como o marco fundador do turismo em Florianópolis. Em conformidade com o exposto, observa-se também a implantação de um projeto de urbanização iniciado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis quando, na década de 1950, requereu terras na região norte da Ilha, junto ao antigo Instituto da Reforma Agrária de Santa Catarina – IRASC, procurando dar continuidade ao referido projeto de urbanização para a orla marítima, momento em que patrocinava, em certa medida, as concretizações necessárias no sentido de viabilizar os interesses imobiliários relacionados ao turismo.

Embora os investimentos remontem a meados do século XX, necessitou-se também investigar o contexto econômico e social relativo à comunidade de Canasvieiras. Todavia, quando se volta o olhar para o cotidiano dessas fundações antigas, poucos documentos são encontrados. É como se aquelas sociedades não possuíssem propriamente uma história, ou seja, é como se as fundações coloniais no sul do Brasil ocorressem obedecendo a um mesmo formato e as comunidades interioranas tivessem se desenvolvido sob traços gerais. Isto equivale a dizer que, partindo-se apenas dos documentos oficiais que registram os fatos e acontecimentos referentes à Freguesia de São Francisco de Paula de Canasvieiras, não se teria

¹ Atribui-se aos fundadores da *Revista Annales*, criada na França em 1929, uma parcela do que se chama, “nova abordagem na historiografia”. Os intelectuais fundadores da revista encorajavam as inovações na escrita da história. Disso resultou o que, por convenção, denominamos *nova história*, a qual segundo Peter Burke, diferencia-se da *história tradicional* em parte porque, no paradigma tradicional, a história se ocupa mais da política enquanto que a nova história se ocupa de todas as atividades que fazem parte das sociedades humanas. BURKE, Peter. *A escrita da história*. São Paulo: Unesp, 1992, p. 7-37.

construído uma história que correspondesse às relações socioeconômicas que permeavam aquela sociedade. Isto também equivale a dizer que, em certa medida, a história de Canasvieiras igualmente esteja submetida à história dita geral.

Procurando justamente o diferente, tomou-se, nesta pesquisa, outras fontes. Para tanto, no intuito de compor o primeiro capítulo, várias entrevistas foram realizadas com os moradores, em especial aqueles mais idosos, cuja data de nascimento remonta às primeiras décadas do século XX. Através das narrativas deles, foi possível transitar pela economia, pelas relações sociais e pelo cotidiano da comunidade. Buscou-se, então, montar o cenário, não perdendo de vista o pano de fundo elementar, ou seja, o referido processo de urbanização pelo qual passou a orla marítima, identificando e analisando as mudanças pelas quais passou a comunidade até se tornar um balneário de porte internacional. Assim, aproximando as fontes oficiais com os relatos, procurou-se construir uma narrativa sobre as transformações sociais e espaciais que ocorreram. Tal cruzamento de fontes, além de possibilitar uma melhor visibilidade a respeito das transformações, permitiu o ecoar das vozes dos moradores. Assim, uma chuva de novidades e informações, um mar de lembranças emergiu das memórias dos personagens, demonstrando que a história daquela antiga Freguesia fora ricamente diversificada.

Observou-se que as questões levantadas para composição do primeiro capítulo suscitaram outros aspectos e, com novos indicativos, buscou-se outras fontes apontadas, cujas narrativas se tornaram imprescindíveis contribuindo muito com este resultado. As entrevistas destacadas nesta pesquisa foram preparadas levando em conta um encontro de caráter informal previamente marcado, normalmente nas próprias residências dos entrevistados, onde se aplicava um roteiro de questões. Verificou-se, durante os encontros, o despontar de um certo orgulho dos participantes da pesquisa em fazer parte da escrita da história da comunidade. Possivelmente, a oportunidade de refletir sobre o cotidiano social vivenciado,

objetivando transformá-lo em história², levou-os também a investir neste estudo, motivando-os a indicar novos personagens a serem procurados, bem como a disponibilizar documentos pessoais que, confiados ao acervo desta pesquisa, igualmente contribuiriam grandemente com este resultado. Quer-se com isso dizer que os referidos relatos foram priorizados porque mostraram uma visão muito própria dos acontecimentos, além de demonstrarem que as relações sociais e econômicas continham certa complexidade. Da mesma forma, a memória³ presente especialmente nos relatos dos idosos de Canasvieiras porque comentou, explicou, ampliou, recorreu às narrativas voluntárias e involuntárias⁴. A história, por sua vez, porque escreveu, escreveu para não morrer.

O segundo capítulo concentrou-se, de modo especial, às iniciativas acerca da obra de construção do hotel. Para tanto, outros personagens externos à comunidade foram buscados, no sentido de procurar identificar outras opiniões a respeito do significado da obra inovadora. Debulhando as narrativas colhidas e comparando-as com as notícias de jornais da época, buscou-se também inferir sobre o impacto que a obra representou na sociedade florianopolitana, assim como se investigou em que medida a referida construção alterou a

² Jacques Le Goff, prefaciando o livro “Apologia da História” de Marc Bloch, lembra que a grande virtude deste autor estaria na sua perspicácia em analisar os acontecimentos diferentemente do que fazem os jornalistas, ou seja, conduzidos pelos fatos onde “mesmo os melhores jornalistas permanecem colados ao acontecimento”. Neste caso especificamente, o desafio constituía-se em procurar o distanciamento necessário, pois que os personagens muitas vezes eram os próprios autores da história, especialmente considerando que, em certa medida, tais relatos também fazem parte da minha própria história de vida, uma vez que cresci acompanhando algumas mudanças. Ou seja, estranhar meu próprio cotidiano me levou a buscar o sentido das referidas transformações.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 159.

³ Assim como o passado não é história, mas um de seus objetos, também a memória não é história, mas igualmente pode ser tratada como um de seus objetos. Sobre este tipo de abordagem referente à história e memória, ver: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4 ed. São Paulo: Unicamp 1996.

⁴ Jeanne Marie Gagnebin disserta sobre a chave da estética proustiana no *Em Busca do Tempo Perdido*, destacando o conhecido episódio: “voltando para casa numa noite fria de inverno Proust aceita a oferta da sua mãe de lhe preparar um chá com um bolinho seco, *Madeleine* [...] no primeiro gole algo mágico acontece, ele vê luz, sente calor, alegria, um prazer intenso”. Essa lembrança involuntária o remete para a infância quando visitava sua tia-avó nas tardes e domingo, em sua casa de veraneio na França. Nas narrativas dos idosos de Canasvieiras, a lembrança voluntária esteve sempre às voltas com a lembrança involuntária. Em muitos momentos, as perguntas foram respondidas ao inverso, demonstrando um desejo latente de relembrar algo que aquela questão específica teria desencadeado. Outras vezes, a questão foi simplesmente negada em detrimento de outra, trazida à tona em função do assunto levantado.

GAGNEBIN, Jeane M. *O rumor das distâncias atravessadas*. In: _____ Remate de Males: Revista do Departamento de Teoria Literária, nº 22, São Paulo: Unicamp: Campinas, 2002, p.111 – 128.

frequência dos moradores de Canasvieiras e Florianópolis em relação ao mar. Em uma segunda parte, ainda no mesmo capítulo, procurou-se analisar as questões relativas à distribuição das terras, enfatizando o tratamento a respeito das questões de titularidade do território litorâneo. No referido contexto, tornaram-se melhor focalizados os personagens externos incentivadores da idéia de urbanização que, comparados com os depoimentos internos, lograram conflitos de interesses no cenário estudado, demonstrando as maneiras pelas quais se iniciou a especulação imobiliária no local, amplamente discutida na atualidade.

No terceiro capítulo, procurou-se identificar e analisar as mudanças juntamente com toda a polêmica observada nos jornais da cidade a respeito da nova modalidade de diversão: o turismo de litoral, cuja representação passou por um tratamento denotado na imprensa, posto que a referida maneira de diversão contém certos códigos relativos à postura que irão influenciar o conceito de frequência à beira-mar. A partir de então, observou-se o surgimento dos primeiros turistas argentinos, cujos hábitos e costumes provocavam certos estranhamentos nos cidadãos. Além disso, procura-se destacar os indícios discursivos no sentido de capacitar os trabalhadores vinculados ao turismo, visto que uma outra linguagem tomara a cidade durante as temporadas de verão. Aliado a este novo personagem do litoral - *o turista argentino* -, analisa-se o surgimento, no território litorâneo de Canasvieiras, de uma nova categoria, ao que se denomina, para aquele caso específico, de *o turista morador*, cujos hábitos e costumes, notadamente passaram a ser compreendidos por alguns moradores como um reflexo onde se espelhar.

Sabendo que o processo de transformação ocorrido no local necessitou de tempo para que sua aplicação alcançasse os primeiros objetivos, visto que somente apenas a partir da década de 1960, com os investimentos públicos na infra-estrutura do território, é que se percebeu certa movimentação turística resultante daquele início pioneiro em 1930, considera-se que apenas a partir da década de 1980, com a invasão turística, fenômeno amplamente

percebido em Canasvieiras com a chegada de inúmeros argentinos, é que se pode compreender tal projeto urbano como efetivamente concretizado. É por isso que, sendo o balizamento temporal uma das necessidades metodológicas da pesquisa em história, neste caso também necessitou contar com certa longevidade, pois que, partindo do ano de fundação do hotel até às concretizações infra-estruturais pelas quais passou o território, obtém-se melhor visibilidade daquele projeto de adequação da orla marítima norte, com vistas a receber turistas das mais variadas regiões brasileiras assim como de outros países.

Cumprir dizer que o sentido da história que atravessa esta dissertação consiste em buscar as evidências do problema, trançando as pistas encontradas às reflexões perseguidas, fluindo análises e sedimentando inferências. Assim, procurou-se, neste *castelo de areia*, lançar uma narrativa compartilhada com as abordagens da atual historiografia, produzindo uma representação⁵ possível, um conhecimento provável, a respeito da transformação de Canasvieiras em balneário internacional, identificando e analisando as tensões, as apropriações e os impactos vivenciados pelos moradores e os cidadãos em relação ao litoral norte da Ilha.

⁵ Investe-se em reflexões sobre épocas passadas a partir de preocupações que dizem respeito à atualidade, procurando responder as inquietações próprias do tempo presente. CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*. São Paulo, 1991, p. 173-191.

1 TRAVESSIA

1.1 A Trinca

Ele era muito velho para passar por isso. Era humilhante aquela situação. Amarrado na cadeira onde jazia sentado com aqueles dois lhe dizendo desaforos que jamais ouvira antes. Era o fim e isso o tornava muito constrangido, sentimento este que o deixava em estado de alerta porque alimentava o ódio e a vingança reservada para aquelas criaturas tão escuras quanto aquele prenúncio de noite. Os dois homens, ainda antes de fugirem, passaram no engenho para pegar o que comer e o fizeram de assalto já que os demais negros não os apoiavam. Apesar destes não apoiarem aqueles, também não reagiram na defesa daquele que era o senhor de todos ali, porque isso seria demais. O dia já tocara o seu termo e a sorte dos dois revoltos estava lançada. Embrenharam-se na noite, seguindo pela Rua Velha, mas não enxergavam quase nada, pois as casas eram afastadas umas das outras ao longo daquela vila e a luz de lamparina, presença marcante nos aposentos, não permitia iluminação suficiente, a não ser no próprio recinto.

Nessa época, ninguém andava pela Rua Velha, sem trazer nas mãos uma tocha, uma lamparina, qualquer coisa que identificasse o caminho ou que ajudasse a evitar ataques de animais. Mas os dois não queriam fazer alardes, por isso andavam assim, desprovidos e apressados. Logo em seguida da fuga, “Negro Quito” e outros partiram em socorro do velho e o desamarraram. Este, por sua vez, encilhou o melhor cavalo que tinha e partiu perseguindo os fugitivos. Por sorte, logo os alcançou e os trouxe amarrados pelo pescoço de forma que a corda, presa em volta da cela do cavalo, permitia vigia-los cuidadosamente. Agia sozinho.

Durante o percurso de volta, pôde perceber que não estava muito longe de casa. Agora, muito mais calmo, acariciou a crista do seu cavalo como uma maneira de agradecer o esforço empreendido, todavia não descuidava dos negros presos na lateral do cavalo que caminhavam cabisbaixos. Olhava pelo canto dos olhos, desejando quebrá-los ao meio. Via apenas o vulto deles, não conseguia detalhar nada, uma vez que a noite era mais escura do que de costume.

Chegando na propriedade, prendeu os dois numa laranjeira e os surrou até aliviar todo o ódio que sentia. Contudo, teve o cuidado de trazer os outros negros para assistirem o que acreditava fosse um espetáculo. Enquanto chicoteava, jurava em pensamento que venderia aqueles escravos ruins ao primeiro barco que ancorasse no porto de São Francisco⁶.

O porto de São Francisco representou um entreposto importante entre o norte da ilha de Santa Catarina e Desterro/Florianópolis⁷ na virada do século XIX para o XX. Por ele, a produção agrícola e pesqueira era constantemente escoada para o mercado público da cidade. Segundo Virgílio Várzea,

[...] uma dessas casas de negócios da roça [ficava] próximo ao Porto do Rio [...] e atraía os roceiros que vinham das Freguesias e arraiais vizinhas, vender aí mesmo ou fazer embarcar para a cidade suas mercadorias. Havia certo número de canoas singrando constantemente abarrotadas de carga entre a capital e Canasvieiras⁸.

O autor menciona também um afluente interiorano que, ao navegá-lo, se chegava diretamente à Freguesia de Nossa Senhora das Necessidades, Santo Antônio de Lisboa,

⁶ A história narrada sobre Canasvieiras, no início do século XX, foi retirada das lembranças dos idosos do lugar, quando indagados sobre o cotidiano que vivenciavam naquele local. Nesse caso em especial, em entrevista concedida para esta pesquisa, o senhor Carlos Mateus da Silva, contou histórias do avô. As entrevistas destacadas neste capítulo compõem as fontes desta dissertação de mestrado e estão disponibilizadas no acervo do Laboratório de História Oral da Universidade Federal de Santa Catarina.

⁷ Um século não termina quando começa o outro. Não se pretende aqui discutir toda a complexidade em torno da mudança do nome da cidade. Apenas comentar rapidamente que a palavra *desterro* possuía uma carga pejorativa muito forte porque lembrava os degredados e condenados. Motivado pelos novos tempos republicanos, o então Governador Hercílio Pedro da Luz, no seu primeiro mandato, 1894/1898, alterou o nome da cidade de Desterro para Florianópolis em homenagem a Floriano Peixoto. Contudo, alguns anos antes, precisamente em 1888, o Jornal *O Comércio* já defendia a alteração do nome para Ondina, cuja figura mitológica tinha relação com a água, o peixe e o mar. Houve também o desejo de alterar para Baía Dupla, em função do posicionamento geográfico que a Ilha ocupa.

CHEREM, Rosângela, M. *Caminhos para muitos possíveis: Desterro no final do Império*. Dissertação de Mestrado em História. USP, São Paulo, 1994.

⁸ VARZEA, Virgílio. *Santa Catarina – A Ilha*. Florianópolis: Lunardelli, 1985, p. 103.

destacando que a navegação por aquele afluente era mais segura, pois dispensava a travessia em mar aberto. Neste caso, refere-se ao canal da Ponta Grossa, mais conhecido como Forte São José da Ponta Grossa. Todavia, destacou que as embarcações que por lá navegavam eram de pequeno e médio porte.

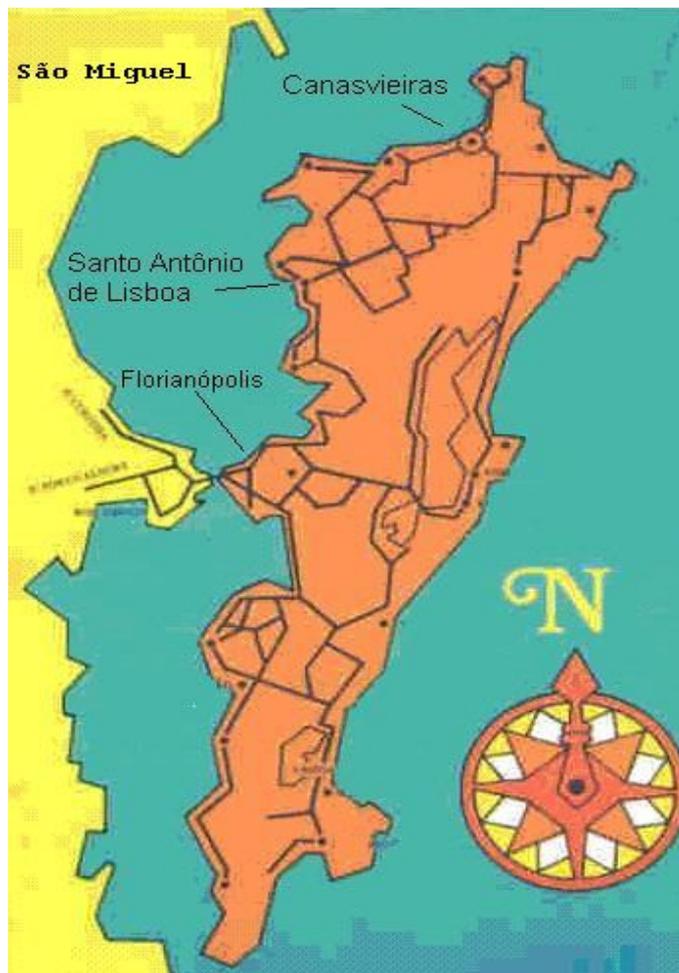


Figura 1 – Mapa atual redesenhado conforme indicação dos moradores de Canasvieiras, demonstrando o escoamento dos produtos agrícolas comercializados na época.

Fonte: IPUF, Guia Digital de Florianópolis, 2001.

A Freguesia de São Francisco de Paula de Canasvieiras, fundada em 1835, foi uma das peças que compôs o cenário de intenções da coroa lusitana em marcar seu domínio territorial no sul do Brasil. Com a vinda de imigrantes do distante arquipélago dos Açores, foram fundadas várias Freguesias: Lagoa da Conceição, Nossa Senhora das Necessidades (Santo Antônio de Lisboa), em 1750; Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão, em 1831. À

medida que a população foi aumentando e outras levadas de imigrantes portugueses iam chegando, novas Freguesias foram sendo fundadas, sendo que, no século XIX, já eram dez no total⁹. No ano de 1835, Canasvieiras elevou-se à condição de Distrito¹⁰, tendo como padroeiro São Francisco de Paula, e desmembrando-se assim da Freguesia de Nossa Senhora das Necessidades de Santo Antônio de Lisboa. Entretanto, somente em 1843, tornou-se Freguesia, uma das seis mais antigas da Ilha que, na época, também era conhecida por São João Batista. Posteriormente foi elevada à vila, sede de um novo município, pela Lei Provincial nº 838, de 2 de maio de 1877, mas não chegou a instalar-se. Sua sede foi elevada à categoria de vila pelo Decreto Lei Estadual de nº 86, de 31 de março de 1938.

O termo *Freguesia* empresta sentido a uma povoação antiga sob o aspecto eclesiástico e era, na época das fundações portuguesas coloniais no sul do Brasil, uma célula administrativa menor que pertencia à Coroa que a representava. Esta forma de governo era muito comum na Espanha e Portugal e, como o próprio nome já anuncia, consistia em uma proteção, um apadrinhamento da Coroa em relação à colônia.

O já citado Virgílio Várzea, escrevendo sobre sua viagem à Ilha, lembra que, durante o século XVII para o XVIII, a distribuição dos “colonos prestimosos” que teriam iniciado a indústria de panos possibilitou o surgimento da “indústria de tecidos de algodão e linho que logo passou a exportar para o Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Tal atividade econômica fez surgir “as melhores povoações, hoje convertidas em cidades, vilas e freguesias”¹¹.

Apesar dessa forma de governo ter sido implantada na época da colonização portuguesa no Brasil, no litoral sul do País e especificamente na Ilha de Santa Catarina, as fundações coloniais que culminaram em uma Freguesia não ocorreram todas ao mesmo tempo. Foi um processo paulatino, da mesma forma que as terras ocupadas não se tornavam

⁹ CENTRO DE ESTUDOS CULTURA E CIDADANIA. *Uma cidade numa ilha: Relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina – CECA*. Florianópolis, Insular, 1997. p 45.

¹⁰ IBGE. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro, 1959. v. 32.

¹¹ VARZEA, Virgílio. *Santa Catarina – A Ilha*. Florianópolis: Lunardelli, 1985, p 10-11.

uma Freguesia logo de início, gozando assim das prerrogativas que o laço jurídico pressupõe. Pelo que os documentos¹² informam, somente a partir de muitas solicitações é que algumas comunidades da Ilha de Santa Catarina alcançavam o grau de reconhecimento perante a monarquia. Segundo o historiador Valmir Francisco Muraro, o processo de povoamento iniciado em Desterro, durante o século XVII, precisou de dez longos anos para que se efetivasse.

Em 1700 [...] aproximadamente duzentos moradores ocupavam o povoado [...] Frei Agostinho da Trindade solicitava à Corte autorização para transformar a vila em Paróquia [...] três anos mais tarde a vila foi elevada à condição de Freguesia de Nossa Senhora do Desterro¹³.

Fundada como vila¹⁴ por um descendente de Dias Velho, Canasvieiras passou a figurar nos documentos oficiais somente a partir do momento em que se deu a construção da igreja, iniciada pelo navegante Eduardo Moreira, em 1830, antes mesmo da localidade se tornar Freguesia. Erguida no ponto mais alto da região, a cem metros de altura do nível do mar, a capela, desde o início, enfrentou muitas avarias até que, em 1838, já se encontrava em péssimo estado de conservação, o que levou o Vigário Pulcheria a solicitar providências ao Presidente da Província¹⁵, alegando a impossibilidade de celebrar missas, pois o assoalho da igreja estava em péssimas condições. Apesar da data de fundação da igreja remeter a 1830, ela somente foi concluída no início do século XX, denotando em sua arquitetura um desacordo com as edificações do tempo das fundações portuguesas¹⁶. No alto da fachada da igreja, a alguns metros além da porta principal, destaca-se o olho-de-boi, certamente um

¹² Notas do vigário interino de Canasvieiras, Frei Antonio de Sta Pulcheria. Livro 240 (1831-1838) S/N – Arciprestes e Vigários – Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹³ MURARO, Valmir F. *História de Santa Catarina: para ler e contar*. Florianópolis: Cuca Fresca, 2003, p. 24-36.

¹⁴ Segundo o IBGE, vila é uma localidade com o mesmo nome do distrito a que pertence (sede distrital) e onde está sediada a autoridade distrital.

IBGE. *Manual de atualização cartográfica*. s.n.t. 140 p. (Recenseamento geral do Brasil, 10).

¹⁵ Nota do vigário interino de Canasvieiras, Frei Antônio de Sta Pulcheria. Livro 238 (1831-1838) S/N-Arciprestes e Vigários – Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

¹⁶ SOUZA, Sara R. S. *A presença portuguesa na arquitetura da Ilha de Santa Catarina: Séculos XVIII e XIX*. 1980. Dissertação (Mestrado em História) - UFSC, Florianópolis, 1980.

mecanismo de vigilância do mar, uma vez que a edificação ocupa um local estratégico naquelas paragens. Tal vigilância pretendia cobrir um grande trecho da região norte, já que as condições de ancoradouro na baía que compreende hoje em dia Canasvieiras, Ponta das Canas e Cachoeira do Bom Jesus significavam, e ainda hoje significam, um porto livre de ventos e mar agitado. Como descreveu Virgílio Várzea:

Canavieiras, célebre na história dos catarinenses e desde os primeiros tempos, por seu fundo e magnífico ancoradouro, onde tocaram todos [...] os navegantes que iam para o Prata (...) na época das famosas descobertas marítimas [...] célebre pela vitória do Velho Monteiro sobre o corsário Lewis, célebre ainda pelo desembarque dos 10.000 homens de Zebalos na tomada da Ilha em 1777 [...] este sítio é sobremodo encantador em virtude de seu golpe de vista, que abrange muitas milhas de costa no continente em frente e todo o maravilhoso panorama marinho da entrada do norte¹⁷.

Quanto ao registro do nome Cannaveira, Canavieiras ou Canasvieiras, ao que tudo indica, deve-se ao fato do lugar ter se destacado pela extensa plantação de cana-de-açúcar; daí o nome do lugar resultar do campo do canavieiro plantador, um certo senhor Vieira. Durante os primeiros anos de fundação, entre os fins do século XIX e começo do século XX, época da chegada do maior número de imigrantes, a estrutura urbana local era tipicamente portuguesa e teve seu desenho submetido à forma natural do recorte geográfico. A igreja que constituía o núcleo central se localizava, como ainda hoje é, na parte mais alta e o arruamento obedecia ao relevo, partindo daí duas estradas: uma que seguia em direção ao sul - conhecida como Ladeira do Pinheiro e permitia trafegar entre Canasvieiras e Ponta Grossa, fortificação erguida em 1740 pelo Brigadeiro José da Silva Paes, governador de Santa Catarina - e a outra que seguia em direção ao norte, conhecida como Rua Velha. Através dos relatos das pessoas que viveram na comunidade nessa época, sabe-se que as casas foram sendo construídas ao longo da Rua Velha e o acesso norte concentrava um número maior de habitantes, ao contrário do acesso sul, onde havia pouquíssimas casas e a própria rua não completava o trajeto. As

¹⁷ VARZEA, Virgílio. Op. Cit., p. 102.

pessoas que pretendiam chegar ao Forte São José da Ponta Grossa tinham que completar o percurso pela praia.

Além da Freguesia que está presente nominalmente nos documentos que tratam da fundação da localidade, surge inúmeras vezes a citada Rua Velha. Inicialmente, e pelo próprio nome que recebeu, infere-se que se trata apenas de uma rua, um lugar de passagem. Entretanto, consultando os documentos relativos à fundação da Freguesia e a memória daqueles que fizeram parte desta história contada a partir de suas lembranças cotidianas¹⁸, no início do século XX, percebe-se que a Rua Velha ganhou um significado mais amplo, não somente como baliza utilizada a título de referência geográfica, mas também como se fosse uma localidade dentro da localidade. Portanto, a Rua Velha significava mais do que uma rua que permitia trafegar pela Freguesia, ela própria era uma extensão da Freguesia.

A senhora Maria dos Passos Amorim Tadeu¹⁹ e a senhora Maria Joana Alves²⁰ afirmaram que foram colegas na “Escola Pública de Rua Velha”. O senhor Paulo Pires de Andrade, antigo morador de Sambaqui, escreveu, em suas memórias, sobre um funcionário de sua família que narrava histórias fantásticas sobre o local, uma das quais transcreve-se a seguir:

Quando foi uma bela noite um pescador falou à sua mulher: - Olha a noite está tão bonita, vou até o rio pegar uma tainha para fazer um caldo [...] chegou lá pegou as tainhas e voltou para casa. Quando chegou no começo da Rua Velha, estava um homem encostado no barranco a beira da estrada. Aproximando-se pediu fogo ao desconhecido para acender o cigarro. – O companheiro está dormindo em pé? – disse ele. O homem não disse nada. Chegou mais perto, olhou bem e viu que era um boneco de Judas, bem arrumado, puxou a toca, riscou a barriga e nada. – Oh, não queres falar? Então eu vou chegar em casa, fazer um caldo de tainha e tu vás lá comer comigo. Saiu andando e pensando quem botara aquele boneco ali e para que.

¹⁸ Sobre este tipo de abordagem da memória, ver: BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: Lembrança de velhos*. São Paulo: Cia da Letras, 1994.

¹⁹ A senhora Maria dos Passos Amorim Tadeu nasceu em 1914, em Canasvieiras. Na mocidade, sustentava-se da renda de bilro que confeccionava. Quando casada, também agregou as funções de costureira e benzedeira na comunidade onde sempre viveu. É viúva e teve quatorze filhos, dos quais doze se criaram.

²⁰ A senhora Maria Joana Alves nasceu em 1903, em Canasvieiras. Apreciava o serviço externo à casa mais do que as tarefas domésticas. Sendo assim, administrava sozinha a plantação de café da família. Lembrou que cortou os pés de café que sobraram, porque não gostava de ver o grão pelo chão. Ficou viúva muito jovem, teve uma filha e um filho, sendo que o rapaz morreu ainda jovem no Rio Grande do Sul. Gostava das brincadeiras do terno de reis e se divertia muito nos bailes.

Bem..., chegou em casa, a mulher preparou-lhe o caldo e começaram a comer. Em seguida bateram na porta. Ele pegou a lamparina e quando olhou era o tal Judas, que falou: - Olha, amigo, vim para comer o caldo de tainha.²¹

Procurando localizar geograficamente a Rua Velha na Freguesia de São Francisco de Paula, completa ele que:

A Rua Velha para quem chega a Canasvieiras pela Rodovia Virgílio Várzea, começa depois da ponte do Evaristo e vai até a Escola Básica de Canasvieiras. Naquela época esse caminho quase não tinha casas e era muito assombrado pelos laranjais e cafezais²².

O primeiro escritor que percorreu a Ilha de Santa Catarina foi Virgílio Várzea. Na sua viagem de 1900, dedicou-se a relatar o que encontrava, cada ancoragem nos inúmeros portos existentes na ilha. Relacionava minuciosamente a economia local, os hábitos, os habitantes e assim por diante. O livro *A Ilha é* resultado desta viagem, e cada capítulo é dedicado a uma Freguesia. Segundo Lauro Junkes²³,

Virgílio do Reis Várzea nasceu na Freguesia de São Francisco de Paula de Canasvieiras, na ponta norte da Ilha de Santa Catarina em seis de janeiro de 1863 [...] no casarão amarelo, de quatro águas, na Rua Velha, a um quilometro do mar.

O referido escritor simbolista marinhista²⁴, natural de Canasvieiras, dedicou-se a descrever o seu local de origem de um modo um pouco mais denso, lembrando que o posicionamento das moradias próximas à igreja, rumo à Rua Velha, refletia a boa condição econômica dos seus proprietários. As construções eram, muitas vezes, de pedra e cal, com janelas grandes, lembrando a orientação arquitetônica de origem portuguesa. O autor identifica a Rua Velha da Freguesia afirmando que:

²¹ IN: _____ FERREIRA, Sérgio L. (Org). *Histórias quase todas verdadeiras*. 300 anos de Santo Antônio e Sambaqui. Editora das Águas, 1998.

²² Ibid, p. 80.

²³ JUNKES, Lauro. *A canção das gaivotas: Contos selecionados / Virgílio Várzea*. Organização Lauro Junkes: Florianópolis: Lunardelli, 1985 p. 9-10.

²⁴ O estilo marinhista na literatura brasileira caracteriza o escritor que, em seus contos, novelas e romances, aborda poeticamente temas do mar. Para Carlos E.C. Lima, Virgílio Várzea “era obcecado por cenas e temas de alto mar da Ilha de Santa Catarina”.

LIMA, Carlos E.C. *Virgílio Várzea: Os olhos de paisagem do cineasta do Parnaso*: Fortaleza: Editora UFC, 2002 p. 15.

Na sede da freguesia [...] há uma praça retangular como poucos sítios possuem [...] além da casa do *Império* destinada as festas do Espírito Santo [há também] a vivenda do Pinheiro (conhecido e abastado chefe conservador de outros tempos na localidade²⁵.

Descrevendo a navegação pelos rios interioranos das comunidades por onde ele andou, diz que: “[...] Próximo ao Porto do Rio – um dos braços maiores em que se divide o Ratonos logo acima da foz, e que atravessa os campos da Rua Velha [...]”²⁶”.

A casa do Império provavelmente recebeu tal denominação devido à elevada importância social que possuía a Festa do Divino Espírito Santo. Durante os festejos, a casa era utilizada como apoio logístico para as procissões, as missas e o cortejo imperial. Nessa época, o padre visitava a comunidade regularmente e tal atividade incluía as refeições e o pernoite na casa. Muitos casais residiam na referida casa e, em troca, prestavam serviços para a igreja.



Figura 2 - Casa do império, ao fundo Igreja São Francisco de Paula.

Fonte: Própria pesquisadora.

Ainda que fosse o único logradouro público a desenhar a urbanização, a Rua Velha não permitia que os moradores alcançassem o interior da própria comunidade, nem mesmo a

²⁵ VARZEA, Virgílio. *Santa Catarina – A Ilha*. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1985, p. 102.

²⁶ *Ibidem*, p. 103.

localidade mais próxima, a Cachoeira do Bom Jesus. Este acesso, como recordou a senhora Maria Joana Alves, era realizado pela praia: "em 1924, eu fui na Cachoeira Bom Jesus comprar meu vestido de noiva. Fui pela praia porque não tinha estrada. Não chamava o lugar de Canasvieiras, somente Rua Velha".

Os marcos de referência local se fundem e se tornam distintos ao mesmo tempo. Havia a igreja que compreendia as imediações da Freguesia que, por sua vez, se estendia cerca de quatro léguas até encontrar-se com a Rua Velha, que chegava até a atual escola municipal²⁷, onde, na época de que estamos tratando, havia um campo de plantação de cana-de-açúcar e agregava também um engenho, como confirma a senhora Maria Salomé Vieira²⁸: "onde é esse grupo -atual Escola Municipal Osmar Cunha - era uma roça de cana e, atrás, era um pasto pra colocar o gado. Então, todo aquele terreno pertencia a essa casa grande que tá aqui perto, era tudo de um proprietário só".

Através das lembranças dos idosos do lugar, pode-se constatar que a Rua Velha é mais antiga e mais popular do que a própria Canasvieiras, como mostra a senhora Maria Joana Alves, mais conhecida na comunidade dona Morena: "Rua Velha, então eu não chamo Canasvieiras, só Rua Velha". Questionando algumas pessoas sobre a origem do nome, completa o senhor Carlos Mateus da Silva²⁹:

Acho que era esse nome porque moravam muitas pessoas velhas, era uma coisa velha mesmo, eu conheci muitos homens velhos, o Manoel Luiz, a Dodô, ela ia da igreja até lá embaixo no Canto do Lamin [...] só passava carro de boi, cavalo, então era uma rua simples. Mas eu me lembro que a metade da Rua Velha era de dois ou

²⁷ A Prefeitura Municipal de Florianópolis comprou terras de um antigo proprietário. Embora não se tenha como precisar a data, sabe-se que o objetivo era instalar a primeira escola para o ensino regulamentar da região norte da Ilha de Santa Catarina. A Escola Municipal Osmar Cunha foi inaugurada em 1957.

²⁸ A senhora Maria Salomé Vieira nasceu em 1927, em Canasvieiras. É viúva e teve dez filhos, sendo que dois morreram na infância. Comentou que se vestia da renda, pois tinha muita encomenda. Gostava de se vestir bem, tinha vestidos de seda que sempre combinava com os sapatos. Lembrou que, bem em frente à igreja, tinha uma casa bonita onde faziam o baile. Às vezes, a orquestra era composta por pessoas do lugar mesmo. Um tocava violão, outro tocava pandeiro e todo mundo dançava e se divertia.

²⁹ O senhor Carlos Mateus da Silva nasceu em 1913, em Canasvieiras. Aprendeu o ofício de carpinteiro com o pai, mas não exerceu a profissão. Aos dezessete anos, já era proprietário de uma parelha de pesca e dividia suas tarefas entre a lavoura e a pescaria. Lembrou que, em suas atividades comerciais, viajou muito pelas regiões interioranas da Ilha. Comentou que o lugar onde mais vira engenho de farinha fora no Rio Vermelho. É viúvo e teve três filhos. Em 1957, vinculou-se à Prefeitura Municipal de Florianópolis, através da Escola Básica Osmar Cunha, onde trabalhou até se aposentar.

três homens só. De primeiro, cada proprietário desses tinha uma quantidade enorme de terra, era uma barbaridade.

A seguir, apresenta-se um mapa onde pode ser observada a planta do triângulo de localidades: Rua Velha, Canto do Lamin e Freguesia, acrescentando ainda a orla marítima que também compõe a comunidade e será especificamente analisada no próximo capítulo. É necessário lembrar que, assim como não foram encontrados documentos antigos dessas comunidades, também não se encontraram mapas. Este ora apresentado é atual e retirado do Guia Floripa, página eletrônica da WEB, e servirá para localizar geograficamente o leitor.



Figura 3 – Mapa de Canasvieiras

Fonte: www.guiafloripa.com.br.

Apesar de algumas pessoas do lugar se referirem à comunidade no início do século XX como sendo “um sítio feio, não tinha nada, não tinha luz, não tinha nada, nada, não tinha água encanada, não tinha esgoto, não tinha nada, nada”, tais constatações³⁰ estão baseadas em comparações com a atualidade, quando muitos moradores remetem suas memórias às facilidades do tempo presente, comparando-as com as dificuldades impostas pelo

³⁰ Algumas vezes, estas constatações presentes nas narrativas dos moradores de Canasvieiras fazem lembrar o efeito que possui a visão através de um espelho retrovisor por onde se enxerga imagens passando como clichês do tempo. A respeito de tais representações, as historiadoras e historiadores geralmente mergulham em épocas passadas a partir de preocupações atuais, procurando responder as inquietações próprias do tempo presente. CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*. São Paulo, 1991, p. 173-191.

tempo passado e acabando por enfatizar as vantagens dentro da significação do cotidiano passado/presente.

A comparação das informações emergidas a partir dos documentos oficiais que fundaram a história de Canasvieiras, em contraste com a multiplicidade de narrativas surgidas a partir das lembranças dos antigos moradores, conjugadas aos relatos destacados para esta pesquisa, apontou um quadro plural e multifacetado, demonstrando que as relações econômicas e sociais continham expressiva dinâmica própria.

A partir do imaginário social³¹, os moradores balizam suas referências em termos de localização que remetem aos marcos geográficos naturais como, por exemplo, “o pasto do Manoel Oliveira”, “a plantação de arroz que ficava nas imediações da casa da dona Dudu”, “o sobrado do Cantalício”. A referência “atrás do morro” presente no vocabulário português do início das povoações antigas também ocorria em Canasvieiras, como conta a senhora Maria dos Passos Amorim Tadeu:

Onde é Jurerê hoje, a gente chamava de atrás do morro, e o pessoal de lá chamava aqui de atrás do morro também, porque tinha um morro que separava as duas localidades. Tinha a igreja no meio, depois lá ficou Jurerê e aqui Canasvieiras. A Rodovia Tertuliano de Brito Xavier é em Jurerê e a Rodovia Virgílio Várzea é em Canasvieiras.

Ainda que a referência da localização espacial lembrada pela senhora Maria dos Passos Amorim Tadeu pertença ao imaginário social do início do século XX, o Projeto de Lei³² que regulamenta e nomeia as duas rodovias que interligam as duas comunidades é recente. Vale lembrar que as duas localidades pertencem, até o momento, ao Distrito de Canasvieiras e que, antes de receber o nome *rodovia*, apenas uma rua geral ligava as duas localidades e chamava-se *Estrada Geral de Canasvieiras*. Sendo assim, até meados de 1980,

³¹ Bronislaw Baczko coloca que “nenhuma relação social [...] é possível sem que o homem prolongue a sua existência através das imagens que tem de si próprio e de outrem”. Assim, as sociabilidades traduzem-se em normas e fixam sistemas de representações onde a imaginação e as paixões, inerência dos desejos, formam símbolos e emblemas a partir dos quais os sujeitos constituem identidades coletivas, formando o imaginário social.

BACZKO, Baczko. Imaginação social. IN: *Enciclopédia Einaudi*: vol. 5, Anthropos-homem. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985, p. 300-301.

³² Lei nº 2663/87, de 18/10/1987. Câmara Municipal de Florianópolis.

todos os moradores de Jurerê e Canasvieiras moravam na mesma rua: a Rua Geral. Ainda que fosse assim, a população mais jovem se referia a Jurerê e Canasvieiras, respectivamente. Isso não quer dizer que os meios de circulação interna se davam apenas na Rua Geral. Não.

Nessa época, cerca de duas décadas atrás, o território que compreende o Distrito de Canasvieiras já agregava muitas ruas, avenidas, servidões e vielas, especialmente aquelas que alcançam o mar. Apesar de atualmente não serem mais usadas terminologias antigas como *Freguesia*, *Canto do Lamin* e *Rua Velha*, ainda permanece uma divisão imaginária da localidade, ou seja, uns moram em Jurerê e outros em Canasvieiras. Contudo, os moradores pertencem a um único distrito reconhecido pela Prefeitura Municipal de Florianópolis como Canasvieiras.

Voltando à Rua Velha, no princípio do século XX, além dela não ligar o lugar à comunidade mais próxima, como recordou a senhora Maria Joana Alves, também não ligava Canasvieiras ao seu próprio interior. Consta que, no Canto do Lamin, localidade que em 1926 mereceu nota no jornal *O Estado*, foi inaugurada uma rua que ligava aquele local a Canasvieiras. A nota dizia o seguinte:

Teve logar hontem, com discreta solenidade, a inauguração da estrada ligando a povoação de Lamin á estrada geral de Cannasvieras, velha aspiração da laboriosa gente que habita esse prospero recanto da nossa ilha.
Esse melhoramento, devido á operosidade do Prefeito Heitor Blum, muito contribuirá para o maior desenvolvimento de Lamin que assim sahio do isolamento em que era tanto tempo vivia³³.

Essa inauguração teve para a localidade elevada importância, além de merecer nota no jornal de maior circulação da época; também contou com a presença de várias autoridades que proferiram discursos, assim como contou com a presença da Zazz da Força Pública, hoje Banda da Policia Militar de Santa Catarina, que abrilhantou magnífico baile. Os convivas aproveitaram para panfletar em favor da candidatura do senhor Júlio Prestes e do senhor Vital Soares, na época, candidatos republicanos, além de evocarem “três hurrahs [...]

³³ Jornal *O Estado*, 12/01/1929 Anno XIV Nº 4.326.

exaltando o patriotismo dos eminentes republicanos e a obra catarinense do presidente Konder³⁴”.

Em Canasvieiras, os imigrantes vindos do arquipélago dos Açores³⁵ foram, em grande medida, os responsáveis pela construção da própria igreja, como conta o senhor Carlos Mateus da Silva: “muitos carregavam pedras para o terreno onde havia a capela, para ajudar a erguer uma igreja, era assim, todos tinham que ajudar”. E completa a senhora Maria Joana Alves: “nesse tempo, a gente juntava pedra no terreno dos outros e carregava porque tinha feito uma promessa de carregar para a igreja”. A mão-de-obra empregada na construção desse que foi o primeiro marco fundador arquitetônico da localidade era escrava, todavia muitos homens livres ajudavam na construção.

A figura central da igreja não é somente observável quanto à espacialidade urbana, mas também quanto à organização da vida social. Casamentos, batismos, festas religiosas, missas, enterros eram as atividades sociais freqüentadas pela população da localidade. O terno de reis, as brincadeiras no mês de São João, quando as moças se reuniam para tirar a sorte no amor e até mesmo a visita aos que já haviam partido, no cemitério vizinho à igreja, nos dias de finados, quando ocorria também um pequeno comércio de velas, flores e quitutes, são exemplos de um mundo social vinculado à igreja. Nessa época, em frente à igreja, também foi construído o teatro.

Segundo relatos, tratava-se de uma casa de pedra erguida em estilo colonial e destinada aos eventos festivos, religiosos e aos bailes. Os moradores entrevistados narraram que, naquela casa, não entravam negros para dançar, apenas a população branca. Quando a

³⁴ Ibidem.

³⁵ A historiadora Maria Bernardete Ramos Flores, analisando a produção historiográfica catarinense, destacou a década de 1940, quando a produção historiográfica foi marcadamente preocupada com o que chamou de *descoberta da açorianidade*. Tal discurso emergia de um momento oportuno, onde as intenções nacionalistas em evidência faziam com que os descendentes dos colonizadores alemães perdessem o primado de formar a melhor imagem do homem catarinense.

FLORES, Maria Bernardete R. *A farra do boi: palavras, sentidos, ficções*. 2. Ed. Florianópolis, Editora da UFSC, 1998.

comunidade realizava suas festas mais proeminentes, os negros organizavam seus bailes longe da igreja, geralmente em casas particulares.

Os negros ocupavam um lugar na Freguesia conhecido como “barro vermelho”, um território impróprio para o cultivo e que, quando chovia, transformava-se numa lama intransponível. De acordo com alguns relatos, lá moravam algumas famílias como a do senhor Mulatinho.

As relações de sociabilidades também aconteciam através dos contatos em função do trabalho muitas vezes realizado coletivamente e pela religiosidade que norteava o lazer e a vida social. Além da contribuição dos moradores no sentido de construírem a própria igreja, havia outras formas coletivas de sociabilidade surgidas das necessidades diárias daquela população. Uma delas dizia respeito a construções das casas.

Nos primeiros anos do século XX, havia na comunidade casas de pedra e cal com telhado que incluía madeiramento e telhas. Essas denotavam as condições financeiras de determinadas famílias, pois geralmente esse tipo de construção requiritava mão-de-obra especializada. Outras famílias não tinham recursos que sustentassem a construção de uma casa, então as pessoas se juntavam no intuito de “barrear” um chalé. Afirma o senhor Carlos Mateus da Silva:

A gente fazia assim, o dono da casa tirava o bambu, o pau a pique, juntava dez ou vinte homens e barreava a casa. Era rápido, mas era tudo feito de barro e chão batido, porque não havia cimento. Trançava o bambu. O pau a pique era aquele pau vermelho que se tirava no campo e só servia pra isso mesmo, durava toda a vida, havia muito naquele tempo, aquele balneário ali era campo de pau a pique. Então, o nome da madeira era pau a pique e usava o bambu trançado. Primeiro preparava tudo, depois chamava os camaradas e ia um por dentro e outro por fora, batendo com as mãos quem tava lá dentro gritava e os dois batiam juntos e o barro colava, um pouco por dentro, outro pouco por fora.

Nessa época, era possível contar o número de casas existentes na comunidade. Todavia, haviam poucas construídas em estilo colonial; aquelas que não utilizavam pedra com

óleo de baleia como argamassa eram feitas de barro e bambu, conhecidas como pau-a-pique.

A senhora Maria dos Passos Amorim Tadeu completa:

As casas mais antigas eram de madeira, outras eram de estuque, tinha até casa de palha. As casas antigas eram assim, de estuque com palha em cima. A minha sogra dizia pra nós, vocês são ricos, tem beira branca. Beira branca era casa caiada. [...] a única casa de pedra aqui era aquela do Jucelino (hoje que pertenceu ao Chico Costa) [...] ela era uma casa grande e foi construída pelos escravos, foi feita de pedra, é a única casa de pedra que a gente conhecia.

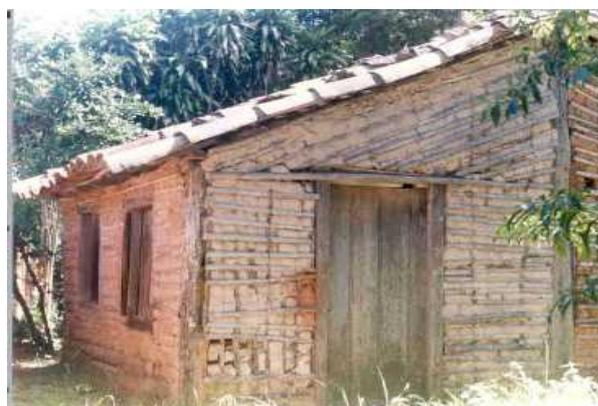


Figura 4 – Casa de pedra e casa de pau-a-pique em Canasvieiras

Fonte: Própria pesquisadora

Outro marco de referência antigo que remonta à colonização portuguesa no Brasil é o Caminho do Rei que, por muito tempo, foi o único acesso da Freguesia de Canasvieiras para a orla marítima. Questionando os moradores sobre a razão do nome que tal caminho recebeu, afirmou o senhor Lídio da Cunha³⁶:

Caminho do Rei foi porque veio um navio e ancorou perto da Ilhota (Ilha do Argentino), ai eles olharam pra terra e tinha uma igreja, mas não era aquela nossa igreja como nós conhecemos hoje, era aquela capelinha de trás que hoje é o altar principal, porque foi ampliada com o passar do tempo.

Então, os embarcados pensaram, em terra mora gente porque tem aquela igreja lá. Vieram cinco marinheiros, o rei, lá o chefão do barco, decerto era rei né? Chegaram ali, saltaram puxaram a escaler e vieram pra terra, mas era tudo mato, ai os marinheiros na frente fazendo uma picada, quando chegaram ali onde é minha casa

³⁶ O senhor Lídio da Cunha nasceu em 1922, em Canasvieiras. É casado e teve quatro filhos. Foi pescador artesanal, participou de algumas safras no Rio Grande do Sul, embora não tenha se profissionalizado. Comentou que nunca foi dono de rede nem de embarcação. Trabalhava na pescaria, mas não gostava. Em 1957, quando a Prefeitura Municipal de Florianópolis inaugurou a primeira escola pública para o ensino regulamentar na região norte da Ilha, passou a ser funcionário da instituição onde trabalhava no período vespertino. Foi proprietário de uma barbearia e exercia tal atividade em sua própria residência no período matutino e aos sábados.

hoje, encontraram a estrada, a Rua Velha que era pra carro de boi, essa estrada já tinha, era o único caminho. Daí foram pra frente e encontraram a capelinha. Foi aonde veio “Caminho do Rei”, quem abriu foi o rei. Mas isso faz muito tempo, não tinha a igreja como hoje é. A igreja já tem 170 anos, nossa igreja fez centenário em 1935.

As comemorações do centenário da igreja, em 1935, marcaram a fundação da própria Freguesia que, de acordo com as lembranças dos idosos do lugar, aconteceu oficialmente em 1835. Admitindo que o núcleo fundador fosse a igreja, era comum, então, que os colonos recém chegados fixassem residência ao redor dela. As relações entre os populares e a igreja, que aqui se está admitindo como sendo o núcleo central nos primeiros tempos, pressupunha o compromisso de contribuir com a construção do templo. Se não com sua força de trabalho, pelo menos com mão-de-obra de escravos cedida pelas famílias abastadas do local, assim como pressupunha o compromisso de freqüentar a missa todo fim de semana. Segundo relatos, aquele que não comparecia recebia a visita incômoda do frei.

As terras deste período que, a rigor, pertenciam à Coroa eram de uso comum³⁷ e, no caso da Freguesia de Canasvieiras, estavam divididas em três partes, como afirmou o senhor Lídio Cunha, antigo morador da comunidade: “aqui o campo onde tem o balneário era o campo do povo e o outro de cima, da estrada para cima, era do governo e lá de baixo era da prefeitura do município”.

No ano de 1882, foi realizado um levantamento que culminou em um relatório de casas que possuíam cercamentos no campo público denominado Campo Novo, pela margem da praia até o Fantolo, realizado por Francisco Maria Junior, fiscal da Freguesia de Canasvieiras³⁸. O referido fiscal recebeu a incumbência de registrar os terrenos que estavam

³⁷ Segundo Nazareno José de Campos, as terras comunais no litoral sul do Brasil remontam o Direito Romano utilizado na Península Ibérica, quer dizer, defendia o uso gratuito das pastagens possuídas em comum pelos populares, sendo esta uma relação jurídica ocorrida entre Estado e particulares. No caso específico dos campos comuns de Canasvieiras, o autor situa vários modos de utilização comum e apropriação de terras.

CAMPOS, Nazareno J. de *Terras comunais e pequena produção açoriana na ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Dissertação de Mestrado em Geografia, UFSC, 1989.

³⁸ Apud PEDRO, Joana M. *Mulheres honestas, mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994, p 186.

sendo ocupados pelas populações locais. Segundo o relatório, a Freguesia compreendia uma extensão de terras que começava na altura da igreja São Francisco de Paula e se estendia algumas léguas em direção ao interior da comunidade, abrangendo a orla marítima. De acordo com o documento, tal ocupação de terras produtivas se dava em áreas dos proprietários homens da Freguesia. Ainda assim, a historiadora Joana Maria Pedro destacou a presença de algumas mulheres que constavam na lista de pessoas que, como chefes de famílias, haviam se apossado de terrenos nos campos de Canasvieiras³⁹. Todavia, os terrenos dessas mulheres não possuíam valor agregado. Segundo a autora, dos cinquenta e três posseiros, onze eram mulheres. Enquanto as mulheres declararam ao fiscal possuir uma casa e um cercado, os homens declaravam possuir, uma casa, mais de um cercado e um engenho de fabricar farinha, sendo que tais cercados, no caso dos proprietários masculinos, destacavam-se ainda as plantações.

Notadamente, a ocupação do solo naquelas paragens dava-se ao estilo das grandes propriedades. Havia muitas terras nas mãos de poucos e, à medida que chegavam novas levas de famílias de imigrantes, o território ia sendo ocupado. Naqueles primeiros tempos, o trecho que compreendia a Freguesia era bastante extenso, quando se considera a ocupação territorial da época⁴⁰. Percebe-se, desde o início da colonização, acentuada preocupação com as cercas que separavam os terrenos, distinguiam os proprietários e os mantinham igualmente identificados. Ainda mais que as terras “desejáveis” estavam demarcadas, mesmo que não propriamente ocupadas.

O historiador E.P. Thompson⁴¹, escrevendo sobre os “costumes em comum” na Inglaterra, durante o século XVIII, faz relação entre cultura popular e direito consuetudinário narrando o paternalismo, a hierarquia, a obediência naquela sociedade onde “o direito local

³⁹ Ibidem, p.129.

⁴⁰ O relatório não recenseou a população, apenas tratou de registrar os imóveis que possuíam cercas. Não há registros de dados sobre a população da região norte da Ilha na virada do século XIX para o século XX.

⁴¹ THOMPSON, Edward P. *Costume, lei e direito comum*. IN: ____ *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 86-149.

era igualmente um poder para excluir estranhos”. Aproximando as reflexões do referido historiador com os assentamentos de populações em Canasvieiras, ou seja, os recém chegados, alforriados e deserdados, nota-se que o controle fiscal das cercas, além de constituir domínio em si do território concedido pela Coroa, efetivava quem de direito tinha a posse da terra e legitimava os proprietários em detrimento dos demais, transformando estes últimos em estranhos do seu próprio território.

Como demonstrou o historiador catarinense Walter Piazza⁴², o povoamento da ilha foi lento e, em certos aspectos, difícil. Segundo ele,

[...] o Brigadeiro José da Silva Paes [...] Governador da Ilha de Santa Catarina que deveria [receber] os imigrantes de 1747 e espalhá-los pela ilha [...], entretanto, vai assentando-os na própria Vila de Nossa Senhora do Desterro, principalmente ao longo da rua que se passou a denominar dos ilhéus.

Essa constatação do autor permite conjecturar que as demandas de casais para o interior da ilha tenham acontecido de uma forma lenta, porque as terras inóspitas e distantes de Desterro, que, na época, contava com um certo ritmo urbano, não fossem propriamente desejadas pelos casais que aportaram na Ilha de Santa Catarina, entre os séculos XVIII e XIX. Ainda que fosse assim, os casais que chegavam à Freguesia de Canasvieiras, nessa época, costumavam construir suas casas afastadas umas das outras, caracterizando a propriedade demarcada de cada família e isso acontecia marcadamente ao longo da Rua Velha.

1. 2 Aforismos do Pirão com Peixe

Na região do Canto do Lamin, havia uma importante plantação de arroz que pertencia a um juiz de Florianópolis, referido pelos habitantes como o “Doutor Mileta”. A

⁴² PIAZZA, Walter F. *A epopéia acórico-madeirense 1748-1756*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992, p. 368-371.

produção agrícola agregou vários trabalhadores e a safra era escoada para São Miguel⁴³ onde havia um fábrica de descascar arroz.

De acordo com os registros do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, o senhor Mileto Tavares da Cunha Barreto tornou-se Juiz da Comarca de Canoinhas em 1913, exercendo a mesma função em Lages a partir de 1914. Na Comarca de Florianópolis, tornou-se Juiz da Segunda Vara Cível e exerceu o cargo de 1920 a 1940, ano que fora nomeado ao cargo máximo na magistratura daquele Tribunal, o de Desembargador.

Além de funcionário público, o Juiz era um articulador político muito respeitado pelos moradores da região de Canasvieiras, sendo que alguns trabalharam para ele. Contudo, era comum serem contratadas também pessoas das regiões próximas e mesmo de outros municípios vizinhos especialmente para trabalharem na plantação de arroz. É o que afirma o senhor Pedro Alípio Calazans⁴⁴, quando indagado sobre a vinda de seu pai para Canasvieiras:

Ele veio de Caeiras – Armação da Piedade – Governador Celso Ramos hoje em dia, ele era de lá. Ai o meu pai foi para Canasvieiras, trabalhava numa plantação de arroz, no campo do Dr. Mileta, em Canasvieiras, onde era a antiga casa da D. Dudu, lá no final do Lamin, o Dr. Mileta era Juiz e tinha uma plantação grande de arroz. Então, meu pai e outros vizinhos lá de Caeiras vieram trabalhar na plantação.

Os moradores de Canasvieiras, naquela época, obtinham seu sustento no trabalho que, muitas vezes, significava prestar serviços para outros, quando não tinham meios de trabalho autônomo. A senhora Maria Salomé narrou que seu pai tinha um engenho de farinha nas imediações do Canto do Lamin, no cruzamento da região conhecida como Rua Velha, numa espécie de divisa imaginária entre a Rua Velha e o Canto do Lamin. Lembrou ela que, no momento em que a mandioca estava pronta para ser processada, o pai contratava um trabalhador local.

⁴³ São Miguel recebeu uma leva de imigrantes do Arquipélago de Açores em 1752. Provavelmente representou com a Lagoa da Conceição e o Santo Antônio de Lisboa um dos primeiros núcleos portugueses de Santa Catarina. Situado no continente em frente à baía sul, atualmente pertence ao município de Biguaçu.

⁴⁴ O senhor Pedro Alípio Calazans nasceu em 1920, em Canasvieiras. É casado, teve três filhos legítimos e a tutela de uma sobrinha. Comentou que seu o objetivo nas viagens que realizava para outros Estados, na época, era juntar dinheiro. Com as economias que fez, comprou um terreno no Estreito, em Florianópolis e abriu um comércio que mantém até hoje, porém alugado.

A minha mãe destacava quem ia ajudar no engenho, era uma por semana. Enquanto o forneiro forneava se faltasse massa tinha que peneirar, tinha que limpar o engenho, limpar os cochos, o cevador.

Mas, o meu pai trabalhava, ele tinha roça de mandioca, tinha chácara de café que ia até a florestal. Daí a gente apanhava café, colocava no caixão de querosene, aí a minha mãe guardava seis a oito caixas dessa que era pra nós torrar. Hoje as minhas filhas não sabem o que é isso.

Tirava pro consumo e o resto vendia. Tinha compradores, o falecido Gino, ele comprava, e tinha também o Antonio Macedo que era lá de Santo Antônio. Esse tinha uma fábrica de café, ele fazia o pó, aí eles vinham comprar. O que a minha mãe tirava do gasto pro ano e o resto vendia. Vendia tudo, colhia baga de anós pra fazer óleo, banana, verdura, batata inglesa. Tinha muita fartura, a minha mãe gostava de criar galinha, porco, daí matava e comia. Só não tinha assim a carne verde, isso era três quatro vezes por ano. Não se tinha o hábito, era mais peixe.

O senhor Carlos Mateus da Silva informou que trabalhou num engenho prestando serviços para terceiros e que, quando sua situação financeira melhorou, chegou a contratar funcionários que trabalhavam para ele.

Eu trabalhava muito com o Nelo Maria, o pai da Donga, ele tinha engenho de farinha. Quando chegava na época a gente ia pra lá de muda e ficava um mês, dois meses. Só voltava quando acabava a farinha. Fazia polvilho, rosca. A gente fazia sessenta, oitenta alqueire de farinha.

Naquele tempo tinha gente que também não tinha um ofício, que não sabia fazer nada, então dependia de emprego dos outros. O Manoel Teixeira, por exemplo, trabalhou pro meu pai e pra mim, e ele reclamava que o dinheirinho não dava pra nada. Agora o pessoal que morava na Rua Velha já era mais folgado um pouquinho. A maioria do povoado era ao longo da igreja, onde concentrava mais gente. Plantavam cebola, plantavam cana, pescavam, sempre girava mais negócios.

De acordo com os relatos das pessoas envolvidas no processo de fabricação da farinha, tal empreitada carecia de alguns meses de trabalho até que toda a plantação de mandioca fosse processada. Do total da produção, uma parte era reservada para guarnecer a família, outro tanto era comercializado, inclusive com São Paulo e Rio de Janeiro, como registra Nazareno J. de Campos em *Terras comunais em Santa Catarina*. Segundo o autor, “em 1804 destaca-se o cultivo de mandioca. A farinha é o principal produto de exportação, dos 196.389 alqueires 89.606 são exportados⁴⁵”. Em Canasvieiras, nessa mesma época, o café

⁴⁵ CAMPOS, Nazareno. José. de *Terras comunais e pequena produção açoriana na ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Dissertação de Mestrado em Geografia, UFSC, 1989.

tinha um grande destaque, como narrou a senhora Maria Joana Alves: “plantava café e vendia para fora, ensacava para São Paulo”.

Além da plantação de arroz que movimentava os trabalhadores da região, alguns moradores tinham seus negócios próprios, como os armazéns de secos e molhados, os engenhos de farinha e de açúcar e a plantação de linho cânhamo. Notou-se que aqueles moradores que não possuíam os meios de produção, empregavam-se com algum empreendedor local. Era o porto que fazia girar negócios e catalisava a produção.

Virgílio Várzea, em sua viagem marítima pela Ilha durante as primeiras décadas de 1900, comentou que: “Canasvieiras possuía muitas lavouras de mandioca, cana, feijão, milho, algodão, café e uva⁴⁶”, mas destacou que o café, naqueles últimos vinte anos, era a principal produção. O autor incluiu no relatório a excelente localização portuária, destacando o “Porto do Rio”, como ideal para navios de pequeno porte que escoavam a produção local por este rio que desaguava em Sambaqui. Conseqüentemente, diminuía o tempo da viagem, fazendo com que a produção local chegasse em Florianópolis. Canasvieiras da época dos escritos de Virgílio Várzea era praticamente auto-suficiente, necessitando apenas adquirir sal de outra região. Posteriormente, em meados do século XX, por volta de 1940, outra necessidade a suprir era a bateria para o rádio, como recordou o senhor Carlos Mateus da Silva: “a gente tinha rádio, mas era de bateria [...]. Quando ia à cidade, levava pra carregar”.

Indagando sobre quais produtos eram necessários em Canasvieiras nas primeiras décadas do século XX e cuja aquisição facilitaria o cotidiano, o senhor Carlos Mateus da Silva continuou relatando que:

A querosene. Uns usavam o candeeiro, outros usavam a lamparina, então era a luz, tinha que comprar querosene, o sabão também tinha que comprar. Tinha uns que retiravam sal das pedras, mas era pouco. Era tudo feito no fogão a lenha, tinha lenha que não acabava mais. Aqui tinha a salga, onde é hoje a casa do Dr. Miguel. Meu pai ajudou a construir, ele fez muita casa, fez nos ingleses, por isso tudo ai, eu aprendi com ele, mas eu fazia só pra mim. A casa do Nicolau foi meu pai que fez [...] ele ia trabalhando assim fazendo casas.

⁴⁶ VARZEA, Virgílio. *Santa Catarina – A Ilha*. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1985.

O crescimento econômico de Canasvieiras aconteceu marcadamente entre os séculos XVIII e XIX, pois a localidade foi favorecida por ser caminho obrigatório para o Forte São José da Ponta Grossa. Partindo-se do porto de São Francisco de Paula, a única maneira de lá chegar era empreendendo viagem interiorana por cerca de cinco quilômetros.

As famílias de Canasvieiras, além de plantarem mandiocas, cultivavam também cebola, feijão, milho, algodão, cana-de-açúcar. A partir de 1780, Canasvieiras se tornou o primeiro núcleo de cultivo do linho-cânhamo⁴⁷ em toda a Ilha. Algumas famílias se dedicavam exclusivamente às lidas com a carne de boi que traziam de Lages e vendiam na comunidade em especial no Natal e na Festa do Espírito Santo⁴⁸. A esse respeito, o senhor Carlos Mateus da Silva confirma: “a gente só comia carne na festa do Espírito Santo e no Natal. Aqui tinha muita gente que matava boi [...] porque eles negociavam com gado, eles traziam lá de cima, de Lages”. A senhora Maria Salomé Vieira afirma que:

O comércio de carne verde funcionava assim: fulano de tal matou um boi lá pra Vargem e vinha arrolar o boi. Arrolar era assim, vinham de casa em casa oferecer, então a pessoa encomendava, um quilo, dois ou três. Quando fizesse um mês é que eles vinham cobrar, pagava em dinheiro.

Em 1930, foi inaugurada em Canasvieiras a primeira empresa de que se tem notícia. Tratava-se de uma olaria originada da parceria de dois homens moradores do local. Consta que um deles entrou com o campo para retirada da matéria-prima e outro com o capital. A

⁴⁷ Segundo o historiador português Avelino de Freitas Meneses, três produtos agrícolas foram fortemente cultivados no Arquipélago dos Açores na segunda metade do Século XVII: o pastel, planta tintureira muito procurada nos centros da indústria têxtil da Europa do norte; o trigo e o linho. Todavia, a prosperidade econômica açoriana dependia das relações comerciais regulares com o Brasil. Os comerciantes locais sustentavam uma rentável atividade de contrabando com conexões no próprio Reino e no Brasil. Para esse autor, muitos imigrantes açorianos vieram para o Brasil motivados pelo cultivo desses três produtos. MENESES Avelino de F. *Os Açores na encruzilhadas de setecentos (1740-1770) I - Poderes e Instituições*: Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1993.

⁴⁸ A Festa do Espírito Santo tinha elevado importância para as populações locais entre a virada do século XIX para o XX. Muitos autores se dedicaram a pesquisar a Festa do Divino, tanto do ponto de vista do folclore, da antropologia, como na própria historiografia catarinense. Márcia Alves, em recente pesquisa, comenta que a festa possuía um papel pronunciado e, muitas vezes, mais importante do que as festividades do próprio Natal. As pessoas se vestiam de maneira diferenciada e agregavam outros valores alimentares em função da ocasião especial.

ALVES, Márcia. *Entre a Folia e a Sacristia: As (re) significações e intervenções da elite clerical e civil na festa do Divino em Florianópolis (1896-1925)*. Florianópolis. Dissertação de Mestrado em História, UFSC, 1999.

inauguração desta foi uma verdadeira festa na localidade, como narra a filha mais velha de um dos sócios, a senhora Adelina Severiana Bitencourt⁴⁹.

Era uma olaria grande. No dia que foi aceso para colocar a primeira queima de fogos, acho assim que até a Ponta Grossa e Vargem Pequena, tudo quanto foi gente veio ver, foi lindo, lindo quando acenderam o fogo [...] o pessoal veio de Caieiras que o pai trouxe para trabalhar e tinha gente que perdia hora pra ver o tijolo sendo feito [...] muita gente foi ver como funcionava uma fábrica de fazer tijolos [...].

Alguns homens foram recrutados de outras regiões para trabalhar na olaria. O transporte da produção era feito em carros de boi que deslocavam praticamente toda a produção para o canteiro de obras do Hotel Balneário de Canasvieiras, edificação à beira da praia, inaugurada em 1930. A olaria agregou vários funcionários e gerou muitos negócios, mas não foi propriamente iniciada por causa do hotel e sim porque um dos sócios, que era natural de uma região que tinha muitas olarias, percebeu que em Canasvieiras o negócio poderia ser rentável. A fábrica de tijolos esteve em funcionamento por três anos e abasteceu a construção do referido hotel, assim como outras obras menores. Segundo relatos, a sociedade comercial se dissolveu por causa de um desentendimento entre os sócios, mas prosperava tanto que os mesmos adquiriram terras na região.

Com o objetivo de identificar as profissões declaradas pelos moradores, foram consultados três livros de registros de nascimentos do Cartório Costa, situado na Avenida das Nações, 405B, em Canasvieiras: o livro número dois, relativo aos assentos de nascimentos ocorridos entre 1895 a 1908; o número três, com registros de 1908 a 1918; o número quatro, com registros de 1918 a 1942.

Muito embora pareça óbvio que a população masculina compusesse, em sua imensa maioria, a profissão de pescador, o ofício de lavrador é o que mais ocorre nas declarações de nascimentos dos filhos. Analisando minuciosamente esses livros, até meados do século XX,

⁴⁹ A senhora Adelina Severiana Bitencourt nasceu em 1924, em Canasvieiras. É casada e teve cinco filhos, o mais velho falecido em acidente de automóvel recentemente. Contribuía com a economia doméstica fazendo renda de bilro e crivo, assim como com os trabalhos na lavoura. Relatou que, durante sua mocidade, contribuía com os negócios da família, quando seu pai se tornara um destacado comerciante da região.

percebe-se uma multiplicidade de profissões antevendo um rol bastante variado delas. Cita-se algumas: carpinteiro, funcionário público, mercador, negociante; pombeiro (representante do negociante – que viajava a pé levando os produtos no ombro em uma cesta), oficial de promotoria, professor público e artista. Contudo e indiscutivelmente, a profissão de lavrador é a mais recorrente.

Nesses livros de assentos, aparece algumas vezes a profissão de doméstica, o que acontecia quando mulheres registravam o nascimento dos filhos, porque o rebento tinha sido resultado de um amor “impróprio” para os valores sociais e familiares da época. Apesar de se observar que o maior número de registros era realizado pelos homens, as mulheres que declaravam seus rebentos no cartório, provavelmente eram mães solteiras que, tendo engravidado, foram renegadas pela família. Sendo assim, elas mesmas registravam o nascimento do filho. Entretanto, lhes era vetado o convívio familiar, assim como perdiam espaço de terras na Freguesia, pois eram deserddadas. A senhora Adelina Severiana Bitencourt, narrando as histórias das mulheres de sua família, lembrou que:

Bem a minha avó era empregada numa casa que ficava nas imediações da igreja, então ela ficou grávida do filho da família. Eles já tinham comprometido este filho com o dono de uma instância, e nada podiam fazer. Então meu bisavô colocou ela pra rua de casa, não aceitou a situação e ela foi morar com a tia Elísia na praia. Ela teve outra filha, então por isso que ela dizia, um conselho que lhes dou, não caia na conversa de homem, porque a tua avó caiu duas vezes, todos os dois me enganaram.

Nas entrevistas com mulheres mais velhas da comunidade, essas declararam que somente obtinham o direito de usufruir um quinhão de terras da família aquelas que contraíam casamento legítimo; ainda assim, isso somente ocorria quando a família do noivo não tinha terras. Essas mulheres afirmaram também que os irmãos mais velhos da noiva autorizavam os nubentes a ocupar certa parte da propriedade da família. A senhora Maria Joana Alves afirmou que: “os meus irmãos herdaram as terras do meu pai, eu não”.

Questionando os moradores antigos sobre o desinteresse das populações locais em ocupar o território compreendido pela orla marítima de Canasvieiras, a respeito de não ser procurada para moradia - assunto que será amplamente tratado no capítulo dois: *ESBOÇANDO A MODERNIDADE* -, eles afirmam o seguinte: “a gente não gosta de dizer, mas moravam na beira da praia na época as prostitutas, os ex-escravos”. O senhor Carlos Mateus da Silva lembrou de outros usos destinados à praia, na época, narrando que “o mar era só pra pescar, não tinha um pé de pessoa [...]. Então, quando chegava no tempo quente, meio-dia, o gado vinha todo pra praia, por causa dos bichos. Hoje, ao invés de gado, tem gente”.



Figura 5 - Casal trazendo animais da praia, na década de 1950.

Fonte: Acervo particular da família Sardá.

Curiosamente, há um registro no livro número quatro⁵⁰ do Cartório Costa que anuncia o seguinte: “José Campinas de Souza [...] residente à margem da praia de Canasvieiras [...] registrou o nascimento da filha Iracy”. Este registro de nascimento demarca

⁵⁰ Cartório Costa. Livro de Registro de Nascimento Número 04 (1918-1942). Avenida das Nações, 450 B Canasvieiras, Florianópolis SC.

claramente o território compreendido entre a Freguesia e a orla marítima de Canasvieiras, uma vez que os demais assentos declaram o nascimento na Freguesia ou na Rua Velha, tendo ainda que considerar os registros de nascimentos acontecidos no Canto do Lamin. Mesmo que tal demarcação não fosse propriamente geográfica, pelo menos, remetia ao isolamento social dos moradores da praia.

Os estudos sobre o norte da Ilha de Santa Catarina geralmente descrevem as populações locais, em especial aquelas interioranas, como pescadores e plantadores de mandioca ou ainda plantadores de cebola. Existem algumas pesquisas que se pode destacar: “*Marolas antropológicas: identidades em mudança na praia do Santinho*”⁵¹, de João Batista Martins, pesquisa sobre a praia do Santinho, na qual o autor descreve as condições dos moradores daquele local depois da inauguração do Resort Costão do Santinho; “*Memórias de uma comunidade que se transforma de colônia agrícola pesqueira à balneário*”⁵², de Mara Lago, também uma dissertação de mestrado na qual a autora estabelece referências entre o “antigo sistema de campesinato” e a nova ordem de trabalho na comunidade de Canasvieiras, entre elas, a prestação de serviços que atendessem a demanda turística. Entretanto, tais pesquisas não se debruçaram a analisar as minúcias das sociedades estudadas em termos sociais e econômicos no início do século XX. Apenas se dedicaram a refletir sobre elas de forma geral.

Optando por enfatizar, neste momento, apenas os apontamentos de Mara Lago, justamente porque focaliza a mesma comunidade pesquisada na época em que passou a fazer parte do projeto turístico pensado pelas instâncias municipais e estaduais para a Ilha de Santa Catarina com um balneário internacional, afirma a autora: “a lavoura era o trabalho principal [...] a pesca o trabalho acessório [...] a pesca já se tornara o trabalho principal dos habitantes

⁵¹ MARTINS, João B. *Marolas Antropológicas: Identidades e mudanças na praia do Santinho*. 1995. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – UFSC, Florianópolis, 1995.

⁵² LAGO, Mara C. de S. *Memória de uma comunidade que se transforma: De localidade agrícola-pesqueira a balneário*. 1983. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - UFSC, Florianópolis, 1983.

de Canasvieiras, a partir das décadas de 30-40⁵³. No entanto, observando as múltiplas formas de relações de trabalho presentes nas narrativas dos populares que vivenciaram o cotidiano daquela comunidade, observa-se que o próprio sistema de parselhas, espécie de empresa de pesca, era em si diversificado, pois contava com vários trabalhadores. O senhor Júlio Pereira⁵⁴, disse: “eu não tinha parselha, trabalhava em outras como responsável. Na venda do peixe ganhava 10%”. O senhor Carlos Mateus da Silva completou: “papai tinha rede, mas ele não pescava, ele dava pra alguém tomar conta, era o patrão”. E finalizou o senhor Zélio Conceição da Cunha⁵⁵, pescador industrial que pertence a uma geração posterior em relação aos dois homens primeiramente citados: “nós temos cinco ou seis pescadores artesanais que, na realidade, o pescador mesmo acho que ali só eu, o resto é funcionário público”.

Não obstante, percebe-se uma multiplicidade de atividades relacionadas ao trabalho dentro da própria empresa de pesca, assim como formas cambiantes de prestações de serviços dentro da comunidade. A pesca foi mais uma atividade econômica que compôs o cenário de Canasvieiras, denotando diversificação de mão-de-obra não apenas no sistema de parselhas, mas de um modo geral, nas relações de trabalho no seio da própria comunidade.

⁵³ Ibidem, p. 54-63.

⁵⁴ O senhor Júlio Pereira nasceu em 1918, em Canasvieiras. É casado e teve três filhos. Foi pescador, mas não teve rede, nem aparelhos de pesca. Seu pai tinha um terreno pequeno na Freguesia, onde plantavam mandioca, uma vez que as terras próximas ao mar não serviam para agricultura. Contou que enviavam a raiz para ser processada em algum engenho local.

⁵⁵ O senhor Zélio Conceição da Cunha nasceu em 1943, em Canasvieiras. É casado e tem quatro filhos. É pescador industrial. Comentou que buscou profissionalizar-se na atividade, por entender que não havia muitas possibilidades na comunidade. Sua residência localizava-se na avenida principal do balneário de Canasvieiras. Posteriormente, percebendo a forte procura por imóveis no território próximo ao mar, transformou-a em um pequeno centro comercial, onde seus filhos possuem negócios. Reside atualmente nas imediações da antiga Rua Velha. Exerce a função de comandante de embarcação na empresa Pioneira da Costa.

1.3 As Parteiras e Outros Trabalhos

O tema da participação feminina na história do Brasil e de Santa Catarina é bastante difundido atualmente. Mas não foi sempre assim. Com as novas abordagens da historiografia contemporânea, vários autores e autoras contribuíram para a formação de conceitos e categorias de análises mais representativas que permitem observar as experiências sociais, tecendo análises e sedimentando perspectivas um pouco mais densas. A ausência de parâmetros de discussão no âmago do que se convencionou chamar de “minorias sociais”, não constitui prerrogativa apenas da História, mas, das Ciências Sociais como um todo. Com as novas abordagens⁵⁶, surgiram outras possibilidades de pesquisa no campo social, novas maneiras de olhar determinadas questões, transformando as pesquisadoras e pesquisadores atuais em mais atentos, com o olhar mais apurado.

Por muito tempo, as mulheres, os negros, os homossexuais e os grupos populares foram considerados minorias sociais, o que, por si só, efetiva a diferenciação em termos de categorias de análises. Graças a essas novas abordagens, nesses últimos tempos, pode-se transferir o foco de atenção das estruturas econômicas fixas para as conjunturas sociais. Deslizando para as figuras de linguagem, ou seja, tomando por empréstimo o sentido metafórico da questão, poder-se-ia imaginar o método de realizar pesquisas, na atualidade, em comparação com uma visita que se faz a um conhecido. Tal acontecimento permitiria ao convidado transitar entre a cozinha e a sala de estar, desconsiderando o constrangimento comum a um ilustre desconhecido.

⁵⁶ Peter Burke, ao realizar um levantamento sobre o impacto da Escola dos Annales, a considerou como a revolução francesa da historiografia levando em conta que “a mais importante contribuição do grupo, incluindo as três gerações, foi expandir o campo da história por diversas áreas”. O ampliar do território da história cotejando a antropologia, a geografia, a lingüística, a economia significou a imprescindível junção das partes com as quais se compõe a parcela de um todo. Esta maleabilidade seria a mais importante contribuição no campo da historiografia contemporânea.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales, 1929-1989: A revolução francesa da historiografia*. Unesp: São Paulo, 1991.

Em Canasvieiras, a participação feminina no bojo dos processos sociais e econômicos foi uma constante, muito embora não constem na historiografia tradicional, mesmo porque a própria história dessas comunidades antigas também não aparece, ou seja, está para ser pesquisada e escrita. Como lembra a historiadora Maria Bernardete Ramos Flores: “na história, dita tradicional, as mulheres são invisíveis pelo fato de se destinarem a elas espaços domésticos, enquanto que as narrativas históricas se voltaram para os eventos da esfera pública”⁵⁷. A história das comunidades antigas é igualmente *invisível* no contexto da historiografia catarinense. O aventureiro ou a aventureira que lançar mão em nortear suas pesquisas para o cotidiano das antigas fundações coloniais terá que contar com uma boa dose de paciência aliada a um ouvido muito fino, sempre “a postos”, pois que a riqueza da complexidade histórica pode ser visualizada em fontes inesperadas.

A historiadora Joana Maria Pedro, analisando a participação feminina na economia de Desterro⁵⁸ na virada do século XIX para o século XX, considerou que as mulheres trabalhadoras da época aparecem em *seus papéis normativos*, ou seja, eram retratadas como esposas, mães e donas de casa, onde os trabalhos que realizavam de corte e costura, renda bilro, crivo e a produção de tecido⁵⁹ significavam trabalho remunerado fora de casa, embora fossem apenas considerados como complemento da renda familiar, sendo que, em certa “Exposições Provincial de Santa Catarina”, os trabalhos eram publicados sempre com o nome do marido como o principal produtor. Mesmo que fosse assim, segundo a autora, a “riqueza que Desterro/Florianópolis acumulou na década de 50 do século XIX, na área urbana, criou oportunidades para o desempenho de inúmeras atividades, muitas das quais exercidas por

⁵⁷ FLORES, M. Bernardete R. Se me deixam falar; trabalho da memória/memória do trabalho/trabalho e festa.p. 269-285. IN: MORGA, Antonio (Org.) *História das mulheres de Santa Catarina*. Florianópolis/Chapecó: Letras Contemporâneas/Argos, 2001. p. 270.

⁵⁸ PEDRO, Joana, M. *Mulheres honestas, mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994, p 115-162.

⁵⁹ Os trabalhos nos teares envolviam mão-de-obra eminentemente feminina. Já no século XVIII, surgiram as primeiras referências à produção de tecidos. IN: BECK. Anamaria. *Trabalho limpo: a renda de bilro e a produção familiar*.1983. Dissertação (Mestrado em História) - UFSC, Florianópolis, 1983.

mulheres”⁶⁰. Nesse contexto, a improvisação de profissões fez aumentar o leque de prestadoras de serviços, momento em que alguns alvarás eram concedidos pela Câmara Municipal. Sendo assim, as mulheres de Desterro pediam licença para vender “gêneros comestíveis e alimentares, licença para pombiar e para vender fazendas e objetos de moda”⁶¹.

As mulheres de Canasvieiras, quando casadas, tinham nas tarefas domésticas sua principal atividade. Ainda assim, contribuía na lavoura e, em menor escala, na pescaria. As lidas empreendidas na pescaria eram mais comuns entre os homens, entretanto os afazeres em relação ao pescado também eram tarefa da mulher, pois que os gêneros vindos do mar eram limpos e salgados para que durassem meses, uma vez que não havia outra maneira de conservação naquela época. Virgílio Várzea descreveu que “postadas a dona de casa e as moças – filhas e estranhas – em volta ao montão [...] a faina principia, pegando cada qual um peixe”⁶². Os relatos das mulheres de Canasvieiras apontaram que elas também eram responsáveis por todo o funcionamento da casa em relação aos filhos, assim como, em certa medida, pelo próprio companheiro. A senhora Maria dos Passos Amorim Tadeu, lembrou que, “trabalhava na roça e costurava [...] pra mim, pros meus filhos e pro meu marido”. Continua ela narrando como resolvia assuntos relacionados à doença dos filhos:

Quando meus filhos ficavam doentes, eu dava uma dose de óleo de rícino [...] se não melhorava ia buscar uma dose na D. Lili, mas não levava no médico [...] Minha filha que contraiu osseomelite, curei com homeopatia. O velhinho que deu homeopatia pra ela, dizia pra todo mundo, quem curou foi mãe dela, e não eu, pois a mãe cumpriu a dieta. Ela comeu por um ano inteiro caldo de galinha e bolachão com leite, nada diferente.

As mulheres solteiras de Canasvieiras trabalhavam com os pais e contribuía com a renda doméstica. Quando casadas, passavam a colaborar com o marido. A esse respeito, afirma a senhora Maria Joana Alves:

⁶⁰ PEDRO, Joana, M. *Mulheres honestas, mulheres faladas*: uma questão de classe. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994, p. 126.

⁶¹ *Ibidem*, p. 127.

⁶² VÁRZEA, Virgílio. *Santa Catarina - A Ilha*. Florianópolis: IOESC, 1994, p. 191.

Eu fiquei noiva, mas o meu avô judiava de mim. Eu fugi de casa, ele não queria que eu me casasse, queria que eu ficasse na roça trabalhando para ele. Eu, quando casada, engordei, não trabalhava na roça, era bem tratada.

Muito embora as mulheres não fossem propriamente reconhecidas em seu trabalho na comunidade, desempenhavam um papel fundamental na economia da localidade. Eram costureiras, doceiras, faziam renda de bilros, como informou a senhora Maria Salomé Vieira: “de noite, em casa, os homens saíam, iam pra casa dos amigos, eu e minha irmã ficávamos fazendo renda até o galo cantar. Porque a gente se vestia da renda”, ao que completou a senhora Adelina Severiana Bitencourt, lembrando que: “fazíamos muito crivo também, a toalha já vinha riscada da casa porto. No mais, era a renda. Quando chegava na colheita da cebola, a gente trabalhava, à noite, na renda e de dia na cebola”. Isso quer apenas dizer que as moças da região não contavam com os recursos financeiros da família a que pertenciam em benefício próprio, muito embora contribuíssem amplamente para a manutenção financeira da família como um todo. Desde muito cedo, as moças geriam seus próprios recursos no que diz respeito a vestimentas, como também planejavam, costuravam e bordavam todo o enxoval, quando o casamento estava à vista.

Nota-se que não só as moças das famílias com menos recursos, como também as moças pertencentes às famílias mais abastadas adotavam tal prática: se vestirem com os recursos de seus próprios trabalhos. Isto é, fazia parte dos hábitos das moças casadoiras, independente da classe social local, planejar e costurar o enxoval.

Nesse tempo, não era apenas o Canto do Lamin, a Rua Velha e a Freguesia que eram isolados entre si, a própria Canasvieiras, em relação ao resto da Ilha de Santa Catarina, era um sítio distante, tanto que a única maneira de ir para Florianópolis era a pé ou de canoa. A estrada que, segundo relatos, ligava a comunidade a Florianópolis era de barro com largura suficiente para passar um carro de boi. O trajeto necessário para alcançar o centro da cidade tinha que ser considerado levando em conta a passagem por dentro das comunidades, ou seja,

os moradores saiam de Canasvieiras, passando por dentro do atual Santo Antônio de Lisboa, o bairro Monte Verde e João Paulo, antigamente conhecido como Saco Grande I e II. O transporte coletivo começou a circular na comunidade somente a partir de 1937, quando então se empreenderam medidas no intuito de melhorar as condições da estrada. Mesmo considerando que houvesse um meio de transporte destinado a fazer chegar em Florianópolis os moradores de Canasvieiras, ainda assim, não se tratava de um ônibus nos moldes como conhecemos hoje. Segundo alguns relatos, tratava-se de um caminhão modificado que continha alguns bancos no seu interior, cujas laterais eram abertas e havia uma cobertura. A este respeito, a senhora Maria dos Passos Amorim Tadeu, narrou um fato curioso que atesta o formato da carroceria do transporte coletivo naquelas paragens. Contou ela que, certo dia, viajavam alguns moradores com destino à Florianópolis: “o motorista passou muito perto do galho de arueira que arrancou a orelha do Quinzito [...] ele levou a orelha na mão pendurada até o hospital pra consertar”.

Segundo o jornal *O Estado*⁶³, em Florianópolis, o transporte coletivo começou a circular em 1920, momento em que “os senhores Antonio Babbitonga e Júlio Nicolau de Moura constituíram uma sociedade para [oferecer] serviço regular de auto omnibus, idêntico ao que existe no Rio e em quasi todas as cidades da Europa”. Todavia, o primeiro ônibus circulava apenas no miolo central da cidade e tal meio de transporte foi contemporâneo dos bondinhos até 1934.⁶⁴

Em termos de regularidade do transporte coletivo na comunidade de Canasvieiras, os relatos indicam que acontecia da seguinte maneira: partia um ônibus para Florianópolis antes do alvorecer, em todos os dias da semana, exceto aos sábados e domingos, e o mesmo retornava apenas quando a noite caía. Muitas outras narrativas curiosas dão conta de certa tolerância dos moradores em relação aos viajantes. Como ainda não havia uma normatização

⁶³ Jornal *O Estado*, Florianópolis, 11 junho de 1920, p.1.

⁶⁴ VEIGA, Eliane. *Transporte coletivo em Florianópolis: origens e destinos de uma cidade à beira mar*. Florianópolis: Insular, 2004, p. 60-85.

da circulação do ônibus, este parava para pegar os passageiros diante da casa do interessado, sendo que muitas vezes as crianças eram quem aguardavam o veículo e, ao acenarem para o motorista, sinalizavam o interesse pela viagem daquele dia. De acordo com relatos, às vezes, o grande interessado não estava bem pronto para o embarque. Havia aqueles que ainda não tinham acabado de preparar o cigarro, por exemplo, que, naquela época, era feito em duas partes, ou seja, depois de picar o fumo se enrolava manualmente nas folhas de milho desidratadas, formando assim o cigarro de palha. Também havia outros moradores que não encontravam o chapéu no momento do embarque, item que sem o qual, seria impensável uma visita à cidade. Isto, segundo relatos, fazia com que o ônibus permanecesse parado diante da casa do interessado, deixando todos à espera do aprumo do viajante.

Naquela época, os doentes e as parturientes eram tratados na própria comunidade, exceto aqueles casos que necessitavam ser conduzidos para a cidade, quando então a família contratava um carro para prestar socorro rápido. A medicalização do parto em Florianópolis ocorreu a partir de meados do século XX, no bojo do projeto republicano. O reajustamento social⁶⁵ pautou-se nos discursos das elites, ancorados na nova ordem capitalista, onde imperava a modernização da sociedade, assim como a demarcação da produção de saberes científicos que reconduzisse em especial aqueles segmentos mais populares do litoral de Santa Catarina, desenvolvendo nessas comunidades não só o poder a ser reconhecido do médico, como também derrocando o conhecimento popular dos homeopáticos e parteiras. No contexto social de transição, de acordo com Carmem Susana Tornquist, em Florianópolis, as mulheres

⁶⁵ Algumas pesquisas recentes contribuíram para uma nova maneira de perceber a sociedade florianopolitana na transição Império/República, cujas inferências visibilizaram a Ilha de Santa Catarina a partir dos discursos reformuladores da ordem social protagonizados pela elite. O projeto Republicano alterava, em grande medida, os hábitos sociais e o reajustamento de condutas, em especial aqueles comumente percebidos nas classes mais populares. Sobre esse tipo de abordagem em Florianópolis consultar: ARAÚJO, Hermes R. de. *A Invenção do Litoral: Reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*. 1989. Dissertação (Mestrado em História) – PUC, São Paulo, 1989. CHEREM, Rosângela, M. *Caminhos para muitos possíveis: Desterro no final do Império*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) - USP, São Paulo, 1994. OLIVEIRA, Henrique L.P de. *Os filhos da falha: Assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro (1828/1887)*. 1990. Dissertação (Mestrado em História) - PUC, São Paulo, 1990.

pariam seus rebentos com o apoio dos familiares e mulheres das suas próprias relações sociais.

Aos primeiros sinais do trabalho de parto (“as dores”), a mãe ou alguma pessoa da família ou vizinhança encarregava-se de “buscar ajuda” [...]. Nesse momento, entrava em cena a parteira (que poderia desempenhar esse ofício na comunidade ou numa comunidade vizinha), ou uma mulher que conhecesse os segredos do parto, e que, caso fosse preciso, desempenhava [...] ocasionalmente a tarefa. No caso de partos difíceis, chamava-se uma parteira que, preferencialmente, tivesse maior prestígio, por conta de sua maior experiência ou mesmo por ser benzedeira⁶⁶.

Em Canasvieiras, as parteiras tinham área de atendimento, ou seja, aquela que atendia ao Canto do Lamin não atendia a Freguesia, assim como havia a parteira da Rua Velha. Quando a mulher realizava o parto do primogênito com uma determinada parteira, recomendava-se que os demais também fossem atendidos preferencialmente com a mesma mulher. O momento do nascimento do rebento não se reduzia apenas à parição em si. Naquela época, as mulheres não faziam o atualmente conhecido exame pré-natal, somente chamavam a parteira no momento em que sentiam a hora de dar à luz. Todavia, diferentemente da atualidade, o atendimento se estendia até o recém-nascido completar sete dias. Segundo relatos recolhidos entre as mulheres entrevistadas para esta pesquisa, após o parto, a parteira visitava uma vez por dia a parturiente, fazia a higiene íntima na mulher e no bebê, até que a mãe se encontrasse fortalecida o suficiente para cuidar sozinha de si e do rebento.

Detentoras de notável poder social na comunidade, as parteiras não eram pagas, em dinheiro, por seus serviços; dizem os moradores antigos que elas não aceitavam, mas tinham o reconhecimento social. O trabalho das parteiras significava mais do que o serviço prestado de mulher para mulher, era o trabalho da curandeira, da conselheira, da experiência, da voz ouvida tanto pelos homens como pelas mulheres da comunidade; sinalizava um trabalho especialmente vocacionado, onde a mulher, detentora daquele dom, não poderia cobrar pelos

⁶⁶ TORNQUIST, Carmen. S. A mão e a luva: processo de medicalização do parto e corpo feminino em Florianópolis. IN: MORGA Antônio (Org.) História das mulheres de Santa Catarina. Florianópolis/Chapecó: Letras Contemporâneas/ Argos, 2001. p. 44.

serviços prestados. Utilizando a própria maneira das mulheres mais velhas de Canasvieiras se referirem às parteiras, quando chegava o momento de “acudir” a mulher em trabalho de parto, não tinha tempo ruim. Curiosamente, hoje em dia, a única creche pública com berçário da comunidade foi inaugurada em dezembro de 1992 e ganhou o nome de uma antiga parteira - Dona Alice.

As professoras, naquele tempo, também exerciam influência marcante naquela sociedade. Muitas delas eram da própria comunidade e algumas vinham de outras Freguesias mais distantes. Quando eram pessoas dos distritos vizinhos, geralmente se estabeleciam na comunidade, onde constituíam família, conquistavam espaço social. Nos primeiros anos do século XX, quando a comunidade era marcadamente dividida em três territórios, como já se fez menção, havia duas escolas: a Escola Feminina de Rua Velha e a Escola Masculina de Rua Velha. Ambas eram públicas e funcionavam em sedes diferenciadas dentro na comunidade. Uma se destinava à educação masculina e outra à educação feminina. A sala de aula geralmente era cedida por algum dos moradores, cujo espaço físico da sua residência permitia abrigar uma classe de alunos. Alguns relatos apontaram que esses homens e mulheres chegavam ao cargo de professor na comunidade por nomeação política. Ainda assim, a seleção do profissional que alfabetizaria as crianças na comunidade também levava em conta as habilidades específicas nas letras ou na matemática.

Em relação aos demais moradores, não quer necessariamente dizer que tivessem realizado cursos de capacitação antes de ingressarem na profissão. Esses cursos ocorriam depois do professor se encontrar vinculado à sala de aula, já trabalhando com as crianças, e eram ministrados pelo Estado. Uma vez por mês, esses homens e mulheres, primeiros professores da comunidade, se deslocavam para Florianópolis onde prestavam contas dos trabalhos realizados, recebiam seus proventos e participavam do curso de capacitação. Outras vezes, o inspetor, pessoa designada pelo Estado para acompanhar o andamento das aulas,

visitava a escola na comunidade. Geralmente a professora e o professor eram os únicos responsáveis pelo funcionamento da escola. Como recordou a senhora Iracema de Brito Andrade⁶⁷, antiga professora da comunidade, “aos sábados sempre convocava alguns dos alunos, rapazes e moças, para me ajudar nas tarefas de asseio da sala de aula. Trabalhávamos por duas horas, limpando e escovando o chão e as carteiras”.

Alguns relatos dão conta de que os castigos por indisciplina eram muito severos. A senhora Maria dos Passos Amorim Tadeu contou que: “o professor era bravo, ele surrava a gente, dava murro na mão, na cabeça, dava bastante castigo”. Ao que tudo indica, os moradores da comunidade freqüentavam a escola por sete ou oito anos aproximadamente, apenas para que obtivessem uma escolaridade que os permitisse assinar o nome e realizar as operações básicas; mas também havia os que eram analfabetos. Novamente a senhora Maria dos Passos Amorim Tadeu, revendo suas lembranças, contou que:

Eu sabia ler, ele não sabia (o marido). Eu ensinei a fazer o nome dele, porque eu achava muito feio um brasileiro não saber [...] ele fazia desenhado, porque ele não sabia ler. Isso foi depois de casado também.

Por volta de 1940 a 1950, apesar da comunidade contar com inúmeras formas de trabalho e meios de sobrevivência, o dinheiro em espécie fazia-se raro. De acordo com relatos recolhidos entre a população masculina, os homens da comunidade costumavam migrar para outros estados da federação brasileira. O senhor Pedro Alípio Calazans, narrou que:

Naquela época era assim: o pessoal mais idoso, os pais, ficavam em casa, então os filhos quando estavam com mais ou menos dezoito, dezenove anos, então eles iam tudo para o Rio Grande do Sul para pescar na pescaria da tainha, era comum. Quase todos eles de Canasvieiras foram para o Rio Grande. Assim, depois é que uns três ou quatro iam para Santos. A maioria ia para Rio Grande, tiravam a safra da tainha, tiravam a safra da corvina e do bagre e depois

⁶⁷ A senhora Iracema de Brito Andrade nasceu no Canto do Lamin, em 1923. Ficou viúva recentemente, tem três filhos. Em 1940, passou a residir na casa de parentes em Florianópolis, objetivando tornar-se professora. Em 1943, vinculou-se à Secretaria da Educação do Estado de Santa Catarina e foi designada para lecionar em Tirivas – Brusque. Dois anos depois, passou a trabalhar em Angelina, posteriormente em Serrarias - São José e, finalmente, em Canasvieiras, onde exerceu a profissão até se aposentar.

arrecadavam aquele dinheiro que ganhavam e vinham para Canasvieiras, para Santa Catarina. Então, eles ficavam cuidando da plantação dos pais, depois, quando voltava o tempo da safra, voltavam para Rio Grande de novo.

Às vezes, eles iam quatro, cinco vezes para o Rio Grande durante a pesca, todo o ano.

Daí, lá no Rio Grande, eles faziam a soma do peixe que vendiam para a fábrica e faziam a partilha. Cada proeiro daquele ganhava 800, 900 mil. Ai eles compravam passagem e vinham embora para Canasvieiras.

A senhora Maria Joana Alves ponderou que: “naquele tempo, não tinha emprego, não tinha dinheiro. Eles iam para Rio Grande do Sul para ganhar”. Ao que completou a senhora Maria dos Passos Amorim Tadeu, lembrando as ausências do marido: “ele foi, a primeira vez, solteiro; depois de casado, ele continuou a ir. Nos casamos em 1939 e, em 1940, ele foi de novo. Todos os homens aqui faziam assim, acabava o dinheiro e ia.”

Pelo que se pode observar, a maioria dos homens de Canasvieiras seguia para o Rio Grande do Sul, mas também aconteceram algumas poucas migrações para São Paulo, como recordou o senhor Pedro Alípio Calazans:

Com 19 anos, fui para Santos e trabalhei um ano e meio como garçom e assistente de cozinha no restaurante, e mais tarde trabalhei também para a Açucareira Santista. Quando cheguei lá fiquei na hospedaria de uma portuguesa que sempre recebia as pessoas de Santa Catarina. Eles chamavam de os Catarina.

Relatando sobre como ocorria tal viagem para São Paulo, o senhor Pedro Alípio Calazans comentou que, nessa época, havia o Vapor Carl Hoepcke, que partia de Florianópolis, transportando pessoas e cargas. Seu trajeto incluía os portos de Itajaí e São Francisco do Sul. O objetivo primordial dos que partiam para tão longe era juntar dinheiro para comprar uma casa de comércio ou qualquer outro tipo de investimento que se pudesse realizar na comunidade.

De acordo com as pessoas entrevistadas, o investimento financeiro empreendido para realizar as viagens dependia de maior concentração monetária de acordo com o destino escolhido. Quando o objetivo era seguir para São Paulo, a distância e o meio de transporte tornavam o trajeto um pouco mais dispendioso.

As viagens com destino ao Rio Grande do Sul igualmente significavam trabalhar objetivando angariar fundos que possibilitassem a aquisição de um bem material ou mesmo para a sobrevivência imediata. Constatou-se que os homens saíam da comunidade nas mais variadas faixas etárias, desde rapazes solteiros até homens casados com filhos e famílias consolidadas partiam em busca de melhores condições financeiras. De acordo com os relatos recolhidos na comunidade, a imensa maioria seguia para o Rio Grande do Sul e poucos eram aqueles que rumavam para São Paulo. Possivelmente, tais migrações preferiam o Rio Grande justamente em função das somas necessárias para o empreendimento. Analisando os relatos se observa também muitos casos de casamentos desfeitos pelo fato do marido não mais retornar para a comunidade, como também outros casos em que, uma vez tendo deixado a esposa grávida, os homens somente conheciam a criança, quando esta já completara dois ou três anos de idade.

Detalhando as formas de trabalho e as relações com os patrões, os homens que partiram para o Rio Grande do Sul lembraram que, apesar de lhes ser exigido o vínculo a partir da Carteira de Pescador, não contavam com nenhum direito trabalhista. Neste sentido, pode-se considerar que a profissionalização da atividade de pescador surgiu em Canasvieiras a partir de tais exigências por parte dos empregadores externos, pois que, até então, não se obrigava o pescador local a apresentar documentos que comprovassem a profissão. Como lembrou o senhor Reinaldo Bitencourt⁶⁸, “aqui (Canasvieiras) ninguém procurava fazer a carteira de pesca; lá no Rio Grande, era obrigado a tirar a carteira”.

Consultando a Colônia de Pescadores de Santa Catarina, procurando compreender como ocorreram as normatizações da referida profissão, o senhor Ivo da Silva, atual

⁶⁸ O senhor Reinaldo Bitencourt nasceu em 1931, em Canasvieiras. É casado e teve sete filhos, dos quais dois morreram na infância. Tutelou um sobrinho até sua maioridade. Foi pescador profissional, tendo obtido a licença de pesca em 1948, no Rio Grande do Sul. Em 1962, efetivou-se como funcionário público na extinta Caça e Pesca. Aposentou-se através da Secretaria do Estado da Agricultura de Santa Catarina, em 1988.

presidente da Federação da Pesca do Estado de Santa Catarina - FEPESC⁶⁹, esclareceu que a Carteira de Pesca, criada em 1912 pela Marinha do Brasil, surgiu com o intuito de proteger os limites das águas brasileiras. Além disso, em certo momento, os pescadores vinculados também contribuía com o controle da febre amarela no Brasil, cadastrando as populações ribeirinhas. O vínculo do trabalhador através de tal Carteira estabelecia as normas e condutas que regiam o trabalho, além de indicar as épocas em que tal categoria trabalhadora deveria cadastrar-se, mantendo a regularização e recomendando que:

[...] os vistos de matrículas e renovação de licença serão feitos nos três primeiros meses do exercício [...] as matrículas não visadas nas épocas marcadas, ficarão sujeitas às multas estipuladas por infração da Polícia Naval.

Além disso, dispunha, também, sobre o segmento de trabalhadores que poderiam vincular-se, conforme estabelece o Capítulo IX da Marinha Mercante Nacional:

A matrícula pessoal como inscrição, instauradas nas Capitânicas de Portos e repartições dela dependentes, dos indivíduos maiores de 16 anos nacionais e estrangeiros que desejam se empregar nas embarcações mercantes, na pesca, servir em embarcações ou sua estiva, operários de oficinas navais, estaleiros e carreiras, é o documento obrigatório a tais indivíduos para exercerem suas atividades profissionais.⁷⁰

⁶⁹ FEPESC, Federação da Pesca do Estado de Santa Catarina, filiado ao CNP, Conselho Nacional da Pesca.

⁷⁰ Retirado da Caderneta de Matrícula para Pescador do Ministério da Marinha, editada em 1941. Acervo pessoal do senhor Reinaldo Bitencourt, gentilmente concedido para esta pesquisa.



Figura 6 - Caderneta de Pesca de 1941

Fonte: Acervo pessoal do senhor Reinaldo Bitencourt.

Segundo relatos retirados das lembranças dos homens de Canavieiras, foram muitos os que partiram da comunidade para desempenhar tal atividade. Esta iniciativa também foi observada nas comunidades próximas, na atual região norte da Ilha. Esses homens recordaram que, ao chegarem no Rio Grande do Sul, apresentavam-se em uma Parelha de Pesca, onde era necessário portarem a Caderneta de Matrícula Para Pescador.

“Parelha”, na língua portuguesa, significa um par. Na linguagem dos pescadores, quer dizer “uma dupla de barcos”, assim como o aparelhamento da pesca, no sentido dos apetrechos relativos às atividades no mar; além de significar um pescador artesanal trabalhando para outro também artesanal, sem constituir uma empresa.

Muito embora houvesse regularização da profissão de pescador, os recebimentos destes pelos serviços prestados eram regulados em função da safra. Poderiam demorar meses para acontecer. Enquanto isso, os homens vinculados à determinada parelha eram mantidos

pelo patrão, em termos de alimentação e hospedagem, cujos valores, ao final da empreitada, eram descontados. O senhor Reinaldo Bitencourt contou que:

A gente só recebia dinheiro depois da safra, a gente começava em janeiro e ia até a semana Santa, então a Parelha fazia o pagamento. Tinha as safras, a da tainha que era de abril a junho, depois vinha a safra de seis meses, que era de junho a dezembro. A gente trabalhava com todo tipo de pescaria, mas só recebia o dinheiro no fim de cada safra.

Inferindo sobre o destino das somas resultantes desses trabalhos trazidas para a comunidade, os homens contaram que geralmente os solteiros compravam trajes de roupas, assim como sapatos novos, no intuito de demonstrar socialmente as novas condições financeiras, frutos do trabalho externo. Segundo eles, a maioria das pessoas utilizava vestimentas simples, e a forma como se apresentavam socialmente nos bailes e festas da igreja denotava as condições financeiras das famílias. Os solteiros que haviam se comprometido com alguma moça também não investiam em casa própria, mas acabavam casando depois da safra, quando passavam a morar com o sogro. Os casados investiam na reforma na casa, na compra de móveis novos; muitos também compravam animais, como gado e cavalo, o que, em certa medida, contribuía com os afazeres domésticos.

Alguns relataram que, ao retornarem para Canasvieiras, fazia-se comum serem procurados por herdeiros interessados em vender terrenos. Segundo um dos homens entrevistados, em 1954, um terreno que medisse 25 metros de frente e cujos fundos alcançavam o mar, lhe foi oferecido por seis contos de réis. Outros lotes menores valiam cerca de três ou quatro contos de réis. Ainda assim, não era comum que investissem seus valores em terras, pois que, de acordo com os referidos trabalhadores das empresas de pesca, a terra, sendo abundante, interessava a poucos.

O recrutamento local para a atividade pesqueira no Rio Grande do Sul não acontecia através de campanhas de algum empreiteiro em busca de mão-de-obra. Os homens de Canasvieiras investiam na migração por conta própria. Eles contaram que contratavam um

caminhão com capacidade para levar cerca de trinta ou quarenta homens e que o valor do frete era dividido entre as partes interessadas. Tal valor era pago por conta própria.

A respeito do percurso de Santa Catarina até o Rio Grande do Sul, na época, consta que viajavam cerca de quatro dias, atravessando em balsas. Um bom trecho do percurso era feito pelas praias⁷¹ que margeiam o litoral de Santa Catarina e fazem divisa com o Rio Grande do Sul.

Sobre as viagens empreendidas pelo marido, a senhora Maria dos Passos Amorim Tadeu contou que: “quem emprestou dinheiro pra ele ir foi o meu irmão. Era 100 mil réis. Aí ele me deixou 10 mil réis e levou 90”.

Diante de tantas dificuldades relativas à tal empreitada, muitos se ressentiam dessas lembranças indesejáveis, como forjou o senhor Lídio da Cunha: “eu andava na pescaria mais não gostava. Eu ia pro Rio Grande igual o boi ia pra faca, na marra”.

Consultando os registros relativos às normatizações da atividade pesqueira na Colônia de Pescadores⁷², constatou-se que há uma diferença entre pescador artesanal e industrial. O pescador artesanal é aquele que atua na praia; o pescador industrial é o que atua em alto-mar e permanece embarcado durante a safra de determinado tipo de pescado, o que pode significar alguns meses sem desembarcar. De acordo com a referida entidade, os profissionais de alto-mar são funcionários da empresa pesqueira e a ela vinculados. Os profissionais artesanais trabalham como autônomos e não contratam funcionários nem recolhem encargos sociais, uma vez que não se constituem como empresa.

⁷¹ O Município de Içara, próximo à Criciúma, possui uma extensa praia conhecida atualmente como Balneário Rincão. Por ela, é possível chegar a Araranguá, onde Santa Catarina faz divisa com o Rio Grande do Sul. Pela extensão da atual praia de Torres, é também possível trafegar de carro, alcançado assim o Estado vizinho.

⁷² A Colônia de Pescadores, fundada em 1935, é uma entidade de classe vinculada à Federação dos Pescadores do Estado de Santa Catarina. Possui várias atividades. Entre elas, presta serviços burocráticos aos seus associados, como seguro desemprego; encaminha documentação para efetivação da isenção de IPTU, aposentadoria, auxílio maternidade. O Estado de Santa Catarina está distribuído em zonas que funcionam ao longo do litoral. A Zona 11 denomina a região da Grande Florianópolis; entretanto, Canasvieiras, em 1960, era denominada Zona 20. A sede da Colônia de Pescadores encontra-se na Rua Presidente Coutinho, 69, Centro, Florianópolis SC.

Hoje em dia, a entidade agrega um mil e duzentos pescadores e pescadoras que, vinculados à Colônia, recolhem anuidade para a entidade. Entretanto, o Estado de Santa Catarina possui cerca de cinco mil pescadores.

Considera-se a atividade pesqueira artesanal muito diminuída em Florianópolis, e são muitas as razões apontadas pelos pescadores. Entre elas estão: a pesca industrial que corre indiscriminadamente, não havendo uma demarcação clara de zoneamento proibitivo; a especulação imobiliária; a não-valorização da cultura local; a não-fiscalização do defeso.

2 ESBOÇANDO A MODERNIDADE

2.1 A Magia do Futuro

O sol havia corado suas faces o bastante e, mesmo não sendo possível ver-se no espelho, ficava imaginando suas bochechas fortemente rosadas. Agora, ela não precisava disfarçar, pois não estava diante daquele que tomara seu coração, tampouco esperava encontrá-lo naquele momento. Na atual circunstância, com os fundos da roupa totalmente amarelados pelo pó do barro, o constrangimento seria inevitável. Isto sim, com certeza, tornaria suas faces ainda mais rubras, e não seria somente pela incidência do sol. Debruçada sobre a pilha de tijolos cuidadosamente acomodada dentro do carro, sua tarefa principal consistia em fazer andar os bois que, às vezes, empacavam. Nesses momentos, sentia-se como uma fada, com uma varinha em punho, bastava tocar levemente no couro dos animais e estes prontamente avançavam alguns passos.

A viagem entre a Freguesia e a praia se fazia muito lenta e cheia de surpresas. Era necessário atravessar um mangue lamacento e o carro sempre atolava, quando estava abarrotado. O caminho estreito era margeado por inúmeras árvores frondosas onde barços abraçados bordavam a bucólica picada. Os tijolos tinham sido encomendados para uma solitária construção na beira do mar. Ao findarem o percurso atual, ela teria tempo para se refazer. No lugar de destino da carga, soprava uma brisa ligeira cujo ar anunciava um novo e desconhecido tempo. Também, o que estaria fazendo se não ocupasse seu tempo acompanhando a entrega da encomenda na praia? Eram inúmeros os serviços na olaria, mas

ela sempre preferia a aventura que envolvia o percurso da entrega, por causa do alívio e da delícia da orla. Com efeito, um incômodo lhe acometia durante as quatro viagens diárias necessárias para realizar os trabalhos: a presença quase pegajosa do irmão mais novo. Com ele, além de revezar o lugar ocupado dentro do carro, especialmente quando este estava carregado, ela muitas vezes tinha que ceder a varinha mágica⁷³.

A construção do Hotel Balneário, iniciada em 1930 na praia de Canasvieiras, fluía sem alterar significativamente a percepção da maioria dos moradores da antiga Freguesia de São Francisco de Paula. No início do século XX, Florianópolis ainda não tinha hotéis, apenas pensões que possuíam conotações diferenciadas em termos de hospedagens. Os moradores de Canasvieiras, narrando suas relações de trabalho quando estas dependiam do centro da cidade, contam que dormiam em hospedarias. É o que relembra a senhora Adelina Severiana Bitencourt: “papai, por exemplo, às vezes ficava a semana toda fora de casa. Ele costumava ficar numa pensão em Florianópolis”. A própria Canasvieiras conheceu uma hospedaria por volta de 1920, como mostrou o senhor Pedro Alípio Calazans: [havia um] “hotel que a gente chamava do Hotel do Seu Zé Zifira, um hotel antigo, espécie de pensão. Então, alugava um quarto para pessoa solteira, um viajante”. A cidade de Florianópolis conheceu seu primeiro hotel voltado ao recebimento de turistas apenas a partir de 1928, que foi construído no centro, em plena Praça XV de Novembro. Tratava-se do Hotel Majestic, cuja obra foi inaugurada em 1930. O *folder* de propaganda do hotel dizia o seguinte:

Florianópolis em festa inaugura orgulhosa o seu Hotel Majestic, que passou a hospedar em suas luxuosas instalações, os mais importantes visitantes da capital do estado, e a atrair turistas ‘abastados’ de várias regiões do Estado e do país [...] o primeiro prédio de concreto armado de Florianópolis, uma avançada obra da

⁷³ A história narrada sobre Canasvieiras no início do século XX foi retirada das lembranças dos idosos do lugar, quando indagados sobre o cotidiano que vivenciavam naquele local. Nesse caso em especial, em entrevista concedida para esta pesquisa, a senhora Adelina Severiana Bitencourt contou histórias de seu pai. Para este capítulo, foram entrevistadas gerações mais jovens da comunidade, em função do recorte temporal da pesquisa. Também foram incluídas entrevistas com pessoas que não moram da comunidade. Todas as entrevistas destacadas neste capítulo compõem as fontes desta dissertação de mestrado e estão disponibilizadas no acervo do Laboratório de História Oral da Universidade Federal de Santa Catarina.

engenharia para a sua época [...] o cimento estrangeiro, chegava ao porto em barricas.⁷⁴

O Hotel Majestic, no centro da cidade de Florianópolis, e o Hotel Balneário de Canasvieiras, na região norte da ilha de Santa Catarina, foram construídos praticamente no mesmo ano e conquistaram a atenção do público letrado através dos jornais da época. Apesar da distância geográfica que os separava e as dificuldades topográficas de acesso, as duas obras cumpriam um objetivo comum: dotar a cidade de acomodações razoáveis, atraindo famílias abastadas. Neste sentido, a construção da Ponte Hercílio Luz também colaborava para o objetivo de inserir a cidade na rota do sol e lazer, pois como lembrou o senhor José Carlos Daux⁷⁵, “o governador achava que com a ponte iria desenvolver o turismo”. Assim, a Ponte Hercílio Luz, o Hotel Majestic e o Hotel Balneário de Canasvieiras⁷⁶, três construções contemporâneas, simbolizavam, na década de 1930, a inserção da capital de Santa Catarina na rota do turismo. Com esses primeiros passos e outros tantos alardes, estava iniciado, em um processo lento, mas persistente, o que mais tarde faria de Florianópolis uma das capitais brasileiras do turismo de litoral.

Para que se efetivasse a obra de construção do hotel em Canasvieiras, um grupo de acionistas fundou *A Empresa Balneária Beira Mar*⁷⁷. A sociedade era composta de pessoas que pretendiam inaugurar na “Capital do Estado, instalações balneárias” modernas. A finalidade primeira da empresa consistia em conduzir justamente as obras de construção do hotel. O prédio localizava-se a, aproximadamente, trinta metros do mar. Mas, alguns anos

⁷⁴ Folder do Grupo Daux, gentilmente concedido para esta pesquisa.

⁷⁵ O senhor José Carlos Daux nasceu em 1929, em Florianópolis. É casado e teve sete filhos. Formou-se em odontologia. Com a morte do pai, tomou a frente dos negócios da família. Em 1969, inaugurou um conjunto de casas de madeira que inicialmente pensava em vender para gaúchos e paulistas. Possui muitos empreendimentos imobiliários em Canasvieiras.

⁷⁶ Na cidade do Rio de Janeiro, foi construído o Hotel Glória, em 1922, e o Copacabana Palace, logo em seguida, em 1923. Várias medidas foram tomadas no sentido de aproximar os cidadãos das praias da zona sul do Rio de Janeiro, que era preferida pela elite carioca desde o início do século XX. “O concreto armado” que até então não era muito conhecido no Brasil, possibilitou a construção dos hotéis, além de outras obras que abriram o acesso à praia, inaugurando assim, “o gosto pelo mar”.

BAPTISTA, Paulo F.D. *Introdução a uma história da praia no Rio de Janeiro: problemas de acesso balneário – Beira Mar, 1930/1939*. 2003. Monografia. - UFRJ, Rio de Janeiro, 2003, p. 89.

⁷⁷ BASTOS, Jr Edmundo. J. *No tempo do Coronel Lopes*, FCC Edições: Florianópolis, 1981 p. 202.

antes do início das obras, o Governo do Estado de Santa Catarina já veiculava discursos, nos jornais em circulação na época, demonstrando seu interesse em conduzir investimentos públicos para o turismo no litoral norte da Ilha. O jornal *Terra Livre*, em 1918, trouxe o discurso de Hercílio Pedro da Luz, então governador do Estado de Santa Catarina, quando fazia referência ao investimento no turismo local.

Seria possível em breve ir de bonde elétrico até Cacupé e Santo Antônio [...] para Canasvieiras e Ingleses. Isso quer apenas dizer que a toda essa zona agora pobre, vai transformar-se da noite para o dia, na prosperidade e na riqueza que lhe hão de levar as novas atividades [...] caberão a Canasvieiras e Ingleses a preferência para a instalação de uma estação balnear⁷⁸.

No dia 12 de outubro de 1929, na própria Canasvieiras, foi lançada a “pedra fundamental” do Hotel Balneário de Canasvieiras cuja nota prometia o seguinte:

Será hoje, oficialmente assentada a primeira pedra do edifício do Hotel que a Beira Mar mandou construir na linda praia de Cannasvieiras. Os convidados foram conduzidos, aquella aprazível praia, em altos postos a disposição pela directoria da referida Empreza. Amanha, detalhadamente, daremos minuciosa noticia a respeito⁷⁹.

Posteriormente, no dia 28 de agosto de 1930, o jornal *A Semana* publicou, na primeira página, uma foto do hotel ainda em construção, cuja manchete dizia o seguinte:

Um dos notáveis melhoramentos da nossa capital é o Balneario de Canasvieiras, construído pela iniciativa brilhante de um grupo de capitalistas, á cuja frente se acha o Sr. Coronel Pedro Lopes Vieira. Situado n'uma das nossas encantadoras praias há pouca distancia do centro da nossa 'urbs', o Balneário com o conforto que val offerecer, será uma estação preferida pelos touristes, que dérem o prazer denos visitar. A construção desse melhoramento deve-se a ação altamente realizadora do Sr. Lopes Vieira, presidente da Empresa Balneário, que mais uma vez pôz á usos seus méritos de administrador⁸⁰.

⁷⁸ Jornal *Terra Livre*, Florianópolis, Outubro de 1918. p 3.

⁷⁹ Jornal *O Estado*, Florianópolis, Anno XV, Nº 4814, 12/10/1929. p. 1.

⁸⁰ Jornal *A Semana*, Florianópolis, 28 de agosto de 1930. Primeira página.



Figura 7 – Hotel Balneário de Canasvieiras em construção

Fonte: Jornal *A Semana*, ano I, n. 50. Florianópolis, 26/09/1929.

Durante a época das articulações para as efetivas iniciativas turísticas em Santa Catarina, quem governava o Estado era o senhor Hercílio Pedro da Luz. Sua administração ocorreu por três mandatos não consecutivos: 1894/1898, 1918/1922, 1922/1925. Apenas a partir do segundo mandato é que passou a declarar sua intenção de transformar a região norte da Ilha em estação balneária, anexando a construção do referido hotel.

O governo do senhor Hercílio Pedro da Luz foi fortemente marcado pelo surgimento de concessões públicas ⁸¹, o que possibilitou a integração de várias regiões interioranas pelo Estado. Contudo, sua obra mais expoente em Santa Catarina é a Ponte Hercílio Luz que, a

⁸¹ IN: Os governadores de Santa Catarina, Encarte Especial do Diário Catarinense 25/11/1993. p. 24-32.

partir de sua inauguração, em 13 de maio de 1926, possibilitou a integração entre a ilha e o continente, facilitando o acesso que, outrora, acontecia através de balsas.

Segundo as reflexões do historiador Sandro da Silveira Costa, a ponte Hercílio Luz “transfigurou”⁸² a cidade, pois sua construção exigiu alterações urbanas percebidas ao longo da década relativa à inauguração. Tais alterações remetem para as mudanças decorrentes do novo traçado urbano arquitetado para Florianópolis, onde um maior fluxo de veículos passou a exigir nova infra-estrutura viária.

O administrador das obras do hotel, Pedro Lopes Vieira, também era Comandante Geral da Força Pública de Santa Catarina, mais conhecido como Coronel Lopes Vieira. A Força Pública do Estado de Santa Catarina, fundada em 1835 pelo Comendador Feliciano Nunes Pires, foi assim denominada até 1935 e, naquela época, funcionava como uma facção do Exército Imperial. Trata-se da atual Polícia Militar do Estado de Santa Catarina. O coronel era natural de Alagoas, região nordeste do Brasil, e esteve à frente da corporação, em Santa Catarina, entre julho de 1925 e novembro de 1930. “Vinha de recente e brilhante participação nas operações de combate ao movimento revolucionário que se iniciara em São Paulo no ano anterior⁸³”, comenta o Juiz Edmundo José de Bastos Junior, no livro *No Tempo do Coronel Lopes*, que o mesmo agregou ao cargo de comandante o de administrador das obras do hotel.

O *Relatório da Força Pública Militar*⁸⁴, criado a partir de 1890, era uma espécie de diário escrito na forma de boletim que continha todas as medidas tomadas durante o período de atuação do comandante em exercício. O referido documento destacava as indisciplinas, as festas, as menções honrosas por atos de bravura dos militares, os uniformes, indicando os usos às ocasiões relacionadas. Analisando os registros do mesmo, percebe-se que a corporação funcionava de um modo um tanto quanto desarticulado, no período anterior ao comandante

⁸² COSTA, Sandro da S. Op. Cit., p. 90-91.

⁸³ BASTOS, Jr Edmundo J. *No tempo do Coronel Lopes*. Florianópolis: FCC Edições, 1981, p.6.

⁸⁴ Relatório da Força Pública Militar, Florianópolis: Polícia Militar, 1900-1960, p. 83 Biblioteca da Polícia Militar de Santa Catarina. Av: Madre Benvenuta, 145. Trindade, Florianópolis, SC.

Lopes Vieira, pois que os soldados não usufruíam benefícios que lhes facilitasse a rotina do trabalho. Uma das medidas imediatas adotadas pelo coronel, durante a sua administração, foi a chamada *Caixa Beneficente*, que consistia em uma espécie de auxílio ao soldado. Esta medida mereceu a atenção dos poderes Executivo e Legislativo do Estado. Consta que, nessa época, os praças que serviam às forças militares não tinham benefícios garantidos, tendo, muitas vezes, que arranjar um modo de ser substituído no trabalho quando estavam doentes, pois na ausência lhe era computada falta e, conseqüentemente, descontada do soldo. Com a *Caixa Beneficente*, o soldado passou a contar com algumas garantias, entre elas, no caso da morte, a esposa ficava recebendo uma espécie de auxílio-pensão. A *Caixa Beneficente* surgiu com a intenção de garantir e promover um pouco de estabilidade aos soldados, assim como às famílias a que pertenciam.

Para o Juiz Edmundo José de Bastos Junior⁸⁵, o Coronel foi um ativo empreendedor tanto da Força Pública como no ponto de vista das idéias e incentivos na administração pública para o turismo o que culminou nas obras do Hotel Balneário de Canasvieiras. Foi idéia do Coronel capacitar os praças para aprenderem uma língua estrangeira. Para tanto, cada soldado acrescentaria no uniforme a insígnia do país cujo idioma estudava. Desta forma, o turista que escolhesse Florianópolis como local de férias teria, nos soldados, uma identificação com sua origem, o que, em certa medida, possibilitaria a sua permanência na cidade. Não se sabe ao certo, mas, provavelmente, tantas demonstrações de habilidades administrativas e visão empreendedora acarretaram o crédito definitivo que o tornou apto a administrar as obras do hotel na distante Canasvieiras.

Na visão do governo do Estado, tratava-se de uma obra inovadora e prometia ser um marco de referência dali para frente. Diante da relevância do empreendimento, foi contratado

⁸⁵ O Doutor Edmundo José de Bastos Junior nasceu em 1933, em Paranaguá – Paraná. Transferiu-se para Santa Catarina ainda criança com a família. É casado e tem três filhos. Foi oficial da Polícia Militar de Santa Catarina, aposentou-se como professor do curso de Direito da UFSC, foi também Juiz Auditor por treze anos e atualmente é professor da Escola de Magistratura de Santa Catarina. É autor de alguns livros.

também um engenheiro italiano para empregar seus conhecimentos naquela construção. É o que informa a seguinte nota no jornal *A Semana*:

A diretoria da *emprêza Balnear* de Canasvieiras contratou um hábil construtor civil senhor Remo Corsini, pela quantia de 132 contos de réis, para a construção do balneário. Esse notável melhoramento deverá ficar terminado em fins do corrente ano⁸⁶.

A respeito da contratação do engenheiro Corsini, também afirma o senhor José Carlos Daux:

Quando o Hercílio Luz construiu a ponte ele trouxe da Itália um construtor chamado Corsini. Este ganhou uma gleba de terras para fazer o Hotel Balneário de Canasvieiras, e ganhou também a estrada que liga Florianópolis a Canasvieiras.

Não se encontram documentos nos arquivos do Estado, ofícios, cartas ou notas que se possa inferir se o engenheiro afinal ganhou as terras onde colocou o hotel ou houve uma permuta. Isto é, além do pagamento de 132 contos de reis, ele também receberia uma parte em terras. O engenheiro poderia perfeitamente fazer parte da sociedade que iniciou as obras do hotel. O jornal *O Estado* publicou que *A Emprêza Balneária Beira Mar*, teria sido uma iniciativa de um grupo de acionistas. Já o senhor José Carlos Daux lembrou que o governo do Estado teria participado da sociedade constituída para aquela finalidade, uma vez que teria cedido uma parte das terras para o engenheiro em troca de serviços destinados para construção do hotel.

Pressupõe-se, então que a sociedade agregava civis, assim como detinha participação acionaria do próprio Estado. Como já foi demonstrado, as iniciativas por parte do Estado em relação ao turismo em Florianópolis tomaram forma, pela primeira vez, a partir de 1918, com o discurso de Hercílio Luz, chamando a atenção para a necessidade de transformar a região, naquela época isolada, em próspera para um futuro próximo, criando as estações balneárias. Todavia, as providências práticas ocorreram somente na administração do

⁸⁶ Jornal *A Semana*, Florianópolis, Ano II, Nº 98, 28/08/1930.

sucessor de Hercílio Pedro da Luz, o governador Adolpho Konder, cujo mandato ocorreu de 1926 a 1930. O senhor Carlos Mateus da Silva, afirmou que, “aquele Balneário foi feito pelo Dr. Adolfo Konder”.

As dificuldades em transportes, naquele tempo, aliadas aos problemas ocasionados pelo percurso fizeram com que a obra não resultasse propriamente em um sucesso desde o início. Consultando antigos moradores de Canasvieiras e procurando investigar sobre a ligação que a comunidade tinha com Florianópolis, verifica-se que estes se deslocavam poucas vezes até o centro da cidade. Na época da construção do hotel, a antiga Canasvieiras era auto-suficiente, necessitando apenas de sal e querosene, combustível que utilizavam nas lamparinas, necessárias para os trabalhos a serem desenvolvidos à noite e que eram realizados no interior das residências pelas mulheres, como se discutiu no capítulo anterior.

A respeito das formas de locomoção entre Florianópolis e Canasvieiras, a senhora Adelina Severiana Bitencourt recordou que “as pessoas não saíam, tanto que tinha gente que não conhecia a cidade, né? Porque a gente só ia na cidade numa necessidade”. Completou o senhor Carlos Mateus da Silva:

[...] ia pra cidade remando numa canoa com três pessoas. Tinha numa rampa no mercado [...] quando a gente não conseguia chegar ficava na Praia de Fora (atual Beira Mar Norte) e descarregava o peixe, ou então levava de cavalo e carroça pro mercado.

Constata-se que, durante a construção do hotel, existia um precário acesso entre Florianópolis e Canasvieiras, ou seja, contava-se com uma picada sinuosa para chegar na região norte da ilha. Para o senhor José Carlos Daux, o engenheiro Corsini, além de ganhar um pouco de terra, “ganhou também a estrada que liga Florianópolis a Canasvieiras”. Todavia, o Juiz Edmundo José de Bastos Junior afirma que “foi iniciativa do Coronel Lopes, a abertura da estrada para Canasvieiras”.

A expressão “ganhou a estrada” provoca um estranhamento inicial. A abertura da atualmente conhecida Rodovia SC 401, que liga Florianópolis à região norte da Ilha, não teria surgido, então, de uma concessão, mas representou mais um incentivo por parte do governo estadual no sentido de efetivar o projeto de urbanização pensado para aquela região, possivelmente diante da urgência da obra, uma vez que o “contrato” de serviços já estava em vigor. Assim, o resultado do processo de implantação do projeto de turismo na Ilha dependia fortemente de um novo acesso rodoviário entre a capital e o bairro. Como se vai atestar, durante toda a implantação do balneário turístico de porte internacional, no decorrer do século XX, as manifestações a favor das inovações da rodovia por parte dos hoteleiros e comerciantes, ainda hoje representam fortes bandeiras.

Considerando que, na época da construção do hotel à beira-mar, a forma de alcançar a orla marítima era bastante incipiente, supõe-se que tal empreendimento necessitou de iniciativas e investimentos, pois o acesso interiorano que possibilitava aos moradores da Freguesia chegarem na praia, por muitos anos, acontecia apenas pelo Caminho do Rei, como ficou demonstrado no capítulo anterior. Apesar de tal acesso alcançar o mar, encontrava-se distante do hotel cerca de três quilômetros. Posteriormente, surgiu o Caminho da Picada, atualmente conhecido como Rua das Flores, e passou a fazer parte da ligação entre a Rua Velha e o mar. Os relatos dos moradores afirmaram que, para chegar ao mar, antes do referido acesso, era necessário atravessar mangues e picadas, como recordou o senhor Carlos Mateus da Silva:

Nessa época, ainda não tinha nenhum acesso pra praia, naquele tempo não tinha. Era tudo mangue, tinha uma *pinguela*⁸⁷. Aquilo foi tudo aterrado com carro de boi, a barreira de onde tiravam o barro pro aterro era do Manoel Luiz [...] ali tinha uma casa grande, ele deu o barro. Naquela época todo mundo foi trabalhar lá.

⁸⁷ Pinguela: viga ou prancha, que atravessada sobre um rio, serve de ponte. IN: BUENO, F. S. Mini Dicionário da Língua Portuguesa, FTD: Edição Revista e Atualizada, 2000.

Visualiza-se o aterramento lembrado pelo senhor Carlos Mateus da Silva na foto aérea no início da urbanização do balneário, presente neste capítulo, na página 94, Figura 13.

A respeito dos investimentos para transformação do território do mar em relação ao território interiorano de Canasvieiras⁸⁸, o senhor Zélio Conceição da Cunha mencionou que “a terceira rua conhecida foi a Rua do Balneário. Chamavam assim porque havia o balneário lá embaixo na praia”. Mara Lago, destacando o surgimento de algumas ruas que passaram a fazer o acesso entre o balneário e a antiga Freguesia, mencionou a Rua das Flores e a Rua dos Milionários⁸⁹.

A construção do hotel, em si, também sofreu inúmeros percalços no início e foi interrompida durante a Revolução de 1930.

O Comandante Coronel Lopes Vieira posicionou-se junto com o Governador Konder em favor das oligarquias cafeeiras, ancoradas na política representada pela República Velha. Assim, em novembro de 1930, o delegado da revolução vitoriosa, Coronel da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, Amadeu Massot, assumiu o comando em Santa Catarina. O já citado Juiz Edmundo José de Bastos, registrou o seguinte:

O Coronel Amadeu Massot, que assumiu o cargo em 06 de novembro de 1930 [...] foi executor de odiosas e mesquinhas represálias contra a corporação cuja resistência ao movimento só cessara quando não havia governo legal a defender [...] vários foram reformados por incapacidade física [...] outros foram sumariamente demitidos, inclusive o próprio Comandante Geral, Coronel Pedro Lopes Vieira.⁹⁰

⁸⁸ Segundo uma pesquisa em nível de mestrado sobre o saneamento de Canasvieiras na atualidade, o Balneário faz parte da bacia hidrográfica do Rio Ratonas, sendo que os seus principais rios são: Camarão, Papaquara, Vargem do Brás e da Palha. [...] Parte da drenagem da orla desemboca no Rio Vargem do Brás. O Rio Papaquara margeia a área urbana do Balneário. Sua nascente está localizada na Vargem do Bom Jesus, atravessa a SC 401, passa no centro do Horto Florestal e desemboca no Rio Ratonas na Praia de Jurerê.

SILVA, Valéria de C. *Estudo das condições de saneamento do balneário de Canasvieiras visando um gerenciamento ambiental*. 2000. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas) - UFSC, Florianópolis, 2000, p. 9.

⁸⁹ LAGO, Mara C. de S. *Memória de uma comunidade que se transforma: de colônia agrícola-pesqueira a balneário*. 1983. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - UFSC, Florianópolis, 1983. p. 111.

⁹⁰ BASTOS, J.J. Edmundo. *Polícia Militar: Um pouco de história e algumas histórias*. Edição Comemorativa do Sesquicentenário da Polícia Militar, 1985. p.14.

De acordo com o referido autor, durante o processo de retomada da estabilidade política, não houve conflito armado propriamente entre as tropas revolucionárias e a resistência em Florianópolis. Mas a cidade esteve sitiada, pois a estratégia da resistência incluiu a retirada de algumas pranchas de madeira que, na época, compunham o piso da ponte Hercílio Luz, além da colocação de rolos de arame farpado na cabeceira para evitar o acesso das tropas. Ao mesmo tempo, na parte insular, uma tropa do exército fazia trincheira. Entretanto, a notícia da renúncia de Washington Luís, que chegou na cidade através do rádio, enfraqueceu o movimento de resistência. Naquele momento, vários correligionários envolvidos com o movimento de resistência debandaram. O Coronel Lopes Vieira manteve firme sua posição, entregando a espada em sinal de recuo da resistência ao Comandante das tropas inimigas, Coronel Amadeu Massot. Este, entretanto, recusou recebê-la e o Coronel Lopes Vieira permaneceu no poder ainda por alguns dias. Posteriormente, foi demitido da *Força Pública Militar*.

Com os desentendimentos ocorridos entre o alto comando do exército em razão do posicionamento político do comandante geral, a administração das obras do hotel, até a sua conclusão, passou às mãos do Governo do Estado de Santa Catarina. O senhor Carlos Mateus da Silva afirma ter visto acontecer um churrasco no hotel, quando este ainda estava em construção. Ele comenta que:

As primeiras pessoas que inauguraram aquilo foram os gaúchos da revolução de 30, quando os gaúchos chegaram ali, que ganharam a Revolução, ele não tava bem pronto ainda, não tava todo acabado. Então, quando tava a Revolução eles estavam trancados e depois abriam a ponte. Eu também tive lá eu era rapaz. Eu vi. Era tudo gaúcho, mataram boi, tinham lenço encarnado no pescoço e usavam roupa de soldado, tudo de bota também. Nesse tempo o governador era o Adolfo Konder. Depois mais tarde então é que acabaram de fazer o hotel.

Apesar de todos os percalços, tudo indica que o hotel foi inaugurado ainda em 1930, conforme o senhor Carlos Mateus da Silva. Entretanto, para o senhor José Carlos Daux, a inauguração teria acontecido muito antes. Lembra ele que, “em 1928, o italiano fez o hotel e

faliu. Ninguém procurava, aí os padres quiseram comprar pra fazer um retiro. Aí a maçonaria se juntou e comprou o hotel”.

Não há como precisar a data exata de inauguração do hotel, uma vez que não se encontram documentos escritos que a oficializem. Considerando os relatos dos que vivenciaram o evento, os moradores da antiga Freguesia de Canasvieiras e regiões próximas, a inauguração ocorreu em 1930. Salienta-se que, mesmo não tendo sido propriamente convidados, eles compareceram ao evento. É o que lembra a senhora Adelina Severiana Bitencourt:

Foi uma coisa que eu nunca esqueci, a inauguração do hotel e quando botaram a luz no hotel que naquele tempo era de lampião. Teve um jantar, e veio muita gente de fora. Tinham políticos daqui que foram convidados a participar. Nós não participamos, a gente só espiava de fora.

Tempos depois, o jornal *O Estado* publicou uma nota, em uma coluna intitulada “Notas Carnavalescas”, que convidava a todos para um *Soirée Dansante* no Balneário Canasvieiras, tendo, inclusive, publicado a lista de hóspedes. Aos leitores do jornal, o cronista fazia o seguinte convite:

Um grupo de accionistas da Empresa Beira-Mar Ltda está organizando uma soirée dansante no elegante Hotel em Canasvieiras, para a noite de sábado 18 do corrente. Reina já grande entusiasmo e animação para essa festa que promete revestir-se de extraordinário brilhantismo, dada a alegria com que seus organizadores ultimam os preparativos para sua realização. Estão sendo organizados blocos carnavalescos que ali se exibirão, enchendo de alacridade o ambiente sadio e vivificador do aprazível balneário. A parte musical da festa estará a cargo da excelente orchestra Freyesleben Barbosa, que com suas músicas regionais tão bellas e tão nossas, encantará e deliciará a todos os foliões da soirée dansante do Balneario. Já tomaram commodos no Hotel do Balneario, ao que soubemos, as seguintes famílias: Dr. Nereu Ramos, Dr. Haroldo Pederneiras, Dr. Humberto Pederneiras Linemann, Cel. Eugenio Taulois, Raul Simone, Eduardo Santos, Cel. Alincourt Fonseca, Campolino Alves, Jorge Vieiras, Srtas Hilda Dutra e Ica Testa, Fioravante Testa e Nicolau Glavan de Oliveira. Os omnibus que conduzirão as pessoas ao balneário partirão da Praça XV de Novembro, sábado as 17 horas.⁹¹

⁹¹ Jornal *O Estado*, Florianópolis, fevereiro de 1933, p. 10.

As notícias do funcionamento do primeiro hotel à beira da praia, naqueles tempos, foram acompanhadas com interesse pela sociedade florianopolitana. Não é por acaso que se publicava a relação de pessoas da capital que antecipavam suas reservas para o carnaval de 1933. Possivelmente esta nova maneira de aglutinar a elite foi alterando, de maneira significativa, a percepção dos florianopolitanos em relação à longínqua praia de Canasvieiras.

Todavia, as premissas de que o hotel aglutinaria as funções de local apropriado para eventos festivos e de lugar para hospedar turistas não decolaram logo de início. Na mesma década, em 1939, o periódico “*Santa Catarina: Revista de Propaganda do Estado e dos Municípios*”⁹², editada em setembro, cujo principal objetivo era reunir numa mesma edição as obras públicas assim como destacar os pontos naturais da ilha referia-se da seguinte maneira ao empreendimento: “O Hotel Balneário de Canasvieiras, instalado com o máximo de conforto e numerosas acomodações. Acha-se presentemente, fechado”⁹³.



Figura 8 – Hotel Balneário de Canasvieiras

Fonte: Revista de Propaganda do Estado de Santa Catarina, n. 1, 1939, p. 126

⁹² Santa Catarina: Revista de Propaganda do Estado e dos Municípios. – n.1, 1939. – Edição Facsimilada/Governo do Estado. – Florianópolis: Governo do Estado, 2002. p. 126.

⁹³ Ibidem. p. 86.

Os textos que compõem a revista foram redigidos por Oswaldo Rodrigues Cabral e Carlos da Costa Pereira, ambos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, e Maura de Sena Pereira, membro da Academia Catarinense de Letras. A revista divulga, ainda, fotos das edificações públicas, concentrando-se especialmente da Ilha. No editorial, procura esclarecer seus principais objetivos, mostrando “o que temos feito, o que vamos fazendo [...] é o que esta publicação vai mostrar aos leitores através de sua documentação fotográfica, estatística e literária”.⁹⁴

Nessa época, o senhor Nereu Ramos ocupava o cargo de Interventor Federal em Santa Catarina, enquanto que o senhor Mauro Ramos era Prefeito de Florianópolis.

Alguns pesquisadores atuais tecem opiniões a respeito da forma como surgiram as hospedagens e os hotéis. É o que coloca Tim Cornell⁹⁵, quando sustenta que os jogos olímpicos da Grécia tinham uma elevada importância na época, chegando a suspender temporariamente as guerras. As hospedarias surgiram nesse contexto, comenta o autor, com o objetivo de agregar os atletas. Com o domínio de Roma sobre a Civilização Grega, os jogos olímpicos perderam o significado, entretanto as expansões romanas emprestaram outro significado para as hospedarias, porque as estradas se tornaram necessidades de construção para ligação entre um território dominado ao outro. A necessidade de transporte fez surgir novas hospedarias. Para Cornell, os jogos gregos e as expansões romanas foram de capital importância para a solidificação dos locais de hospedagem. Contudo, os hotéis, como conhecemos hoje, ou seja, lugares de hospedagem fora de casa para recreio das famílias, surgiram na Europa, durante o século XIX, e, mais uma vez, por causa das invenções que sacudiram aquele período, em especial as ferrovias e o transporte marítimo.

Os balneários, estações destinadas ao repouso, sempre construídos em locais bucólicos e de grande apelo ambiental surgiram nessa época. Ainda que somente no século

⁹⁴ Ibidem, p. 01

⁹⁵ CORNELL, T. *Grandes Impérios e Civilizações: Roma Legado de um Império* Vol. I. Rio de Janeiro: Del Prado, 1982.

XIX tenha-se o conceito de hospedagem amplamente desenvolvido, há registros de leis de hospedagem na França e Inglaterra. No Século XVI, os hoteleiros ingleses foram reconhecidos formalmente como categoria comercial, passando de “*hostelers* (hospedeiros) para *innholders* (hoteleiros)”⁹⁶.

Observa-se que o Hotel Balneário de Canasvieiras logrou diferentes situações em sua trajetória. Primeiramente a construção foi uma iniciativa, como foi visto, de um grupo de acionistas; posteriormente, com a Revolução de 30, passou para o controle do Governo Estadual e, em seguida, esteve fechado. Por volta de 1940, foi reinaugurado, pois esteve alugado por uma família natural de Canasvieiras. É o que narra o senhor Pedro Alípio Calazans: “quando eu estava em Santos, o hotel foi vendido para a senhora Nola. Ela era de Canasvieiras”. E confirma a senhora Adelina Severiana Bitencourt, lembrando, que na época do aluguel do prédio por parte de uma família local, chamou a atenção dos moradores e região o fato do hotel ter sido inaugurado à noite, aproveitando a demonstração de energia própria.

Quando o hotel esteve alugado, colocaram o catavento para ter energia, era uma coisa assim, eu sei que foi muito bonito, foi uma nova inauguração, veio muita gente também, porque ficou uma cidade. Era assim, aquele trecho todo, tudo tinha poste, lâmpadas, veio muita gente de Florianópolis para ver. A inauguração foi de noite, mas a primeira foi de dia.

Se outrora aquela construção isolada e soberba, chamava a atenção dos moradores justamente pelo diferencial solitário, isto é, uma obra num imenso vazio. Atualmente transformou-se em um pequeno edifício, depois do surgimento de inúmeros outros hotéis e edifícios que o cercam.

⁹⁶ Ibidem, p. 89.



Figura 9 - Vista aérea de uma parte do balneário, na atualidade. No destaque o Hotel Balneário de Canasvieiras.

Fonte: Acervo particular da família Daux.

Assim, percebe-se um outro sentido, nas narrativas dos moradores da antiga Freguesia, em relação à praia de Canasvieiras, antes praticamente desabitada. Os antigos moradores que se pôde entrevistar, ao citarem o território próximo ao mar, mencionam o Hotel Balneário como referência e não a praia ou o mar de Canasvieiras. Isto fez desabrochar em suas memórias, dois pontos que, persistentes, voltavam a todo o momento em suas lembranças: o *saudosismo* que os remetia ao tempo passado, onde se destacavam as formas de sociabilidade, o convívio com os moradores, as maneiras, segundo eles, mais saudáveis de se alimentarem, de se divertirem e o referido hotel que, antes mesmo da inauguração, a partir da própria construção, alterou singelamente a percepção dos moradores em relação ao território que compreende a orla marítima.

Com efeito, as obras do hotel, a inauguração, as festas, a primeira iluminação no trecho em frente à praia, o churrasco que anunciou uma novidade comemorativa, enfim as

alterações sociais e territoriais que, dentro de um projeto modernizador, respondiam ao novo contorno social no cotidiano da localidade, bem como a construção de um prédio destinado a receber famílias vindas inicialmente do centro da cidade de Florianópolis ampliou significativamente as fronteiras do visível naquela sociedade.

2.2 O Mar, Sensível Diferença!

No início do século XX, em Florianópolis, a primeira estação balneária conhecida era a Praia de Fora, onde atualmente acha-se a Avenida Beira Mar Norte ou Avenida Rubens de Arruda Ramos. Os “capitalistas” que tinham casas naquele sítio, como mostra o jornal *O Estado*, em 1911⁹⁷, eram: “Schutel, Vilela, Alves de Brito, Trompowsky, Pamplona, Vinhas e Hoepcke”. Todavia, não se tratavam propriamente de casas de praia, eram moradias que sinalizavam uma diferenciação social, uma vez que, nas imediações do centro da cidade, como na Praça XV e no cais do porto Rita Maria, as águas eram insalubres, além de serem moradia dos populares.

Estudos de higienistas⁹⁸ dão conta de que os habitantes da Ilha de Santa Catarina, na época dos primeiros anos do século XX, possuíam práticas consideradas atualmente insalubres em relação ao mar. Os moradores jogavam dejetos humanos nas águas, de acordo com um “código de postura” que indicava o horário adequado para que tais procedimentos fossem levados a cabo pelas famílias. Por muito tempo, as casas foram construídas com os fundos voltados para a praia e aí se despejava toda a sorte de detritos. O mar atrás de casa era

⁹⁷ Jornal *O Estado*, Florianópolis, setembro 1911, p. 86.

⁹⁸ A atual historiografia compreende a implantação do Regime Republicano como um projeto modernizador para a sociedade brasileira enquanto reestruturação social que aglutinaria uma nova postura dos cidadãos em relação à cidade. A implantação do sistema republicano, para os idealizadores do projeto, implicaria a ruptura com o antigo sistema imperial, levando em conta novos hábitos e valores. Sobre esse tipo de abordagem em Florianópolis, pode-se consultar especificamente.

FERREIRA, SÉRGIO L. *O banho de mar na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora das Águas, 1998.

ARAÚJO, Hermetes R. de. *A Invenção do Litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*. 1989. Dissertação (Mestrado em História) - PUC, São Paulo, 1989.

usualmente ocupado como um local particular das famílias. Tanto que, ainda no fim do século XIX, precisamente em 1889, o Dr. Remédios Monteiro, um amigo do escritor Virgílio Várzea, lhe enviou uma carta, onde dizia o seguinte:

Se as casas da Praia de Fora, na sua parte litoral, tivessem todas a frente para o mar e não os fundos, maculando assim o padrão moderno das atuais construções do bairro – o panorama dessa praia recordaria o famoso golfo de Nápoles na Itália meridional.⁹⁹

A percepção do médico viajante sugere que Florianópolis ainda não havia mergulhado na modernidade percebida em outros centros urbanos, especialmente da Europa Ocidental. De fato, a população de Florianópolis não havia despertado para o uso do mar de maneira diferente do que se apresentava até a virada do século XIX para o século XX. Como demonstrou o historiador Sergio Luiz Ferreira, outrora, o banho de mar em Florianópolis constituía, muitas vezes, uma prática condenável:

No século XIX, quando Florianópolis ainda se chamava Desterro, o mar não era lugar de banhos. Pelo contrário, tal prática provocava escândalos [...] No dia onze [...] em alto dia foram lavar-se na Praia de Fora, quatro pessoas [...] o inspetor de quarteirão os fez ver que o Art. 86 do Código de Posturas Municipais lhes proibia semelhante abuso.¹⁰⁰

As casas construídas na Praia de Fora, como se pode ver, continham certa distinção social em relação às demais partes da cidade. Eram posicionadas de maneira que o mar tivesse uma função diferente da atualidade. Havia os piqueniques que ocorriam desde o início do século XX, como atesta o jornal *Terra Livre*, de 1919: “um piquenique de rapazes e moças em Canasvieiras [...] hão de ter grande alegria de conhecerem um magnífico trecho dessa ilha¹⁰¹”, o que não implica admitir que esses jovens estavam em trajes de banho a nadar no mar,

⁹⁹ VÁRZEA, Virgílio. *Santa Catarina – A Ilha*. Florianópolis: IOESC, 1994, p.39.

¹⁰⁰ FERREIRA, Sérgio L. *O banho de mar na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora das Águas, 1998, p.25.

¹⁰¹ *Jornal Terra Livre*, Florianópolis, novembro de 1919, p. 4.

envolvidos pelas águas cálidas daquele trecho privilegiado. As populações litorâneas no Brasil levaram um bom tempo para adquirir o hábito de freqüentar a praia com outra finalidade, se não apenas os afazeres relacionados ao trabalho.

O mergulho no mar, o ato de ser engolido pela água é observado pelo historiador francês Alain Corbin¹⁰² como sendo uma prática recomendada por médicos Europeus no fim do século XVII e início do século XVIII, quando a melancolia, doença típica de alterações do comportamento, afetava a alta sociedade da época. O freqüentar a praia para o banho de mar, ou seja, entrar de corpo e alma na água mostrou ser uma prática *inventada*¹⁰³ em determinado momento da história da ascensão da burguesia moderna. O autor destaca que o ciceronismo presente na corte de Luís XVII, de certo modo, sobrepujou a melancolia na França. Isto é, os hábitos das festividades, nas classes sociais abastadas, teriam efeito amenizador da solidão e das tensões percebidas pela elite. Contudo, na Inglaterra, a melancolia disseminou-se muito mais entre os aristocratas. Nesse sentido, o banho de mar que até então era considerado, na Europa, “distração imoral própria do povo sem educação¹⁰⁴”, passou a conter recomendação médica.

Segundo os estudos de Corbin, um dos únicos historiadores a debruçar suas pesquisas tendo por foco a praia como fenômeno social, o mar passou a representar uma “válvula de escape”. O ato de se deixar envolver pelas águas do mar, a imersão do corpo através do mergulho nas águas oceânicas seriam as soluções para a superação da melancolia. Baseando-se em relatos médicos da época, o autor constrói sua narrativa considerando que esta nova forma de lazer recomendada por médicos para aliviar as tensões e apatias típicas dos cidadãos “desgostosos da cidade tornada pegajosa”¹⁰⁵ poderia simbolizar a cura definitiva para a melancolia e outras doenças da época, pois consideravam enfraquecidos os homens

¹⁰² CORBIN, Alain. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

¹⁰³ Ibidem, p. 385.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 71.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 72.

moradores das cidades invariavelmente presos a seus cômodos afazeres urbanos e em desarmonia com a natureza. A recomendação médica não se prestava apenas aos melancólicos, mas aos demais habitantes das cidades recomendava-se que o mar possibilitaria: “a cura [para as] crianças raquíticas, devolver cor para as jovens, esperança às mulheres estéreis, regularização do ciclo menstrual, e por fim, única medicação eficaz no caso de neuroses”¹⁰⁶.

No período medieval europeu, quando a teologia cristã predominava a mentalidade da época, o mar provocava medo porque representava o desconhecido. Contudo, durante o Antigo Regime, “as redes de sociabilidades e o ritual de hospitalidade que se manifestam no seio da elite culta e viajante [possibilitou] descobrirem-se a si mesmo na Europa das Luzes”¹⁰⁷. Isto é, o ócio para meditação, comum à filosofia antiga, anterior ao cristianismo, veio em substituição ao ócio “anunciador da modernidade laboriosa do fim de semana”¹⁰⁸, no dizer de Corbin. Assim, o Renascimento italiano teria sido decisivo para o ressurgimento e afirmação do lazer à beira-mar no mundo ocidental. Foram os filósofos do Renascimento que, inspirando-se em fontes clássicas, desenvolveram uma nova maneira de estar à beira-mar para a contemplação. Seguindo as reflexões de Corbin, na Grécia e Roma, muito especialmente em Roma, onde teriam se multiplicado as estações balneares durante o Império Romano do Ocidente, privilegiava-se a meditação à beira-mar e o relaxamento nas águas.

No transcorrer do século XIX, não se percebeu significativa alteração nas prescrições médicas em relação ao mar e aos usos da praia. Para Corbin, parece ter se firmado entre os médicos a utilidade terapêutica do mar, levando, inclusive, a ser criada a moda de praia. A partir de então, os médicos da época passaram a recomendar banhos de mar e temporada à beira-mar para aliviar angústias comuns observadas nas pessoas. Para tanto,

¹⁰⁶ Ibidem, p.75.

¹⁰⁷ Ibidem, p. 268.

¹⁰⁸ Ibidem, p. 269.

“espera-se do mar que acalme as ansiedades das elites [...] mantendo a privacidade”¹⁰⁹. É justamente nessa época que surgem as recomendações a respeito das moderações, ou seja, mesmo que aos cidadãos fosse recomendada constante visita à praia com o objetivo de “dissolver” as angústias crescentes e ansiedades resultantes da vivência urbana, essa prescrição deveria ser tomada com moderação para que as pessoas não se expusessem demasiadamente ao sol. Assim, a atitude moderada em relação à praia levou a uma “regularização dos usos do mar”, no dizer do autor. Isto é, não se vai à praia para expor-se ao sol demasiado forte ou deitar-se na areia, mas sim para pequenos passeios à beira-mar, sem se expor demais. As recomendações médicas aliadas ao código de posturas em relação à praia fizeram surgir a moda típica de praia que, em grande medida, lembrava as roupas para ginástica.

A partir de pesquisas realizadas nos principais jornais em circulação nos primeiros anos do século XX, na cidade de Florianópolis, não se percebe a incidência de grupos de pessoas ou famílias freqüentadoras da praia, muito menos banhistas. As notícias específicas a respeito do litoral de Florianópolis, não deixando de lembrar que a atual área urbana da cidade significava, na época, as zonas de praia, resumem-se a notas de inaugurações, acidentes ou aglomerações festivas. Apenas em 30 de dezembro de 1940¹¹⁰ uma fatalidade mereceu nota no jornal *O Estado*. Consta que um certo funcionário de uma pensão existente na Rua Esteves Junior morreu afogado. Segundo a nota, com o intenso calor daquele dia de verão, o rapaz foi tomar banho de mar, atirando-se do trapiche que havia naquela redondeza. Não se sabe ao certo, mas suspeita-se de que não se tratava de um exímio nadador ou, sentindo-se mal, não conseguiu vencer as ondas. O fato é que nada se pode fazer para salvar a vida do banhista. Além desta nota, nenhuma outra que faça referência ao banho de mar na cidade de tantas

¹⁰⁹ Ibidem, p. 89.

¹¹⁰ Jornal *O Estado*, Florianópolis, 30/12/1940 Ano XXXVII Nº 8.134. Última Página.

praias foi encontrada. O nadar no mar, rendendo-se a ele, não constava como uma prática tipicamente anunciadora de uma nova postura em relação à praia.

Consultando os antigos moradores de Canasvieiras a respeito da nova modalidade de diversão, o lazer à beira-mar, eles relembram que tal postura surgiu a partir de 1960, e alguns destacaram o estranhamento inicial diante dos adeptos do mar. Ao se referir aos primeiros banhistas, a senhora Maria Joana Alves comentou: “fico tola, fico tola, fico tola.” O senhor Júlio Pereira falou que “achava bonito aquilo, achava até graça”; e o senhor Carlos Mateus da Silva lembrou: “estranhei, credo! A gente queria pescar, ia pra lá [praia] deixava pilhas de peixe [depois de um certo tempo] tinha pilhas de gente”. A senhora Olga Pereira¹¹¹ acrescentou que:

[...] eles fizeram aqueles bares, uma pouca vergonha, é por isso que eu quis sair, ali eles não respeitavam mais ninguém. Era uma pouca vergonha na praia [...] da nossa casa dava pra colocar um caniço na janela e pescar, quem tava tomando banho de mar eu tava vendo.

Os banhistas freqüentadores da praia Canasvieiras realmente lançaram moda no local, pois se percebe que, a partir dos relatos dos moradores mais idosos, especialmente aqueles nascidos entre as décadas de 20 e 30, que o banho de mar constituía uma prática incomum. As narrativas apontam que somente a partir de 1960 é que passou a ser comum o aparecimento de pessoas freqüentadoras da praia em trajes específicos e que se lançavam ao mar, algo que outrora nunca tinham visto. Logo, as gerações mais jovens, nascidas na comunidade, por volta da década de 40 ou 50, passaram a freqüentar, ainda que aos poucos, o mar do mesmo modo que os turistas.

¹¹¹ A senhora Olga Pereira nasceu em 1925, em Canasvieiras. É casada e teve quatro filhos. Sempre morou nas proximidades do mar. Lembra-se com muita propriedade das mudanças que aconteceram no território.



Figura 10 - Moças na Praia de Canasvieiras em 1960

Fonte: Acervo particular da família Andrade.



Figura 11 – Moças e rapazes na Praia de Canasvieiras em 1960

Fonte: Acervo particular da família Andrade.



Figura 12 - Banho de sol em 1960. Ao fundo a praia de Canasvieiras

Fonte: Acervo particular da família Andrade.

2.3 A Titularidade das Terras

As Certidões Vintenárias¹¹² criadas em 1831 estabelecem que o território brasileiro constitui-se patrimônio pertencente à União, destacando ainda que as terras próximas ao litoral são terras de marinha, cuja metragem presumida é de trinta e três metros a partir da vegetação de restinga¹¹³. Todavia, somente a partir de 1936, com a escrita da lei¹¹⁴ propriamente, é que se estabeleceram as regras de ocupação do solo brasileiro. Em consulta

¹¹² Vide documentos no Patrimônio Público da União, na Praça XV de Novembro, 336, Centro, Florianópolis SC.

¹¹³ Para a geomorfologia, restinga é a vegetação “que ocorre na linha de praia, são caracterizados pelo solo pobre em argila e matéria orgânica”. As praias que compõem a ilha são margeadas por vegetação de restinga. CENTRO DE ESTUDOS SULTURA E CIDADANIA. *Uma cidade numa ilha*: relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina. CECCA, Florianópolis: Insular, 1997. p 84.

¹¹⁴ O parcelamento do solo urbano é tratado pela Lei Federal nº 6.766/79. Anteriormente, pelo Decreto-Lei nº 58/37. Contudo, os municípios também editam leis sobre o assunto. O site da Câmara de Vereadores de Florianópolis dispõe sobre as referidas leis publicadas a partir de 1947. (www.cmf.sc.gov.br)

ao acervo do Patrimônio Público da União, constatou-se que as terras que compreendem o território brasileiro pertencem, indiscutivelmente, à União, sendo que qualquer brasileiro possui o direito de requerer certo trecho, bastando protocolar seu interesse junto ao referido órgão público federal. Possuem prioridade os órgãos públicos Municipais e Estaduais, caso determinado território esteja sendo pleiteado concomitantemente por mais que um interessado.

Como se pôde observar no capítulo sobre as fundações coloniais, as terras na Freguesia de São Francisco de Paula de Canasvieiras, no início do século XX, estavam divididas em três partes: *a orla marítima* que, segundo os antigos moradores, pertencia ao povo; *o restante do território* que, dividido em duas partes, pertencia ao Estado e ao Município. Percebeu-se também que, na época, o interesse das populações locais estava muito mais voltado para as terras produtivas que perfaziam o território da Freguesia do que propriamente ao trecho que compunha a orla marítima.

Embora a construção do hotel, em 1930, na praia de Canasvieiras seja considerada como o marco fundador na implantação do projeto turístico para a região, justamente porque anexaria o projeto de urbanização da orla marítima, a efetiva concretização do plano de urbanidade não decolou na forma como os autores da idéia logravam. A efetivação do projeto foi lenta e dependeu de muitas iniciativas engendradas durante as primeiras décadas do século XX, motivadas tanto pela esfera pública como pela iniciativa privada. Como comentaram os pioneiros: “o desenvolvimento da localidade de Canasvieiras foi muito lento e paulatino, porque o Poder Público não chegava lá. Nós fomos pra lá pelo espírito de prazer, de aventura”.

Consultando os jornais em circulação do período pesquisado, 1930-1980, as notícias relativas ao hotel e ao balneário surgem já a partir de 1929 até 1930, voltando a aparecer com alargada freqüência apenas a partir dos anos de 1960. No interstício entre 1929 e 1960,

aparece somente uma referência ao Balneário de Canasvieiras no jornal *A Gazeta*, no verão de 1940. Trata-se de uma crítica dos editores ao insucesso do empreendimento. Embora a nota coloque sutilmente o estado em que se encontrava o hotel, destaca veementemente o abandono que se encontrava, na época, a estrada que ligava Florianópolis a Canasvieiras. Diz o seguinte:

Incontestavelmente é a mais linda e a melhor de nossas praias. Banhada em toda a sua grande extensão pelo mar grosso, que, all, entretanto, raramente se torna forte e impetuoso, esta sendo agora, neste verão o ponto predileto para o recreio de nossa melhor sociedade.

Uma coisa, porém, se apresenta, como empecilho e transtorno, é a estrada que vae ter ao lindo e pitoresco arrabalde.

Os veículos fazem o percurso até lá com grande dificuldade, pois, são muitos os buracos e mal cuidado todo o seu trecho, isto, embora, os reparos que ali se têm feito [...].

O Balneário que é um prédio bem instalado, não pode progredir enquanto a estrada for um empecilho.

Faltam conforto e outros necessários melhoramentos que ninguém se atreve a dar, nem o receio natural de um fracasso por falta de estrada em condições de garantir o êxito do negócio.

Assim mesmo está funcionando como póde e os que sabem da beleza daquele recanto maravilhoso, lá vão ter, vencendo as dificuldades da viagem, coisa que bem poderia ser evitada.¹¹⁵

Um dos principais infortúnios evidenciados pelo interesse local em veranejar em Canasvieiras, diz respeito inicialmente aos problemas relacionados ao acesso rodoviário entre outros, como recordou o senhor Djalma Araújo¹¹⁶:

A distância era muito longa. Muito difícil o acesso, só pra quem tivesse carro e tivesse disposto a fazer a viagem dentro de poeira, buraco, e qualquer infortúnio no carro. Com um pneu furado, já não tinha a quem recorrer chegava lá não tinha água, não tinha luz. E tudo isso teve que ser implantado por mim na casa que eu comprei, colocar motor diesel pra fazer eletricidade, fazer poço artesiano.

Indagado sobre a opção de férias em lugar distante, uma vez que as praias próximas ao centro de Florianópolis já eram balneários badalados e não estação balneária como em

¹¹⁵ Jornal *A Gazeta*, Florianópolis, 26/12/1940, p.1.

¹¹⁶ O senhor Djalma Araújo nasceu em 1926, é natural de Laguna, Santa Catarina. Ainda criança, transferiu-se para Florianópolis com sua família. É casado e tem três filhos. Considera-se um dos primeiros veranistas da praia de Canasvieiras. Em 1958, já tinha sua casa de praia, cujo objetivo era proporcionar férias escolares para os filhos. Com o passar dos anos, construiu próximo à orla um complexo turístico chamado Holiday Center. Tratava-se de um conceito de hotelaria diferente do que havia em Florianópolis, pois que o hotel era composto por um conjunto de casas independentes, cujo projeto fora elaborado por um arquiteto de Tubarão.

Canasvieiras, ele conclui que “esses já eram bairros da cidade. Já não era estação balneária. Lá era realmente um sítio à beira do mar”.

De fato, nessa época, em termos gerais, a cidade de Florianópolis possuía destacada inserção de propagandas e anúncios relativos ao turismo e aos balneários em construção na Ilha de Santa Catarina. Os bairros de Coqueiros e Ponta do Leal, hoje conhecido como Estreito, até 1944, pertenciam ao município de São José¹¹⁷. Atualmente fazem parte do município de Florianópolis, estão localizados na parte continental da Ilha e, a partir de 1960, passaram a constituir balneários “badalados” de Florianópolis. Tanto que um cronista do jornal *O Estado*, em 1950, chamou a tenção das autoridades públicas em razão da falta de regras de convívio social na praia de Coqueiros, “única das nossas vizinhanças”, no dizer dele. No artigo do jornal, o cronista questionava a ausência de leis de proteção aos banhistas e pedestres no balneário. A nota diz o seguinte:

Nos dias de sol aqui na redação, chovem reclamações quanto à praia de Coqueiros, ora são molecotes que em trajes semi-endêmicos, põe as famílias a correr [...] ora é o futebol de areia [...] ora são automóveis que vêm de lá pra cá e de cá pra lá como se a estrada fosse de cimento na imensidão do Saara. Não bastassem todos esses males, que são da terra, mais outros se levantam do mar: são os botes, as canoas, os iates, as lanchinas, as ioles. De quando em quando, um dêles ou uma dêlas, atravessa por entre os banhistas e vem encalhar na areia.¹¹⁸

Além desse anúncio, reivindicador de providências por parte das esferas públicas no sentido de estabelecer condutas normativas na praia, alguns outros chamavam a atenção do leitor para as águas termais de Santo Anjo da Guarda, onde estavam sendo construídos três luxuosos hotéis¹¹⁹. A nota inserida na seção dos classificados do jornal *Diário da Tarde* lembrava que a construção atenderia aos mais exigentes hóspedes e que “compra-se saúde por pouco dinheiro”.

¹¹⁷ FERREIRA, Sérgio L. *O banho de mar na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora das Águas, 1998, p. 85-86.

¹¹⁸ Jornal *O Estado*, Florianópolis, 11/01/1950 Ano XXXVIII N° 10.667.

¹¹⁹ Jornal *Diário da Tarde*, Florianópolis, 11/11/1940 Seção Classificados, p.3.

Embora os discursos convergissem, desde muito cedo, para o desejo de despertar a vocação turística¹²⁰ da cidade, ainda não se tinha estabelecido a direcionabilidade para Florianópolis em termos de perspectiva nos encaminhamentos para projetos de cidade, ou seja, não havia um caminho a seguir relacionado a investimentos em infra-estruturas que despontavam. Com este intuito, em 1952, os administradores da cidade de Florianópolis pensaram em elaborar o primeiro Plano Diretor, cuja proposta fundaria as diretrizes para a cidade. Segundo o historiador Reinaldo Lindolfo Lohn¹²¹, o *Plano* foi concebido no sentido de notabilizar a capital de Santa Catarina através do comércio. Para sustentar tal concepção, a equipe de elaboradores do *Plano* indicava a necessidade de construção de um porto no Estreito. Nessa época, em Florianópolis, dois partidos políticos tradicionais - a UDN e o PSD - contavam com pronunciados apoios e detinham boa expressão eleitoral no Estado. Para Lohn, este foi o ponto fulcral que inviabilizou a proposta elaborada no Plano Diretor. O *Plano* “elaborado durante a administração UDN, tão logo o PSD retomou o poder na cidade”¹²², passou a ser ignorado na forma de suas concepções originais. Isto é, a partir do *Plano Diretor* de 1952, os investimentos públicos que deveriam recair sobre a construção de estações portuárias no sentido de incentivar o comércio sofreram uma guinada política e passaram a compor a pauta dos incentivos às estações balneárias.

A respeito da equipe que compôs o Plano Diretor de 1952, Lohn destaca que, em sua maioria, eram pessoas vindas de Porto Alegre e arquitetos de formação com experiência comprovada que tinham se empenhado no mesmo trabalho em sua cidade de origem. Os autores do *Plano*, quando versavam especificamente sobre o turismo, diziam que “o turista estrangeiro não poderia ser uma esperança séria, nem muito menos uma garantia de mercado

¹²⁰ Um folder do Grupo MDaux destaca a ponte Hercílio Luz e o Miramar construído em 1928, lembrando que, nessa época, havia uma escada para a estação de passageiros dos navios fundeados na baía e dos *hydros*, como eram chamados os hidroaviões. Segundo o folder, a junção destes fatores despertou a cidade para a vocação de atrair viajantes das mais variadas procedências.

¹²¹ LOHN, Reinaldo L. *Pontes para o futuro: relações de poder e cultura urbana. Florianópolis 1950-1970*. 2002. Tese (Doutorado) - UFRG, Porto Alegre, 2002. p. 295-443.

¹²² *Ibidem*, p. 346.

turístico para Florianópolis”¹²³. Não é de se estranhar que os gaúchos designados para elaborar o primeiro Plano Diretor de Florianópolis tendessem a apontar a atividade comercial culminando na construção de zonas portuárias como prerrogativa para o aquecimento da economia de Santa Catarina. Porto Alegre, cidade de origem dos arquitetos foi e ainda é uma cidade fortemente portuária.

A primeira proposta de projeto para urbanização do litoral norte da ilha de Santa Catarina surgiu em 1951. Mas este não passou de um projeto não concretizado que desapareceu sem deixar pistas. Sabe-se que foi um empreendimento idealizado pela iniciativa privada. A partir de 1956 e 1958, dois projetos de urbanidade foram desenhados para a orla marítima de Canasvieiras: o primeiro foi pensado pelo poder público, a Prefeitura Municipal de Florianópolis; o segundo foi um projeto executado pela iniciativa privada, ao qual se teve acesso somente à planta do loteamento (Anexo B e Anexo C). A parte documental do projeto, com nomes dos autores, foi vetada para qualquer meio de divulgação. Ambos estão arquivados em órgãos públicos. O primeiro, na Câmara dos Vereadores de Florianópolis, e o segundo, na Secretaria Municipal de Administração. O projeto de iniciativa do poder público foi regulamentado pela Lei Municipal número 49 de 1956 que diz:

Fica o Poder Executivo autorizado a lotear para venda, uma área de terra de 613.856,24 m² de propriedade da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Fica também o poder executivo autorizado a entrar em entendimento com os atuais posseiros que possuem títulos de boa fé afim de legalizar a situação. Podendo ser feitas as permutas e desapropriações necessárias

Fica assegurado a cada servidor municipal a aquisição de um lote pela metade do preço de venda. Aos demais servidores públicos será concedido um desconto de 20% sobre o preço de venda.¹²⁴

Nessa época, o prefeito eleito de Florianópolis era o Osmar Cunha¹²⁵. Este logo colocou em prática as idéias relativas à Administração Municipal, “requereu para o Departamento de Terras de Colonização uma quantidade grande e criou o loteamento para a

¹²³ Ibidem, p. 295-443.

¹²⁴ Projeto de Lei Nº 49 de 06 de setembro de 1956 – Diário Oficial – Florianópolis/SC.

¹²⁵ Jornal *A Gazeta*, ano XXI n 4.800, Florianópolis, 12/10/1954, p.1.

Prefeitura”¹²⁶, como lembrou o senhor José Carlos Daux. Mesmo que a escrita da lei que criou e implementou o projeto de balneário tenha procurado “favorecer” a aquisição de lotes aos funcionários da Prefeitura e aos moradores, esses, além de não contarem com recursos disponíveis para este fim, também não haviam de se interessar, uma vez que as terras nas proximidades da praia eram praticamente desabitadas e não possuíam o apelo especulativo que surgiu anos mais tarde. Se, em algum momento, as terras próximas à orla não tinham dono e foram ocupadas pelos populares que não possuíam terras na Freguesia, a partir do instante em que as mesmas faixas de terra passaram a representar valor imobiliário, os lotes passaram a ser desapropriados sob a alegação de que pertenciam ao poder público.

Mais uma vez, os relatos dos moradores justapostos à documentação oficial revelaram as discordâncias em relação às motivações do poder público, ou seja, as justificativas que oficializaram o projeto de urbanização. Eis as afirmações do senhor Lídio da Cunha:

O Osmar Cunha loteou tudo, cada funcionário da prefeitura podia comprar a prestação: um conto de réis por mês. O funcionário ganhava um conto e duzentos réis por mês, ia pagar como?

O Viriato Campos tinha mais ou menos quarenta lotes. Ele era um gerente da casa Hoepcke, ele ainda tem lotes hoje em dia. O canto das pedras era tudo médico ou milionário. O Seu Cláudio quando fez o loteamento não vendeu prá pobre, só prá rico, de 1950 prá cá ele começou a vender. Eles vinham para a praia e não gostavam nem que as pessoas fossem para lá. Eles queriam só prá eles, mas as pessoas iam assim mesmo.

Em certo momento da implantação do projeto de urbanização criado pela Prefeitura de Florianópolis, esta planejou alterar o acesso principal ao balneário no intuito de valorizar as terras que pertenciam àquela instituição e que se encontravam logo na entrada do bairro. O senhor José Carlos Daux recorda que “o Oliveira que era Prefeito, quis trocar o acesso, deixar aquilo ali num barro e abrir a atual Avenida das Nações, que era um matagal. Foi uma ligação pra valorizar o loteamento da Prefeitura”. Percebendo que tal medida afetaria seus negócios,

¹²⁶ O extinto IRASC - Instituto da Reforma Agrária de Santa Catarina - distribuiu terras na região de Canasvieiras, conforme documentos na atual Secretaria de Agricultura do Estado de Santa Catarina.

uma vez que o principal acesso de Florianópolis, até aquele momento, fazia desembocar o fluxo de turistas diretamente no seu empreendimento, dirigiu-se ao governador, salientando que:

[...] fui no Colombo e conversei com ele. Ele imediatamente fez um telefonema e disse: ‘asfalta a Avenida Madre Maria Vilac, 5 km de asfalto’. Nós ganhamos o que redundou no centro comercial de Canasvieiras, que até hoje funciona direto e todo o norte da Ilha, todo mundo se junta ali.

Notadamente as influências políticas e a ação protecionista do Estado¹²⁷, em termos de influências políticas, marcaram, de forma decisiva, o processo de ocupação e o planejamento urbano do balneário em relação às ruas que possibilitavam o acesso rodoviário. Ainda nesse sentido, a medida cautelar criada por aqueles que investiram no território objetivando retorno financeiro para evitar os “farofeiros” que chegavam na praia de ônibus ou caminhão foi o providencial corte de árvores, alteração dos barrancos próximos ao mar que, com a construção de muros e pequenas vielas em substituição às características naturais da região, impedia o acesso e impossibilitava o aproveitamento do mar pelos populares.

Uma nota do jornal *O Estado*, destacando os farofeiros freqüentadores da praia no verão, vem ao encontro das narrativas presentes no imaginário daqueles que tencionavam fazer de Canasvieiras um reduto privilegiado, como se apresenta a seguir, “uma esbarrada provocou risos, seguidos de inevitáveis gozações, dia desses em Canasvieiras: foi entre um ônibus (daqueles farofeiros) com placa de Biguaçu e, adivinhem? Um carro de São José [...]”¹²⁸.

O processo de urbanização observado a partir dos relatos colhidos na comunidade trouxe à tona a cumplicidade dos moradores em relação aos turistas, em especial a partir de meados do século XX, quando se tornaram mais acirradas as construções de casas de veraneio.

¹²⁷ CATANI, Afrânio M. *O que é capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981 p. 76-137.

¹²⁸ Jornal *O Estado*, Florianópolis, 08/01/1977. Ano 62, Nº 18584 p. 12

A pesquisa em Antropologia empreendida por Mara Lago apontou que “o cargo de *intendente* nas Freguesias da Ilha de Santa Catarina, que corresponde à autoridade máxima, [...] é preenchido por nomeação direta do prefeito da capital.”¹²⁹. A autora cita também pessoas de “relativa posição na comunidade, [procuravam] ficar responsáveis pelas casas de praia”, mas que não se tratava apenas da remuneração, geralmente ínfima, mas principalmente das relações políticas daí decorridas, ou seja, o “pistolão”¹³⁰, na expressão de Lago. De fato, as relações entre os veranistas de Florianópolis e os moradores da comunidade de Canasvieiras estreitaram-se no momento em que o território passou a ser ocupado também pela classe média florianopolitana. É o que relembra a senhora Maria dos Passos Amorim Tadeu, antiga moradora da comunidade de Canasvieiras. Ela conta que um certo Senhor Oscar Danova, por volta de 1946, construiu uma das primeiras casas de praia em Canasvieiras, ficava nas imediações do Caminho do Rei. Comenta que:

Ele era muito amigo do Xavier (marido) e ele queria batizar a Verônica. Mas não chegou a batizar porque ele se estranhou conosco. Teve uma eleição e ele veio pedir voto, e nós votamos, na contagem apareceu dois votos em Canasvieiras, como o Célio e a Noemia trabalhavam na casa dele, votavam com ele, na apuração apareceu só dois votos, então ficou como os caseiros votaram e nós não. O homem ficou zangado, mas nos votamos, quem não votou foi o Célio.

Durante as décadas de 1940 e 1950, alguns poucos moradores de Florianópolis¹³¹ já haviam adquirido lotes na região, é o que afirma o senhor Djalma Araújo:

Então, eu tô falando de 40 – 45 anos atrás [...] comprei uma pequena casa e reformei, fui ampliando [...] era de uma pessoa que passava as férias lá, que já faleceu. Ele fez a casa pequena para ele, depois vendeu pra mim, ai eu ampliei.

¹²⁹ LAGO, Mara C. de S. *Memória de uma comunidade que se transforma*: de colônia agrícola-pesqueira a balneário. 1983. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - UFSC, Florianópolis, 1983. p. 93.

¹³⁰ *Ibidem*, p. 92.

¹³¹ Segundo o IBGE, a população de Florianópolis era de 98.405 pessoas e reconhecia oito aglomerações urbanas que eram: a cidade de Florianópolis, com 48 264 habitantes; as vilas de Cachoeira do Bom Jesus, com 259 habitantes; Canasvieiras, com 364 habitantes; Ingleses do Rio Vermelho, com 284 habitantes; Lagoa, com 429 habitantes; Rationes, com 259 habitantes; Ribeirão da Ilha, com 975 habitantes; Santo Antônio de Lisboa, com 281 habitantes, conforme dados de 1950. Este censo foi publicado em 1960 e considerou o recenseamento realizado durante uma década 1951/1960.

IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro, 1959, v. 32.

Ainda que fosse assim, eram pouquíssimos os interessados em adquirir terrenos no norte da Ilha. Tanto que os alunos da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Catarina rifaram um lote para contribuir com a caixinha dos formandos da turma de 1964, como lembrou o Juiz Edmundo José de Bastos Junior. Segundo ele, a família de um dos formandos era proprietária de um empreendimento imobiliário em Canasvieiras, cujo pagamento dos valores poderia ser facilitado em prestações. Entretanto, poucos se motivavam a tal investimento em terras tão longínquas.

O senhor José Carlos Daux também lembrou da orla marítima de Canasvieiras na época em que construiu as primeiras casas destinadas ao veraneio. Ele lembrou que:

Então, eu dava lote, por exemplo, pra senhora fazer uma casa, e a senhora não queria. Eu dei um pro presidente do BRDE e no dia seguinte ele vendeu. O objetivo principal era povoar, pois, isso era um deserto [...] eu vou mostrar uma foto do tempo em que eu comecei a botar casinha de madeira, as primeiras [...] e aponta referindo-se a foto, [essa é a] matriz de nove balneários.



Figura 13 - Vista aérea do primeiro loteamento de Canasvieiras, em 1960. Na lateral esquerda visualiza-se o Hotel Balneário de Canasvieiras.

Fonte: Acervo particular da família Daux.

Questionado o senhor José Carlos Daux a respeito do interesse que havia levado sua família a investir fortemente na região norte da ilha, ele afirma que foi “pelo viés econômico [...] todo mundo que tentou falhou. E eu consegui, mas teve o dedo de Deus”. Ao narrar a história da implantação do balneário turístico, do alto de seus 74 anos, ele assume uma espécie de cartase que o leva a admitir implicitamente que, “não iriam se desenvolver novos balneários sem aquele começo pioneiro”. *O dedo de Deus* mencionado pelo senhor José Carlos Daux resume o corpo administrativo do governo do Estado. Narrando suas expectativas acerca dos investimentos, é como se o *dedo* ocupasse o lugar de um mestre implacável a seguir, indicando um caminho sem volta. O timão que o conduziu ao rumo certo.

O mito fundador¹³² do balneário turístico ultrapassa, num determinado momento, as fronteiras do econômico. O desejo de estar em contato com um ambiente natural já contava com adeptos. Como se pode observar, a família do senhor Djalma Araújo ali se estabelecia, durante as férias escolares, tendo de criar as estruturas necessárias. Lembra-se que as dificuldades eram muitas, necessitava-se utilizar “motor a diesel” para ter energia elétrica, mas “até por causa disso, nós vivíamos num p-a-r-a-í-s-o”, conta ele. Nessa direção, o senhor José Carlos Daux também destacou a excelência o aspecto natural da região, lembrando que:

Quando eu comecei a pensar nesse local como ponto de referência turística, encomendei para a universidade uma pesquisa oceanográfica e chegou-se a seguinte conclusão, foi uma pesquisa de três meses. Constataram o seguinte, que a temperatura da água em fevereiro a noite, e maior que a temperatura do ar. Isso quer dizer que você pra se esquentar tem que ta na água. Isso não existe, não tem tubarão, água quente sempre tem tubarão, aqui não tem, não tem borrachudo. [...] não é apenas adequado é raro.

Voltando um pouco em suas lembranças, ele comentou como tudo começou em Canasvieiras e qual a relação da sua família com a implantação do balneário, referindo-se ao seu pai que havia comprado muitas terras naquele trecho. A família Daux era natural de Palhoça e muito próxima da família de Ivo Silveira, por sua vez, também natural de Palhoça. Na época da campanha em prol da candidatura deste, aquela família teria vendido uma frota de veículos e aplicado na campanha eleitoral. Ivo Silveira foi governador do Estado de Santa Catarina entre 1966 e 1971. Contudo, um pouco antes da posse, o patriarca faleceu e o primogênito assumiu os negócios da família. O senhor Daux comenta: “e ai, ele mandou um recado para mim, não venda suas coisas em Canasvieiras porque eu vou fazer o asfalto e vou botar água”, mas apenas nos “últimos quinze dias [de governo] ele botou a água”.

¹³²A descoberta e a colonização da América fez surgir os principais elementos que fundamentaram a construção do mito fundador da brasilidade. A “sagração da natureza” imbricada pela “sagração da história”, sempre acompanhada pela providência divina, permeia as concretudes dos governantes, gerando fatores inerentes a Deus.

CHAUI, Marilena. *História do povo brasileiro: Brasil mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001 p. 57-87.

Inegavelmente, os contatos e os interesses privados marcaram, de forma decisiva, o processo de ocupação do território, outrora público, na orla marítima de Canasvieiras. A infraestrutura necessária para implantação do balneário foi permeada por jogos de interesses que atendiam muito mais às motivações particulares do que respondiam às necessidades da população. Indagando o senhor José Carlos Daux sobre sua influência direta nas decisões administrativas do Estado, ele corrige o tom da questão, lembrando que “não se trata de influência, eu metia a cara. Eu ia lá pedir”. Narrando sobre a implantação do sistema público de energia elétrica, ele coloca o seguinte:

Na mesma ocasião que eu comprei isto aqui, o governador do Estado comprou uma fazenda aqui perto [...] isso foi em 60. Em 61 o Jânio renunciou. Entrou o Jango sob o regime parlamentarista, então queira o apoio dos governadores para voltar ao regime presidencialista. [...] O Celso Ramos disse que ia apoiar, mas queira um dinheirinho para o Estado, para puxar a luz de Florianópolis para cá para atender a fazenda dele [...] ai eu ganhei a luz.

Nessa época, alternavam-se na luta pelo poder no Estado de Santa Catarina “dois partidos tradicionais e três famílias: o PSD, liderado pelos Ramos, e a UDN, dos Konder-Bornhausen”¹³³. O senhor José Carlos Daux afirma:

Eu ia lá pedir, o Konder Reis nem me recebia, por ser contra, por razões oligárquicas, eles não querem dar empregos, apenas eles dão certa estrutura para as favelas, mas emprego não. Eles querem que comam na palma da mão deles, o Esperidião, o Bornhausen, eles são oligarcas. Esse Esperidião cansou de me fazer ameaças.

A concepção política que remete à oligarquia reclamada pelo senhor José Carlos Daux o faz esquecer a não menos oligárquica família Ramos que, como afirma Lohn, “depois do domínio absoluto da UDN, o PSD voltava com força total [na década de 1950] ao poder”¹³⁴ na cidade.

¹³³ IN: Os governadores de Santa Catarina, Encarte Especial do Diário Catarinense 25/11/1993. p. 67.

¹³⁴ LOHN, Reinaldo L. *Pontes para o futuro: relações de poder e cultura urbana. Florianópolis 1950-1970*. 2002. Tese (Doutorado) - UFRG, Porto Alegre, 2002. p 312.

Na década de 1960, as eleições marcaram fortemente a cidade durante a administração do PSD. Vários trechos de terras, em especial no norte a ilha¹³⁵, foram tomados, desarticulando grupos de moradores locais. Foram utilizados os acessos do Estado no sentido de oficializar tais posses, tendo os interessados, na época, se apropriado dos territórios atualmente privilegiados na região norte da ilha, como o Jurerê Internacional, a Praia Brava, entre outros. Reivindicando, atualmente, a necessidade de continuar transformando terras que compõem a praia de Canasvieiras, o senhor José Carlos Daux aponta os trechos “desabitados”, cedidos pelo Estado para algumas associações em detrimento do incentivo ao turismo. Ele salienta que:

O Amim e o Bornhausen começaram a distribuir hectares e hectares para impedir o desenvolvimento do turismo.

Até hoje [...] aquela área da Colônia toda desocupada. Os políticos catarinenses querem se beneficiar do voto do pobre, mas é contra o pobre. Com exceção de alguns: Colombo, Pedro Ivo, são raras as exceções, mas o resto que tá lá, ou é ladrão ou é malévolo com a população.

A persistência visionária em “colocar as primeiras casinhas de madeira” foi o que fez espalhar o resultado, na opinião do senhor José Carlos Daux, “daquele início pioneiro” aos demais pontos da Ilha. Sendo assim, conclui dizendo que, atualmente, “estamos inaugurando duzentos postos de trabalho”, referindo-se ao Hotel Majestic inaugurado no corrente ano, na Avenida Beira Mar Norte e completa que, “por enquanto, tenho sete filhos. Cada filho tem um hotel, tenho sete hotéis”, mas, lembrando sempre que, “a cidade é que é vitoriosa”.

¹³⁵ No que se refere a apropriações de terras na região norte da Ilha, o historiador LOHN e o geógrafo CAMPOS, ambos com pesquisas realizadas em épocas diferentes mas com o mesmo balizamento temporal, cujas problemáticas acabaram por se imbricar, evidenciaram a partir de diferentes abordagens e excelente reflexão teórica a forma como as instâncias políticas de decisão de Florianópolis transformaram espaços públicos em loteamentos privados..

CAMPOS, Nazareno, J. de *Terras comunais e pequena produção açoriana na ilha de Santa Catarina*. 1989. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UFSC, Florianópolis, 1989, p. 173-189.

LOHN, Reinaldo L. *Pontes para o futuro: relações de poder e cultura urbana. Florianópolis 1950-1970*. 2002. Porto Tese (Doutorado) - UFRG, Porto Alegre, 2002. p 295-443.

Ao analisar a implantação do projeto de loteamento apenas a partir da planta arquitetônica que o oficializava, concretizado a partir de 1956, infere-se que aquela região era totalmente inabitada, pois que não há registro, nos traços desenhados, de casas ou ranchos de pescadores. É bem verdade que as plantas de loteamento às quais se tem acesso, não correspondem a área total do território da praia. Ainda assim, a simetria dos desenhistas dos projetos ignorou totalmente as casas e ranchos de pescadores existentes na região.

Através de relatos dos moradores, percebe-se que algumas famílias moravam na praia nessa época, ou seja, embora durante a construção do hotel, em 1930, a praia estivesse destinada a outro tipo de morador, fazendo com que pouquíssimas residências de família tivessem sido identificadas. Somente a partir dos anos 1940-1950 alguns turistas passaram a fazer parte do cenário, dispostos a transformar ranchos de pescadores em casa de veraneio, como se pôde atestar. Considerando que os projetos de loteamentos datam de 1956/1958, tais projetos ignoraram os moradores, uma vez que não são visualizados a partir da documentação oficial. Entretanto, quando buscados nas memórias locais, depara-se com uma rede de relacionamentos e de interesses que permearam as disputas, tanto dos que vieram de fora como engendradas por dentro da comunidade.

O que de fato não aconteceu em Canasvieiras, quando da implantação do Balneário turístico, foi o “bota a baixo”¹³⁶, amplamente discutido pela historiografia brasileira em relação às reformas urbanas ocorridas no Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX. O território ocupado para criação da estação balnear estava praticamente vazio, desabitado. Embora se perceba a convivência de duas sociedades, isto é, a antiga Freguesia e a Praia de Canasvieiras. Duas partes de um mesmo todo que, separadas geograficamente, foram se aproximando ao longo dos anos e, através de contornos muito próprios, assumiram maneiras distintas entre si, mesmo sabendo que pertencem a um único Distrito, o de Canasvieiras.

¹³⁶ NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Cia da Letras, 1993, p. 19-73.

Obviamente a influência exercida pelo território do litoral, em relação ao território interiorano, se pronunciou. É por isso que se pode dizer que a antiga Freguesia “não soube envelhecer”¹³⁷. Os casarões e engenhos da Freguesia que se contavam mais de vinte, desapareceram, dando lugar a edificações de orientação arquitetônica atual¹³⁸.

Há, nos dias atuais, apenas duas casas tombadas na comunidade pelo Patrimônio Histórico da União. A Casa do Império, citada por Virgílio Várzea, passou por um processo de descaracterização total em termos arquitetônicos, ao longo dos anos e, por isso, sua fachada não corresponde à orientação tipicamente portuguesa. Pode-se confirmar tal afirmação observando a foto constante no Capítulo I, Figura 2, página 24. Sua localização geográfica somente foi possível, porque contou com a colaboração dos antigos moradores. O mesmo acontecendo com o antigo Caminho do Rei, rua conhecida pelos moradores de Canasvieiras, cujo acesso possibilitou por muitos anos que os moradores alcançassem o mar. A referida rua, recentemente, passou a ser conhecida sob a denominação: Rua Doutor José Bahia Bitencourt, conforme projeto de Lei Municipal número 2312/85¹³⁹. Outro acesso que levou os moradores ao mar também foi localizado através das memórias, como o caminho da praia, que atualmente não existe mais.

A reminiscência dos moradores fez despontar também a existência da Casa do Teatro, uma construção antiga, em estilo colonial, em frente à igreja, que servia para apresentações de peças, assim como bailes por ocasião das festas religiosas, conforme narração dos moradores. Na década de 1960, tal construção foi demolida pela iniciativa do

¹³⁷ Atualizando seu olhar *caminhante* pela cidade, Michel de Certeau lembra que “Nova Iorque nunca soube a arte de envelhecer curtindo todos os seus passados”, tudo é demolido o tempo todo, dando lugar ao novo. CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994, p. 169.

¹³⁸ Os gostos referem-se ao conjunto unitário de preferências que distinguem as categorias sociais em termos de mobília, vestimentas, linguagem [e eu acrescento opções arquitetônicas] onde tais representações determinam os estilos de vida. Em Canasvieiras, o novo foi cedendo lugar ao velho, que foi sendo desmontado, desaparecendo ao longo dos anos por conta da implantação do novo estilo litorâneo do bairro.

BOURDIEU, Pierre: *Gostos de classe e estilos de vida*. IN: _____ Sociologia. São Paulo: Àtica, 1983, p. 82-121.

¹³⁹ www.ipuf.sc.gov.br/logradouro

Intendente de Canasvieiras e demais personalidades locais, dando lugar a um barracão de madeira que possuía a mesma finalidade do antigo teatro. De acordo com as narrativas, a posição topográfica da antiga casa “invadia” o terreno adquirido pela família Ramos na mesma década, sendo assim, atrapalhava a identificação da entrada de propriedade particular. Já se constatou, no capítulo sobre a fundação da Freguesia, que a igreja centenária ocupa um lugar privilegiado do ponto de vista militar no sentido de vigiar e proteger a Canasvieiras de antigamente. O golpe de vista, no dizer de Virgílio Várzea em relação ao mar, tomou outro sentido ao longo dos anos, quando ocorreram várias apropriações de terras e, a partir de novas orientações de construções de casas nas proximidades do mar, passou-se a priorizar a vista que o mesmo possibilita, todavia com outro sentido.

Os prédios e casas edificadas na orla marítima, pelo fato de serem relativamente atuais, são construções que respondem a orientações arquitetônicas modernas. O hotel construído em 1930 possui características arquitetônicas neoclássicas, sua fachada encontra-se parcialmente encoberta pela construção de um anexo recente. Assim, o processo de ocupação da orla marítima e a criação dos loteamentos, no caso de Canasvieiras, merece muita atenção, pois os riscos de generalidades são grandes. Se, em algum momento, as terras próximas à orla não tinham dono e os populares que não possuíam terras na Freguesia ocuparam o trecho da orla, a partir do momento em que as mesmas faixas de terra passaram a representar valor imobiliário e ganharam a atenção dos cidadãos e moradores locais, esses mesmos lotes passaram por um processo de desapropriação sob a alegação de que pertenciam ao poder público. É o que relembra a senhora Olga Pereira:

Não tinha escritura de nada, tinha usucapião, depois tinha morador ali também, aí então, quando eu soube, o falecido Zilico já tinha vendido até a frente da minha casa pro Zé Elias. Aí ele foi lá pra casa, discutiu conosco, queria colocar uma casa ali, eu disse: aqui tu não ficas:

- Mas eu comprei do Zilico.

- Eu não tenho nada com o Zilico.

Daí teve briga, o Zé Elias cercou, nós desmanchamos a cerca, e tornou a cercar, desmanchamos de novo e veio o filho dele, acabou perdendo.

Há uns doze anos colocaram uma casa de madeira ali, a Prefeitura veio e colocou no chão, dizem, dizem porque eu não fui perguntar lá, mas falaram que a Prefeitura

tinha colocado um anúncio nas vendas que tinham trocado com o Estado, era terreno devoluto da marinha, pra quem quisesse fazer casa, e onde tivesse os apossados a frente ficava livre pros apossados que já tava na frente do terreno, então como nós já estávamos na frente nós fizemos esse requerimento e colocamos no Patrimônio da União, foi quando eles vieram entregar pra o Julio e ele não quis, porque disse que não era. Ai a Prefeitura pegou.

Conforme relatos, alguns moradores vendiam e revendiam terrenos de seus vizinhos e compadres. O já citado trabalho de Nazareno José de Campos - "*Terras comunais e pequena produção açoriana na ilha de Santa Catarina*"¹⁴⁰, aprofundou a questão das desapropriações de terras, identificando os personagens envolvidos nas comunidades interioranas de Florianópolis. No caso de Canasvieiras, sua pesquisa demonstrou que um certo *Zilico*, o mesmo personagem de cujas lembranças a senhora Olga Pereira não deixou escapar, foi assessor do senador Jorge Bornhausen. Tratava-se do último descendente dos Alves de Brito, cujo patriarca, o Juiz de Paz Luiz Alves de Brito, em suas relações políticas, fez apropriar-se de uma boa parte das terras da comunidade, fazendo com que posteriormente os seus descendentes fossem proprietários de vantajosas parcelas das terras próximas ao mar.

Sobre algumas outras formas de desapropriações que envolveram os mecanismos públicos, a senhora Olga Pereira continuou explicando o que aconteceu no caso do terreno de praia que possuía:

Nós tínhamos documento e tudo [...] ali é área balneária, então, eles diziam que o nosso terreno era ali, mas não, era mais pra frente. Então, eles levaram a nossa escritura [...] remediram o terreno e fizeram uma planta de área de lazer, então ficou como se fosse da Prefeitura e não nosso. Mas eu tinha o protocolo da União, quando fui lá já tinham cancelado tudo, daí aparecia como a escritura era da Prefeitura e não nossa.

Ainda assim, alguns moradores, em muitos momentos, se apropriaram das novas possibilidades que foram surgindo a partir dos investimentos em turismo na região. Tanto do ponto de vista da venda de terrenos de outrem, como sob o aspecto dos novos negócios e

¹⁴⁰ CAMPOS, Nazareno, J. de *Terras comunais e pequena produção açoriana na ilha de Santa Catarina*. 1989. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UFSC, Florianópolis, 1989. p. 58-199.

profissões que surgiram dentro da própria comunidade. O senhor José Carlos Daux é considerado por alguns moradores um dos principais investidores do local e, muitas vezes, o ícone da transformação¹⁴¹ da região em balneário. É o que lembra a senhora Ione dos Santos Nascimento¹⁴², proprietária de uma das primeiras imobiliárias de Canasvieiras quando diz, “eu devo muito ao Daux”. Ao que completa a senhora Olga Pereira: “isso aqui foi pra frente devido ao José Daux, ele fez um loteamento, [...] o pessoal foi se chegando, a Prefeitura, por enquanto não surgiu, só depois com o Osmar Cunha, que passaram a fazer este loteamento pra praia”.

Analisando as obras¹⁴³ relativas à especulação imobiliária no que diz respeito aos investimentos no turismo, observam-se duas vertentes recorrentes nas Ciências Humanas. Em suas elucubrações, alguns pesquisadores concluíram que os moradores se apropriaram da nova ordem econômica e social, enquanto que outros consideram que as populações locais ficaram à margem do processo cujas mudanças perpassam os mecanismos sociais, econômicos e culturais.

Particularmente em Canasvieiras, muitas narrativas apontam para a ocorrência das duas situações observadas por aqueles pesquisadores, isto é, tanto os moradores se

¹⁴¹ Marshall Berman, pontuando modernidade/modernização, compara a modernidade a uma mola que impulsiona o *ir para frente*, tirando todos do isolamento e dissolvendo-os em fronteiras moveidças. Tal impulsão [diz o autor] empurra todos sempre avante, sendo que encontramos hoje em meio a uma era moderna que perdeu contato com as raízes de sua própria modernidade.
BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 2001, p.15-35.

¹⁴² A senhora Ione dos Santos Nascimento nasceu em 1945 e é natural de Ituporanga, Santa Catarina. É casada e tem três filhos. Pedagoga de formação, ocupou o cargo de diretora da Escola Básica Municipal Osmar Cunha até 1988, quando se aposentou. Motivada pelos investimentos turísticos na região, tornou-se corretora de imóveis, inaugurando na região norte da Ilha a primeira imobiliária destinada a aluguel de temporada de verão. Seus filhos se profissionalizaram como corretores, exercendo tal atividade na imobiliária que a família mantém na Avenida das Nações, 625, em Canasvieiras.

¹⁴³ CAMPOS, Nazareno, J. de *Terras comunais e pequena produção açoriana na ilha de Santa Catarina*. 1989. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UFSC, Florianópolis, 1989.

SILVA Valdir. *Poder político e políticas públicas: Inventário político do poder oligárquico em Santa Catarina – Uma história de dominação de classe*. 1996. Dissertação (Mestrado em Administração) - UFSC, Florianópolis, 1996.

LAGO, Mara C. de S. *Memória de uma comunidade que se transforma: de colônia agrícola-pesqueira a balneário*. 1983. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - UFSC, Florianópolis, 1983.

SANTOS, Cristina S.U. *Planejamento turístico e seus reflexos no processo de urbanização das praias de Canasvieiras e Jurerê Internacional*. 1993. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UFSC, Florianópolis, 1993.

apropriaram e reinventaram os seus interesses, como foram desapropriados em termos de ocupação de terras. O senhor Lídio da Cunha, comentando a maneira como os lotes resultantes do projeto urbano iniciado pela Prefeitura Municipal de Florianópolis foram distribuídos, citou que “deu cento e tantos lotes pra mais. Fora o que o seu Chico mandou deixar para cima, para ficar para ele”. Novamente recorrendo aos apontamentos de Nazareno José de Campos, o senhor Francisco G. da Costa, comumente conhecido como Chico Camarão, foi um representante local cujas ligações políticas o faziam articular benefícios e apropriações de terras. A partir de 1945, com a redemocratização UDN-PSD, o senhor Aderbal Ramos da Silva apropriou-se de alguns campos da região norte da Ilha, entre eles o conhecido território onde se encontra hoje o balneário Jurerê Internacional. A sua idéia inicial era vender lotes para turistas através de uma imobiliária cujo principal acionista era o próprio. Em 1956, colocou placas sinalizando que a referida propriedade tornara-se particular. Em 1957, surge a Jurerê Imobiliária. Entretanto, como o empreendimento fracassou, o mesmo negociou as terras com o Grupo Habitasul durante a década de 1980¹⁴⁴.

A senhora Olga Pereira durante a entrevista, se colocava indignada porque teria perdido a licença de uso da terra à margem da praia. Todavia, logo a seguir, admitiu que a frequência de banhistas em frente à sua residência a constrangia. Ela colocou que, “eles fizeram aqueles bares, uma pouca vergonha, é por isso que eu quis sair, ali eles não respeitavam mais ninguém”. E continua relatando a história de um certo senhor morador da comunidade que, tendo o rancho de pesca do pai, aos poucos, o transformou em bar. Ela explicou que, “ele fez um rancho, era do pai dele, mas ele fez outro por cima. Aí se apossou, então, é onde ele tem um bar hoje, mas ele não trabalha, ele aluga”. Neste sentido, a senhora Maria dos Passos Amorim Tadeu sintetiza seu sentimento, comentando que “agora é cem por cento melhor, mudou tudo. [...] só tenho saudade das minhas rendas bonitas que eu fazia. Eu

¹⁴⁴ CAMPOS, Nazareno, J. de *Terras comunais e pequena produção açoriana na ilha de Santa Catarina*. 1989. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UFSC, Florianópolis, 1989, p. 180-198.

me lembro de tudo, mas não tenho saudade não [...] A vida agora é muito melhor”. A este respeito, a senhora Maria Salomé Vieira, comparando o seu cotidiano do passado em relação à atualidade, completou dizendo: “a pessoa antiga que vive hoje e diz que antigamente era melhor, só quem não tem a cabeça boa [...] esse terreno da praia foi tão repartido [...] ruas, casas, prédios, coisas bonitas, coisas bem feitas. E antigamente não tinha, era só graveto, pau e água”.

Buscando uma comparação visual, inclui-se a seguir uma foto aérea atual de uma parte do balneário de Canasvieiras que focaliza justamente o mesmo ângulo presente na foto de 1960, constante na página 94.



Figura 14 – Vista aérea de Canasvieiras em 1990.

Fonte: Acervo particular da família Daux.

3 A CAMINHO DA PRAIA

3.1 Tênues Vínculos

Ele já estava pronto e, sentado na soleira da porta de casa, esperava a kombi do hotel. Geralmente era assim, a cada início de temporada de verão, os hotéis da orla buscavam pessoas nas regiões interioranas interessados em trabalhar. Durante toda a estação, recolhiam diariamente os garçons, as camareiras, o pessoal da lavanderia, da recepção que prestavam serviços temporários no hotel.

Desta feita, ele havia caprichado um pouco mais no espalhar da goma pelos cabelos, pois era a única maneira de ajeitar as ondulações freqüentemente comparadas ao mar bravo. Com o terno cuidadosamente passado a ferro e o sapato bem lustroso, trazia nas mãos a cartilha e relia com atenção as recomendações que há muito conhecia. As frases mais comuns ditas para um estrangeiro passando férias no Brasil já estavam decoradas, porque não era a primeira vez que ele era convocado para trabalhar na praia. Nesse momento, largava tudo, mesmo sabendo que se arriscava em perder parte da plantação que cultivava no morro, uma vez que não conseguia conciliar aquelas duas atividades. A estação mais movimentada e quente do ano findara e levava consigo toda a agitação da orla marítima. Todavia, o pacato cotidiano daquele prenúncio de inverno tomara outros ares. Aquele abril se fazia diferente! Havia uma grande expectativa no ar. Tal agitação provocava estranhamento nas pessoas. Rumores de que o balneário hospedaria uma celebridade internacional provocavam burburinho na vizinhança. Nos meses de janeiro, quando o hotel estava lotado, os trabalhos e responsabilidades dobravam, tinha-se a impressão que o solstício de verão queimava de tal

maneira as cabeças, que todos agiam atabalhoadamente. Tudo se apresentava mais frenético durante os meses de verão. Mas, agora, era diferente. Em pleno mês de abril, o sol tímido, uma brisa morna, o hotel todo ocupado. É natural que houvesse estranhamento, embora não fosse a primeira vez que o hotel estivesse lotado.

Ele e sua comitiva chegaram durante a madrugada. Ele portava um ar particularmente sombrio e distante. Vestindo um uniforme cinza escuro e coberto de condecorações, caminhava a passos curtos, porém decididos. Apesar de muito sério e concentrado, provocara um intenso rebuliço durante o mês de abril daquele ano¹⁴⁵.

O Hotel Holiday Center, construído na década de 1970, na praia de Canasvieiras, surgiu no contexto em que o balneário procurava se firmar no cenário do turismo internacional. Muitas celebridades nacionais e internacionais se hospedaram na temporada de verão, no fim da década de 1970. É o que coloca a nota do jornal *O Estado*: “em dezembro de 1978, Cristina Onassis, teria se insinuado a um bangalô no Holiday Center [...] só que o mesmo encontra-se lotado”¹⁴⁶.

Segundo o proprietário do empreendimento, o senhor Djalma Araújo, o objetivo principal da construção do hotel era de criar “um conjunto de casas modernas, diferentes”. Questionando-o sobre as formas de propaganda que procurava fazer para atingir os outros estados brasileiros para que tomassem conhecimento da praia de Canasvieiras, o senhor Djalma Araújo lembrou que “fazíamos através de *folder*, mandávamos para as autoridades, para as repartições, para as pessoas ligadas ao turismo, e um desses *folders* foi bater no Gabinete do Ministro das Relações Exteriores do Brasil”. De acordo com o senhor Djalma Araújo, o Ministro Azeredo da Silveira foi o primeiro hóspede do Holiday Center e também o responsável pela vinda, em 1978, do presidente do Paraguai, General Alfredo Stroessner, cuja

¹⁴⁵ A história narrada sobre a vinda do Presidente do Paraguai, General Augusto Stroessner, para Canasvieiras, foi retirada da entrevista que o senhor Djalma Araújo, na época proprietário do hotel, concedeu para esta pesquisa. Todas as entrevistas destacadas neste capítulo compõem as fontes desta dissertação de mestrado e estão disponibilizadas no acervo do Laboratório de História Oral da Universidade Federal de Santa Catarina.

¹⁴⁶ Jornal *O Estado*, ano 64, n 19239. Florianópolis, 23/11/1978, p. 17.

comitiva estaria em Santa Catarina exclusivamente para pescar. Embora a justificativa oficial da comitiva presidencial paraguaia indicasse a realização de pescarias no litoral florianopolitano, as edições do jornal *O Estado* que circulavam naquela semana demonstravam que aquele país teria agendado várias visitas protocolares às autoridades governamentais de Santa Catarina.

Analisando com atenção as notas que circularam no referido periódico durante aquela semana, percebe-se que o Paraguai tinha outros motivos e interesses em Santa Catarina. Ao encontro desta perspectiva, destaca-se a crítica que o outro vizinho do Brasil, a Argentina, demonstrou em relação à inesperada visita do presidente do Paraguai ao Brasil, cuja nota também presente no jornal *O Estado* anunciou: “Presidente da Argentina acha visita protocolarmente deselegante [...] Argentina sente-se prejudicada pela cota de 120 metros”¹⁴⁷. A comitiva presidencial reunia quarenta e três pessoas, das quais nove se diziam pescadores¹⁴⁸. Contudo, na opinião do governo argentino, o motivo principal da visita seria convencer o Brasil a reestruturar o Projeto Itaipu. Os críticos da viagem repentina do presidente do Paraguai ao Brasil destacaram, inclusive, que o principal motivo anunciado da viagem não fora alcançado, pois “sequer um peixe foi içado”. O jornal *O Estado*, publicou:

Embora seja esta a primeira vez que vem a capital, nos vinte anos que governa o vizinho país, o general Stroessner tem se relacionado de maneira mais efetivamente com o estado catarinense. Já esteve veraneando algumas vezes em Camboriú [...] onde tem um apartamento de “um andar inteiro” na orla da avenida atlântica. [...] O Presidente Paraguaio, além das expectativas de um futuro interesse oficial pelos portos catarinenses, tem outros interesses no estado, como alguns bens imóveis espalhados pelos seus balneários.¹⁴⁹

Em vinte de outubro de 1978, era realizada a demolição das barragens provisórias da primeira usina, cujo esforço juntava a parceira entre brasileiros e paraguaios. A Usina Hidrelétrica Itaipu, construída sobre o Rio Paraná, prometia a capacidade de gerar, a partir de

¹⁴⁷ Jornal *O Estado*, ano 62, n 18672. Florianópolis, 13/04/1977.

¹⁴⁸ Jornal *O Estado*, ano 62, n 18671. Florianópolis, 12/04/1977.

¹⁴⁹ Jornal *O Estado*, ano 62, n 18669. Florianópolis, 10/04/1977, p. 3.

1988, 12,6 milhões de quilowatts de energia por dia, correspondendo a uma produção diária de 600 mil barris de petróleo.

A Argentina, temerosa dos novos laços que uniam Paraguai e Brasil, criticou duramente o projeto. O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, o senhor Azeredo da Silveira, respondeu duramente as referidas críticas. O episódio é conhecido como um incidente diplomático de sérias conseqüências para os dois países, quando tais conflitos levaram a Argentina a convocar seu exército para a fronteira com o Brasil. Uma das alegações do governo argentino na crítica ao projeto Itaipu era a de que Buenos Aires seria inundada no momento da abertura das comportas da usina.

Muito longe das tensões fronteiriças entre Argentina e Brasil, encontrava-se Canasvieiras que, já nessa época, contava com algumas opções de veraneio e divertimento à beira-mar. São muitos os indicativos de reuniões, encontros, jantares, bailes, levando o Country Club de Florianópolis a inaugurar uma sede também naquele balneário.

A coluna do jornalista Beto Stodieck, presente no jornal *O Estado* de 1977, intitulada *Canas by night*, dava uma pequena mostra da agitação aguardada pelo aventureiro que lançasse mão do balneário naquele verão. A nota diz o seguinte:

A pedida para os que estão na ilha e a fim de transar, só pode ser Canasvieiras que está o seguinte de tão movimentada. É lá, ao contrário do centro (que está entregue as moscas, coitadas, que não tem nem quem mosquear), há o que fazer. Começando pelo Boné, onde o movimento é constante e ininterrupto até altas horas, o glutão poderá se empapucar, além do visual ao seu redor, com o incrível camarão a grega preparado pelo talentoso padre grego e que compensa qualquer uma hora que se espere - o tempo necessário para um perfeito e degustável ponto.

Um chego no Holiday Center entra muito bem, lá sempre há nos finas de semana, um sonzinho brasileiro, delícia dos argentinos em férias no pedaço. Hoje por exemplo, o Tuca tava dando o ar de sua graça devidamente acompanhado de uma banda.

Amanhã será a vez de um regional bem ao gosto dos nostálgicos.

A comida do Holiday é muito boa. E não se esqueçam que amanhã, apesar do calor, é dia de feijoada que só a Margot Ganzo Araújo sabe orientar.

O final da noite de Canasvieiras (que deve ser percorrida de bicicleta ou a pé, conforme os econômicos veranistas locais) e passado na quente (em duplo sentido) Boate da Charrete que tem sido motivo de requebros e sorrisos mis.

Em tempo: pra ir (não rodar e voltar) a Canasvieiras, um fusca, por exemplo não gasta mais do que 5 litros de gasolina (quando muito), o que equivale pro momento, a CR\$ 25,00, o que não é nada, convenhamos¹⁵⁰.

As três casas noturnas recomendadas pelo colunista compunham o tripé social do balneário internacional e concentravam em suas atividades as pessoas que lá veraneavam, como também procuravam atrair o público florianopolitano, mesmo aqueles que não costumavam freqüentar a praia durante o dia.

Percebe-se que o Hotel Holiday Center procurava, em suas programações noturnas, atingir um público familiar. Entretanto, o Bar Boné estava direcionado para gerações mais jovens. A boate Charrete entrava em funcionamento quando o público do bar já estava se extinguindo e, para aqueles que desejavam *esticar* a noite, a melhor opção era “sacudir-se” na boate. Os olhares dos colunistas e jornalistas mostravam-se demasiadamente atentos à movimentação e circulação das pessoas. Tanto que as notas presentes na coluna social, durante a temporada de verão, incluíam os eventos sociais acontecidos na praia de Canasvieiras, assim como procuravam identificar os personagens citadinos em evidência naquela temporada. Como se pode destacar: “na movimentada praia de Canasvieiras, uma bonita e charmosa loura carioca, tem sido vista palestrando animadamente com um jovem, caixa alta da nossa sociedade”. Outros colunáveis também surgem constantemente nos jornais: “o senhor e senhora Miguel Hermínio Daux, em sua casa de praia em Canasvieiras, receberão 30 casais, para um grande jantar”¹⁵¹. Ou ainda: “Madalena e Dario Garcia já deixaram a cidade para fazer sua temporada de verão no Balneário Canasvieiras”. E continua: “O elegante casal Lea e Antônio Carlos da Nova, em sua bela residência em Canasvieiras, iniciaram a temporada verão 79, recebendo amigos para um jantar”¹⁵².

O próprio hotel Holiday Center também promovia bailes, quando abria o salão para o público em geral. É o que mostra a foto a seguir.

¹⁵⁰ Jornal *O Estado*. Ano 62 Nº 18604. Florianópolis 28/01/1977 p. 12.

¹⁵¹ Jornal *O Estado*, ano 62 n 18618, Florianópolis 12/12/1977. Coluna Zury Machado. p. 13.

¹⁵² Jornal *O Estado*, ano 64, ano 19283. Florianópolis, 10/01/1979, p. 12.



Figura 15 - Foto de um baile no Hotel Holiday Center.

Fonte: Acervo particular da família Araújo.

A criação do concurso Rainha do Atlântico de 1978 encontrou respaldo nos órgãos estaduais, cujas atividades eram direcionadas para o turismo. Notadamente, significou mais uma das medidas para garantir a popularidade das praias do litoral de Santa Catarina em nível nacional. Assim, a Diretur montou um esquema para garantir que a garota vencedora daquele ano promovesse as praias de Florianópolis em toda a Rede Tupy de televisão e de rádio, participando ativamente de todas as promoções do canal.

A reportagem do jornal *Diário Catarinense* lembrava o seguinte:

[...] a praia que classificar uma representante no concurso terá a oportunidade de se projetar ainda mais no cenário nacional, através dos programas da televisão brasileira como Clube dos Artistas, Almoço com as Estrela e Sílvio Santos¹⁵³.

¹⁵³ Jornal *Diário Catarinense*, ano XIII, n 8184, Florianópolis, 18/01/1978, p.3.

As normas do concurso estabeleciam que cada praia poderia participar com apenas uma candidata. Entretanto, a prefeitura de cada cidade poderia inscrever quantas candidatas fossem representantes de balneários que estivessem na jurisdição daquela prefeitura.

Mesmo que tais medidas atingissem, de imediato, um público ávido por diversão à beira-mar, popularizando os balneários, a infra-estrutura necessária para a transformação dos territórios de mar necessitava de muitos impulsos e iniciativas, contando, ao longo do século XX, com variados investimentos para se firmar.

Em se tratando de acomodações hoteleiras durante a década de 1960, havia o Hotel Balneário de Canasvieiras, cuja inauguração ocorrera na década de 1930, e que possuía acanhadas acomodações para a época. Além disso, encontrava-se fechado. Também havia o Hotel Village Paraíso que, como recorda o proprietário, o senhor José Carlos Daux:

[...] em sessenta e pouco construí pequenas casas [...] são as primeiras, e hoje é onde está um dos meus hotéis, o “Village”. Somente cerca de dez anos depois é que se construiu na praia o terceiro hotel, desta vez o Holiday Center.

Assim, o desejo de transformar o balneário de Canasvieiras em ponto de referência para o norte da Ilha teve seu início nos mais tenros anos. Notadamente, em meados do século XX, por volta das décadas 1960 e 1970, várias foram as medidas mais incisivas adotadas e implantadas para que os frequentadores do balneário contassem com a infra-estrutura necessária para o conforto e repouso à beira-mar. Na década de 1960, iniciou-se o projeto de eletrificação que atendia toda a extensão da antiga Freguesia e a extensão do território da praia. Na década de 1970, o governo do Estado construiu a rodovia SC 401, estrada asfaltada que possibilita, ainda hoje, a ligação pavimentada dos vinte e três quilômetros que separam o centro da cidade de Florianópolis de Canasvieiras. Foi também durante a referida década que a água canalizada chegou à região. Assim, as iniciativas que dependiam das instâncias estaduais e municipais foram engendradas, levando em conta as tênues fronteiras das relações

entre as esferas públicas e privadas. A idéia foi tomando forma. Como lembrou o senhor José Carlos Daux:

O posto telefônico era uma central. O espaço era no meu hotel, lá o governo instalou, em 1970¹⁵⁴, a primeira central de telefones do norte da Ilha. A primeira farmácia também foi assim, por dois anos não pagou aluguel. Mas, não importava, nos precisávamos de uma farmácia. Já imaginou ter que ir à cidade?

Mesmo que o balneário simbolizasse um reduto social e estivesse destinado a reunir a mais alta sociedade, seus adeptos, já nos primeiros anos da implantação da infra-estrutura urbana, questionavam medidas e melhoramentos que levariam aos freqüentadores melhores condições de convivência cotidiana.

Analisando os artigos dos periódicos publicados na época, percebe-se que a representação visual do balneário ultrapassava as noções de saúde e infra-estrutura urbana. De acordo com o jornal *O Estado*, “surgiu o papo [...] que seria construído rente à praia um calçadão, onde os adeptos daquele ouriçado balneário poderiam dar asas aos pés, executar longas caminhadas, edificantes bicicletadas”. E segue:

[...] a única rua que corta de cabo a rabo o movimentado balneário da Ilha, além de estreita que mal dá para ultrapassagens, desconhece calçadas [...] sem falar que não há acostamento onde seja possível dar meia volta, volver!¹⁵⁵

Embora houvesse o desejo de transformar a praia de Canasvieiras em um balneário representante de mais uma opção na Ilha que aglutinasse diversão e repouso, a cidade de Florianópolis também não oferecia muitas opções de diversão. É o que se pode observar através nas reportagens dos jornais em circulação. A infra-estrutura urbana digna de uma metrópole que conte com muitas opções de divertimento não existia na cidade. Os jornais são

¹⁵⁴ Até então, a forma de comunicação mais rápida que havia entre o norte da Ilha e Florianópolis era através de um telefone de manivela instalado na antiga alfândega e conectado ao posto alfandegário de Sambaqui. O próprio entrevistado, narrando suas aventuras em navegações pela Ilha, lembrou que certa vez fora de barco para Canasvieiras, mas, a caminho, sua embarcação apresentou problemas. Sendo assim, utilizou o referido serviço e fez chegar um recado na loja de seu pai que ficava na Rua Conselheiro Mafra, nas imediações do mercado público de Florianópolis.

¹⁵⁵ Jornal *O Estado*, ano 62 n 18587, Florianópolis, 11/01/1977, p. 12.

unânicos em declarar que “a diversão começa e termina nas praias”. Completa, ainda, o jornalista Beto Stodieck, quando escreve que “essa estória de dizer que Florianópolis tem vida noturna é pura invenção da gente, é pra dar a sensação de que temos muito aonde nos divertir e de que vivemos numa cidade desenvolvida - oh! Pura ilusão.”¹⁵⁶.

De acordo com as lembranças do senhor José Carlos Daux, o projeto de adequação de infra-estrutura para a região norte da ilha, inicialmente, estava sendo pensando e dirigido para o público paulista e florianopolitano, mas, em função dos percalços da economia nacional na época, a idéia fracassou. Ele lembrou que “trouxe o vice-governador do Estado aqui [...] ele me disse: é uma beleza, mas da poupança não tiro”. Recordando sobre como redirecionou sua iniciativa para o público argentino, alterando assim o destino dos seus negócios, o senhor José Carlos Daux comentou: “sempre tive barco, gosto de navegar [...] descobri uns argentinos que vinham fazer pesca submarina. Na falta de hospedagem, eles se alojavam nos barracos de pescadores, porque não tinha outra maneira”.

Na percepção de que o investimento destinado ao público brasileiro fracassaria, o senhor José Carlos Daux passou a viajar no intuito de “vender” sua idéia para o público argentino. Ele comentou: “foi então que passei a viajar para a Argentina todos os anos [...] Eu colocava anúncio no *La Nación* e ficava atendendo ao telefone”. Tal investimento o fez perceber que havia um público de considerável renda que poderia comprar sua idéia. Ele completa: “eu ia lá na Argentina [...] eles me convidavam para ir no palacete que eles viviam. Naquela época, o dólar valia uma fortuna e aqui só vinha argentino milionário [...] do mais alto nível”.

Ainda que os turistas argentinos, na época, tivessem possibilidades financeiras de investir no Brasil, a legislação brasileira não permitia tais contratos. Era proibido que o estrangeiro mantivesse negócios ou comprasse imóveis no Brasil. A lei 5.709 de 07/10/1971

¹⁵⁶ Jornal *O Estado*, ano 63, n 18946, Florianópolis, 24/01/1978, p. 16 -17.

estabelece que: “ao estrangeiro que pretenda imigrar para o Brasil [...] é facultado desde que dentro de três anos da data do contrato, venha a fixar residência no Brasil e explorar o imóvel”¹⁵⁷. Os estrangeiros interessados em investir na aquisição de imóveis no Brasil necessariamente tinham que contar com uma relação de confiança. Por muitos anos, alguns moradores na praia de Canasvieiras formalizavam a compra e se tornavam responsáveis pela manutenção do imóvel, cuja escritura lavrara-se em seu nome e não daquele que era o real proprietário. A respeito desta modalidade de aquisição de imóveis pelos argentinos, na região norte da Ilha, a senhora Ione dos Santos Nascimento, proprietária de umas das primeiras imobiliárias em Canasvieiras, lembrou que, por algum tempo, dedicou-se a administrar prédios e construções, bem como sua família tinha registrado em seus nomes vários imóveis, terrenos e telefones de investidores argentinos, uma vez que esses não podiam adquirir imóveis no Brasil. Eis o comentário da senhora Ione dos Santos Nascimento:

Na época, os argentinos não tinham direito a ter propriedade no nome deles, só poderia ter escritura de imóvel os brasileiros, nem telefone eles podiam ter. O dono do prédio, para ter telefone nós tivemos que colocar no nosso nome, dali e comprou o terreno e ficou um bom tempo no meu nome e do meu marido. Ele colocou no nosso nome porque não tinha ninguém de confiança na época.

De acordo com as lembranças do senhor José Carlos Daux, os negócios realizados por ele na Argentina o obrigavam a viajar trazendo os valores consigo. Ele recordou que “não conseguia sentar direito na poltrona do avião, porque trazia nas costas uma cinta com 60 mil dólares cada”. Ainda sobre as aquisições de imóveis, por parte dos argentinos no Brasil, uma nota presente no jornal *O Estado* destacava a opinião de um senhor cuja declaração lamentava o fato de não encontrar brechas na lei que o permitisse investir no Brasil. Completa a nota que “para eles uma ótima e irrisória praça, onde tudo está a preço de banana”¹⁵⁸.

¹⁵⁷ Apud BARRETTO, Margarita. (org.) *Turismo, políticas públicas e relações internacionais*. São Paulo: Papirus, 2003, p. 76.

¹⁵⁸ *Jornal O Estado*, ano 64, nº 19272. Florianópolis, 21/12/1979, p. 13.

Neste sentido, ao longo dos anos, algumas medidas foram tomadas para facilitar aos interessados a aquisição de imóveis no Brasil. Anos depois das experiências ocorridas na região norte da Ilha, um advogado denunciava o inusitado. O Banco Nacional de Habitação - BNH estava abrindo financiamentos para turistas argentinos e comentava, “isso é contra a lei, pois o Banco Nacional de Habitação - BNH foi criado exclusivamente para atender a população brasileira”¹⁵⁹, lembrava o advogado Ubirajara Falcão em nota no jornal *O Estado*, ao que o colunista Beto Stodieck acrescentava, “cada estrangeiro beneficiado é um brasileiro prejudicado”¹⁶⁰. Ambos referiam-se à Lei número 4.380, de 1964, que criava o Sistema Financeiro da Habitação, onde os catalisadores de tais recursos eram o BNH e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, que surgiram como agências fomentadoras dos incentivos por parte do governo brasileiro para a aquisição da casa própria, cujo resultado possibilitou o surgimento de áreas urbanas nas regiões metropolitanas, como também os investimentos privados em áreas balneárias de Santa Catarina.

Do fim da década de 1970 até o início da década de 1980, Florianópolis recebeu um número muito expressivo de turistas¹⁶¹, em especial os argentinos. Vários fatores podem ser utilizados para refletir sobre a vinda dos turistas argentinos para o Brasil. Analisando o único documento que, na década de 1970, publicava números e registrava os turistas em Santa Catarina, Margarita Barretto destacou o relatório da Companhia de Desenvolvimento do Sul - CODESUL que, através de acordos celebrados entre Brasil e Argentina, na época, beneficiava os referidos turistas em território brasileiro no seguinte sentido:

Os turistas desses países têm merecido maior atenção do governo brasileiro que, por acordos, concedeu-lhes algumas vantagens. Deles não são exigidos passaportes, mas simples certidões de identidade e estão isentos de taxas ou seguros com referência a

¹⁵⁹ Jornal *O Estado*, ano 65 n 19620. Florianópolis, 29/01/1980, p. 16.

¹⁶⁰ Jornal *O Estado* ano 65 n 19622. Florianópolis, 31/01/1980 p. 14.

¹⁶¹ O Jornal *O Estado* anunciava que a capital dos catarinenses poderia receber 450 mil turistas naquele verão. Nas edições seguintes, entretanto, o mesmo jornal confirmou a vinda de 120 mil turistas no mês de janeiro. Jornal *O Estado*, ano 63, n 19873. Florianópolis, 13/12/1980 e 19/01/1980 respectivamente.

qualquer tipo de transporte motorizado de passageiro durante o período de 60 dias.¹⁶²

Embora houvesse este impulso por parte do governo brasileiro, nessa época, havia poucos hotéis nas praias para acomodar tantos turistas. A infra-estrutura incipiente de hotelaria fazia antever as queixas, conforme anuncia a nota do jornal *O Estado*:

[...] vários casais de argentinos em temporada reclamaram da falta de estrutura das praias de Florianópolis [...] obrigando o turista a fazer várias viagens ao centro da capital, obrigando-os a apelar para o desconforto das barracas¹⁶³.

De acordo com a Empresa Brasileira de Turismo - Embratur¹⁶⁴, Florianópolis contava, no ano de 1978, com trinta hotéis todos cadastrados em condições de serem ocupados por turistas. Segundo os dados da referida empresa, cerca de quatrocentas a quinhentas mil pessoas buscavam informações sobre turismo em Santa Catarina, preferencialmente nas praias de Florianópolis.

A observada carência de imóveis capazes de acomodar os interessados em passar férias em Florianópolis fez surgirem as primeiras imobiliárias especializadas em contratos de aluguéis para turistas. Sendo assim, os moradores da região norte da Ilha passaram a alugar suas residências. Em Canasvieiras, a primeira imobiliária apareceu motivada muito mais pela procura de imóveis para aluguel, do que por uma aposta pessoal em um novo mercado de trabalho. A senhora Ione dos Santos Nascimento, natural de Ituporanga, chegou à comunidade, em 1969, para dirigir a única escola pública municipal da região norte da Ilha de Santa Catarina, momento em que se tornou moradora de Canasvieiras. Narrando sua história pessoal, lembrou que um argentino a incentivou a investir no mercado imobiliário da região.

¹⁶² Apud BARRETTO, Margarita, BURGOS, Raúl, FRENKEL, David. *Turismo, políticas públicas e relações internacionais*. São Paulo Papirus, 2003, p. 97-112.

¹⁶³ Jornal *Diário Catarinense*, ano XVI, n 8.300. Florianópolis, 27/01/1979, p. 10.

¹⁶⁴ Jornal *Diário Catarinense*, ano XIII, n 8.180. Florianópolis, 13/01/1978, p. 3.

Segundo ela, no início, antes de efetivar a imobiliária como empresa, os aluguéis aconteciam da seguinte maneira:

Nós começamos a alugar em 1978 [...]. O Luiz era pequeno [...] ele ficava até tarde na praia esperando os carros chegarem. Quando eles viam os carros no hotel, eles iam lá oferecer casa e apartamento [...] eram uns seis rapazes, que andavam sempre juntos. Alugavam nossa casa, a da Marlene e dos demais que estavam interessados.

Levando em conta o contexto de carência de acomodações em hotéis, os aluguéis de casas e apartamentos passaram a ser uma constante em Florianópolis. No início, os acordos entre turistas e moradores aconteciam diretamente, sem a intermediação de imobiliárias ou corretor de imóveis. Durante a década de 1970, era comum que alguns moradores da região interiorana da comunidade de Canasvieiras desocupassem suas residências para alojar um turista e sua família. Assim, a oferta de imóveis de aluguel não confirmava a movimentação de negociações em relação a contratos imobiliários, isto é, os contratos aconteciam de uma maneira informal. Como recordou a senhora Ione dos Santos Nascimento, lembrando que preencheu recibos de aluguel na mesa que ocupava na direção da escola e completou dizendo que, por muitos anos, os turistas argentinos, no intuito de alugarem imóveis na praia, a procuravam na escola, ao invés de se dirigirem à imobiliária que está situada na avenida central da praia de Canasvieiras.

A partir do momento em que a empresa se formalizou, passou também a contratar representantes na Argentina, sendo que os contratos de aluguéis eram celebrados com antecedência e as famílias reservavam as casas ou apartamentos para o mês inteiro. Segundo a senhora Ione dos Santos Nascimento, “a gente se dava ao luxo de não quebrar a quinzena e chegava a dar algumas diárias de graça”. A notícia de jornal confirma a informação: “não há casas para alugar nas praias [...] uma casa com três dormitórios em praias nobres como Canasvieiras está custando 20 mil cruzeiros por mês [...] exceto algum apartamento mais

barato em Coqueiros, é isso o que as imobiliárias têm para oferecer”¹⁶⁵. A senhora Ione dos Santos Nascimento acrescentou que:

No fim do ano, quando não vinha brasileiro, a gente dava de graça. Naquela época, eles alugavam para todo o mês de janeiro, e às vezes queriam chegar dia 25, 27 de dezembro, e nós dávamos de cortesia essas diárias, antecipando a data do contrato.

Naquele 1978, por um conjunto de situações, mas também por falta de acomodações, uma família de argentinos estacionou seu *trailer* em zona proibida no centro da cidade de Florianópolis, nas imediações do edifício Ceisa Center, na Avenida Osmar Cunha.

A nota de jornal sob o sugestivo título *Imperialismo* comenta o seguinte:

A cidade aguarda pacientemente que o cidadão argentino que se instalou em local proibido, diante do Ceisa Center fazendo suas refeições e abluções diante dos transeuntes e desovando seu despejo no meio fio, tenha a bondade de encerrar sua temporada de férias e volte para o seu país.¹⁶⁶

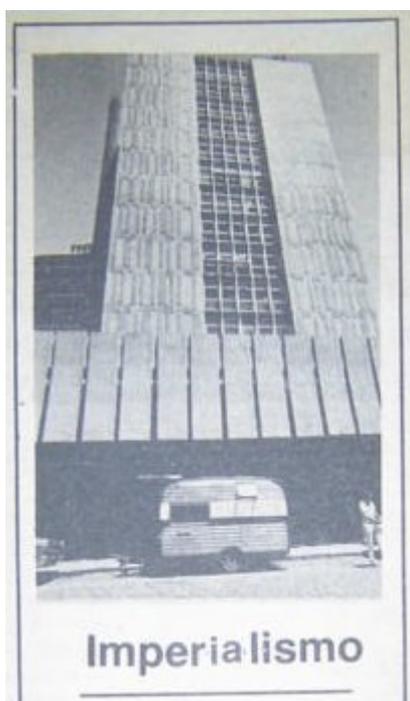


Figura 16 – Imperialismo Argentino

Fonte: Jornal *Diário Catarinense*, ano XIII, n 8180. Florianópolis, 13/01/1979, p. 5.

¹⁶⁵ Jornal *O Estado*, ano 63, nº 18908. Florianópolis, 15/12/1977, p. 16.

¹⁶⁶ Jornal *Diário Catarinense*, ano XIII, n 8180. Florianópolis, 13/01/1979, p. 5.

Por conta de tantos acontecimentos espúrios, os turistas argentinos em Florianópolis, foram muitas vezes mal vistos ou mesmo hostilizados. A nota de jornal lembrava que “Florianópolis está tomada por turistas [...]. Os argentinos tidos como maus turistas que só vêm para aproveitar-se das praias, não gastando nem gasolina”.¹⁶⁷ Nesse sentido, algumas charges e piadas são facilmente encontradas nos periódicos da época. Do mesmo modo que se encontram algumas críticas relativas às propagandas que os investidores do turismo e a iniciativa pública insistiam em manter nos jornais e revistas, procurando chamar a atenção de outros estados brasileiros e outros países para Florianópolis.

A seguir, destaca-se uma *charge* que, por sua representação gráfica, dimensiona a questão da procura por acomodações na ilha no fim da década de 1970.

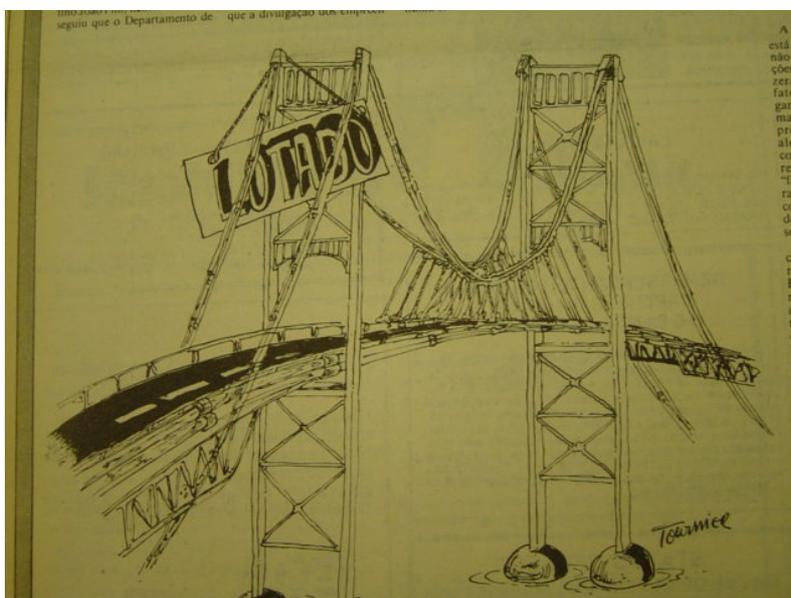


Figura 17 – Charge

Fonte: Jornal *O Estado*, ano 64, n 19290. Florianópolis, 17/01/1979, p. 16.

¹⁶⁷ Jornal *Diário Catarinense*, ano XVI, n 8298, Florianópolis, 25/01/1979, p. 2

Em uma pesquisa de mestrado, a antropóloga Lílian Schmeil¹⁶⁸ buscou compreender a percepção do turista argentino em relação aos brasileiros. Direcionando sua pesquisa para a idéia que os turistas argentinos fazem dos brasileiros e das brasileiras, a pesquisadora realizou várias entrevistas com argentinos em férias em Florianópolis, assim como ouviu a opinião de alguns moradores sobre os turistas estrangeiros. Embora a referida pesquisa não tenha se concentrado apenas em Canasvieiras, pois também buscou realizar entrevistas com turistas e moradores da Barra da Lagoa e em outros pontos as Ilha, os resultados apresentados indicaram que as gerações mais jovens de turistas argentinos vêm, especialmente nas mulheres brasileiras, uma possibilidade de investidas sexuais. Segundo a autora, “no Brasil, é tudo mais liberado, quase tudo é festa, é ritmo de carnaval, o país das mulheres, do sexo fácil, da natureza bela e selvagem”.

A movimentação turística de Florianópolis está diretamente relacionada ao surgimento da especulação imobiliária. O *boom* turístico em Santa Catarina é considerado a partir do momento em que os argentinos passaram a procurar a Ilha. Como se constatou, a cidade não contava com uma rede hoteleira capaz de absorver a demanda. Nessa época, durante a década de 1970, os turistas argentinos estavam mais familiarizados com a praia de Canasvieiras do que com as demais partes da Ilha.

O senhor Walter do Nascimento Junior¹⁶⁹ comentou: “eu ia para a Argentina alugar imóveis [...] e Florianópolis eles não conheciam. Os gringos conhecem mais Canasvieiras do que a própria capital que para eles é Canasvieiras. Aqui que tudo começou”.

Como não havia hotéis capazes de absorver a confirmada demanda turística e a orla marítima de Canasvieiras contava com algumas poucas casas de veranistas cujos proprietários pertenciam às famílias florianopolitanas, nessa época, tal feito levou o aluguel de temporada

¹⁶⁸ SCHMEIL, Lílian. *Alquila-se una islã: turistas argentinos em Florianópolis*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - UFSC, Florianópolis, 1994, p. 68-126.

¹⁶⁹ O senhor Walter do Nascimento Junior nasceu em Florianópolis, em 1964. Chegou em Canasvieiras com a família ainda criança. É casado e tem dois filhos. É corretor de imóveis e possui várias lojas na região norte da Ilha, assim como uma imobiliária.

para o interior da comunidade em busca de acomodações para os turistas estrangeiros. Segundo os proprietários da primeira imobiliária instalada no balneário, “nessa época, alugava casa até no Canto do Lamin”.

Os jornais também anunciavam que as ocupações estavam esgotadas, especialmente na praia de Canasvieiras, como mostra a nota a seguir: “embora a temporada de praia tenha sido encerrada oficialmente no fim de fevereiro, a maioria das imobiliárias não tem nenhuma casa de praia disponível para alugar”¹⁷⁰. Os valores de aluguéis eram anunciados em cruzeiros, moeda corrente na época, e variavam entre as casas e os apartamentos oferecidos. É interessante observar que a maioria dos anúncios de venda e aluguéis de imóveis pesquisados nos classificados dos jornais em circulação nos anos de 1977, 1978, 1979 e 1980 identifica os imóveis de um modo impensável atualmente. Por curiosidade, destacam-se alguns anúncios de vendas e aluguéis: “vende-se uma chácara altura do km 7 da estrada de Canasvieiras, informações no Km 8 com Dona Pasqualina”; “vende-se um terreno em Canasvieiras, perto do Restaurante Jangadeiro”; “vende-se na rua do Leôncio um terreno de 840 metros quadrados”; “terreno plano, localizado na rua em frente ao bar Boné. Perto do asfalto”.

Notadamente, o recorte urbano do balneário, nesta época, não contava com uma complexidade digna de muita diversidade e o território não estava amplamente ocupado. Tanto que não se necessitava de muitas indicações e recursos para que o interessado em adquirir terrenos ou alugar casas, localizasse o seu objetivo facilmente. Todavia, a representação externa do balneário, ou seja, os discursos criados nos jornais enfatizavam a badalação que o turista encontraria no momento em que optasse pelo balneário internacional. A respeito da representatividade almejada para aquele incipiente território, percebe-se o desejo de afirmar-se o caráter plural acenando para o desejo de transformá-lo em um estilo um pouco mais cosmopolita.

¹⁷⁰ Jornal *O Estado*, ano 63, n 1898, Florianópolis, 15/12/1977 p. 16.

3.2 Um Mar de Muitos Usos

Em Florianópolis, desde os primeiros anos do século XX, vozes logravam o intuito de dotar a Ilha de acomodações turísticas destinadas aos mais variados hóspedes. As autoridades políticas locais demonstraram, desde muito cedo, o interesse em montar uma infra-estrutura capaz de transformar a cidade em ponto turístico. Tal perspectiva levou o Secretário da Indústria e Comércio a afirmar que: “vê no homem, no turismo e no carvão as potencialidades de Santa Catarina”.¹⁷¹ Ao encontro desta expectativa, completa o jornal *O Estado*, na mesma edição: “[...] é o único Estado do país com reais condições de sobreviver única e exclusivamente do turismo. [...] se quisesse poderia fechar todas as suas indústrias e desistir de sua lavoura”.

Considerando que a especulação imobiliária na Ilha de Santa Catarina está diametralmente ligada ao turismo, o historiador Sérgio Luiz Ferreira, indicou que tal processo iniciou-se, a partir da década de 1930. Segundo o autor, “o Coqueiros Praia Clube, fundado na praia da saudade, foi o primeiro clube da sociedade florianopolitana fundado fora da cidade”¹⁷². Nessa época, os florianopolitanos contavam com as praias do continente como estação balneária, momento em que muitas famílias passaram a construir suas residências destinadas ao veraneio. Inseria-se neste contexto o bairro Estreito conhecido, na época, como Ponta do Leal. Assim, por volta da década de 1960, em Florianópolis, as praias mais procuradas para frequência eram a de Coqueiros e a do Balneário, no Estreito. As famílias florianopolitanas buscavam divertimento nas proximidades da cidade, tendo em vista que, para alcançarem outras regiões consideradas na época como interioranas na Ilha, não contavam com condições de trânsito favoráveis para tais deslocamentos e a infra-estrutura necessária para diversão à beira-mar praticamente inexistia. O senhor Djalma Araújo,

¹⁷¹ Jornal *O Estado*, ano 63, n 18726, Florianópolis, 11/06/1977, p. 3.

¹⁷² FERREIRA, Sergio, L. *O banho de mar na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora das Águas, 1998, p. 84-85.

morador do centro da cidade de Florianópolis nesta época, relatando porque preferiu Canasvieiras para passar suas férias em família, lembrou que:

Nós fomos pra lá pelo espírito de prazer, de aventura, porque tínhamos que fazer tudo [...] a luz, a água, o esgoto, tudo tinha que se feito sem nenhum auxílio, mas eu até suspiro, porque era muito bom, morar em Canasvieiras na época que estamos falando [...]. Lá era realmente um sítio a beira do mar. Nos fundos da nossa casa, em frente à praia tinha um rancho de pescadores com suas redes, todo dia eles tiravam peixe, e a gente comprava quando vinha peixe diferente, quando vinha um maior.

Apenas a partir da década de 1970, é que os jornais e revistas que circulavam em Florianópolis passaram a anunciar existência de quarenta e duas praias¹⁷³ que, espalhadas pela Ilha, eram dignas de freqüentação por aqueles interessados em divertimento à beira-mar. Notadamente, os cidadãos interessados neste tipo de lazer circularam pelas várias regiões litorâneas da Ilha, cujas notícias enchiam os jornais de assuntos na época. Percebe-se assim que os banhistas alternaram os pontos de veraneio, ao longo da década de 1970, seguindo os comentários e sugestões presentes nas edições dos jornais. Destaca-se uma nota cuja narrativa lembrava que:

Nos Coqueiros o Ilhéu foi adepto do Praia Club até passar para Itaguaçu e, por último, e isso já faz anos, o Bom Abrigo. Depois é que ficou sabendo que essas praias estavam poluídas [...] com as estradas e os carros que passaram a ter, resolveu embrenhar-se pela Ilha, na operação de reconhecimento [...] foi aí que descobriu Canasvieiras, até então privilégio de poucos.¹⁷⁴

Mesmo considerando um leitor pouco atento, torna-se visível, a partir dos periódicos que indicavam as variadas opções de praias na Ilha, o quanto eram poucas as inserções a respeito das políticas públicas destinadas à proteção dos territórios ocupados por levas de turistas, ou seja, não se percebe a mesma regularidade de informações e notas que popularizam praias, assim como a mesma atenção na forma como os balneários estavam

¹⁷³ Atualmente circula uma revista editada com apoio cultural do Grupo Portobello, cujo conteúdo dedica-se a localizar geograficamente as praias na Ilha de Santa Catarina. A edição possui texto em português e inglês e nomeia cem praias na Grande Florianópolis.

PEREIRA, Nereu do Vale. *Florianópolis das 100 praias*; fotos de Catarina Rüdiger e Carlito Ferreira. Florianópolis: Mares do Sul, 1999.

¹⁷⁴ *Jornal O Estado*, ano 62, n 18579, Florianópolis, 1 e 2 de Janeiro de 1977, p. 16.

sendo planejados e construídos. A motivação dos interessados em veranejar à beira-mar acontecia à medida que as notícias que circulavam mostravam as opções.

A análise atual sobre a balneabilidade de Florianópolis se encontra muito distante das preocupações ambientais referidas pelo abolicionista Joaquim Nabuco, quando dizia: “a cada passo encontramos e sentimos os vestígios deste sistema que reduz um belo país tropical aos aspectos das regiões onde se esgotou a força criadora da terra”¹⁷⁵. Assim, o abolicionista demonstrava, no decorrer do século XIX, sua preocupação política com a natureza durante o sistema escravista. Na época de Nabuco, a não-destruição do ambiente natural brasileiro significava o preço do atraso. Na atualidade, a destruição da natureza simboliza o preço do progresso.

Calorosas discussões acerca dos problemas que se relacionam ao turismo são travadas em todas as esferas. O mito do turismo sustentável tem motivado pesquisas e apontado o turismo como uma medida que, incentivada principalmente pelo Estado, como o promotor de tal atividade econômica cuja pauta representa uma das únicas saídas possíveis para equacionar os problemas relativos à oferta de empregos e aquecimento da economia, poderia atrair uma grande quantidade de pessoas.

Em Canasvieiras, já nos primeiros anos de freqüentação, o desejo de transformar o local em prerrogativa de algumas famílias no sentido de conviver com as belezas exuberantes e saudáveis do local não se aproximou das preocupações de Nabuco por parte dos incentivos e motivadores da idéia. Tanto que a Prefeitura de Florianópolis, em uma medida cautelar, ameaçou multar cento e oitenta residências na praia em Canasvieiras que estavam jogando seus esgotos no mar através da rede fluvial¹⁷⁶. O conteúdo do esgoto estava escorrendo para a praia, poluindo a água. A nota do jornal faz jus à preocupação apontando que: “a maior novidade deste final de semana em Canasvieiras, foi uma vala por onde saía incessantemente

¹⁷⁵ NABUCO, Joaquim. IN: ____ PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento políticos e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p.11.

¹⁷⁶ Jornal *Diário Catarinense*, ano XIII, n 8.184. Florianópolis, 18/01/1978. Capa.

água escura e mal cheirosa”.¹⁷⁷ A temporada do verão de 1977 já tocara seu termo e a preocupação com a poluição das praias em Florianópolis passara a compor as páginas dos jornais.

A Fundação de Amparo ao Meio Ambiente – FATMA investiu em pesquisas nas principais praias da Ilha, realizando exames bacteriológicos, buscando identificar a presença de poluição nos principais pontos. Os resultados seriam divulgados apenas no fim daquela temporada.

Se o problema do esgoto a céu aberto abria uma brecha para a fragilidade estrutural do balneário, o problema referente à falta de água não foi menos importante. José Carlos Daux, ativo empreendedor do turismo no local, recordou o modo como a Companhia Catarinense de Água e Saneamento - Casan equacionou o problema de falta de água percebido no fim da década de 1970, momento em que Florianópolis recebeu um número elevado de turistas. Ele comentou que:

Só tinha água quando chovia. O Ivo fez uma barragemzinha na cachoeira [...] depois eu fui lá pedir pro Colombo aumentar o tamanho da barragem, ele disse, não vou aumentar o tamanho da barragem, você vai lá em São Paulo pra mim comprar uma perfuratriz, e eu fui para São Paulo, comprar a máquina para a Casan.

Notoriamente, a visibilidade do conceito de balneário em construção corria o risco de tornar-se muito negativa, quando denotava a falta de estrutura mínima. Entretanto, no que se refere ao esgoto algumas vezes denunciado nos jornais, a mesma preocupação não aparece em primeiro plano, isto é, o Estado não tomou as providências cabíveis para solucionar o problema, embora iniciasse a pesquisa bacteriológica nas praias da Ilha durante aquela temporada de 1977. Apenas conservou os resultados nos seus arquivos. O jornal *O Estado* criticava a decisão de não-publicação, colocando uma nota sob o sugestivo título “*A saúde em segundo plano?*”. Eis o conteúdo da nota:

¹⁷⁷ Jornal *O Estado*, ano 62, n 18620. Florianópolis, 14/02/1977, Suplemento Especial, p. 8.

[...] a decisão de divulgar os resultados após a temporada de verão confirma, há o receio de, antevendo a reposta dos exames, espantar os turistas. Aliás poderia-se insinuar que o turismo está acima da saúde. Quem diria heim?¹⁷⁸

Notadamente, o desejo de dotar a Ilha de estações balneárias, durante a década de 1970, direcionou-se inicialmente para a região norte, pois que as políticas públicas destinadas aos investimentos no turismo motivadas pelas esferas municipais e estaduais em Florianópolis não ocorreram no mesmo formato. Segundo a arquiteta Maria Inês Sugai¹⁷⁹, o Plano Diretor de 1970 considerava os balneários de Canasvieiras e Jurerê como fundamentais no desenvolvimento do turismo. Apesar disso, coloca a autora, que a região foi “relegada ao sexto lugar na lista de prioridades de ação.”¹⁸⁰ De acordo com Sugai, o fato de o governador do Estado de Santa Catarina em exercício, o senhor Aderbal Ramos, ser proprietário de extensas terras na região norte, fez com que o investimento estatal ignorasse as orientações daquela recente edição do Plano Diretor e os investimentos públicos recaíssem maciçamente na parte norte da Ilha. O Plano Diretor indicava as regiões primeiramente beneficiadas, obedecendo a seguinte ordem:¹⁸¹: Lagoa da Conceição, Santo Amaro da Imperatriz, Ribeirão da Ilha, Morro da Cruz, Farol dos Naufragados, ilha de Araçatuba, no extremo sul da Ilha, e, finalmente, a região norte compreendida como Canasvieiras e Jurerê.

Os investimentos públicos necessários para dotar a Ilha de infra-estrutura e torná-la um pólo turístico reconhecido internacionalmente ignoraram, em muitas circunstâncias, as indicações formuladas nos Planos Diretores da cidade.

O primeiro *Plano*, criado em 1955, sinalizava a construção do porto na parte continental da cidade. Posteriormente, o segundo *Plano*, criado em 1976, priorizava a construção da Via Expressa Sul. Todavia, ambos foram ignorados e, no lugar das obras

¹⁷⁸ Jornal O Estado, ano 62, n 18597. Florianópolis, 20/01/1977, p 17.

¹⁷⁹ SUGAI, Maria Inês. *As intervenções viárias e as transformações dos espaços urbanos*. A via de contorno norte-ilha. 1994. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - USP, São Paulo, 1994.

¹⁸⁰ Ibidem, 99-205.

¹⁸¹ Apud SUGAI Maria Inês. *As intervenções viárias e as transformações dos espaços urbanos*. A via de contorno norte-ilha. 1994. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - USP, São Paulo, 1994, p. 104-105.

indicadas pelos referidos *Planos*, iniciaram-se outras que confirmaram a prerrogativa estatal em relação aos investimentos, cujas decisões dotaram o norte da Ilha de infra-estrutura capaz de absorver a demanda turística retomada naquela década.

A direção do desenvolvimento urbano da cidade abria o caminho para o norte da Ilha. De acordo com Barretto, “a década de 1970 caracterizou-se pela intervenção do Estado no sistema viário da cidade”¹⁸². Com a construção da avenida Beira-Mar Norte, a conclusão da BR 101, em 1971, e, concomitante a estas, a construção da rodovia SC 401, que teve as obras de pavimentação concluídas em 1974, fechava-se o ciclo de investimentos públicos para o norte da Ilha. Assim, os indicativos elaborados no Plano Diretor de 1976 que acenavam para investimentos em outras regiões da cidade de Florianópolis permaneceram aguardando nova oportunidade.

Enquanto isso, a região sul da Ilha, que não catalisava os incentivos públicos com vistas a transformá-la em referência turística, fazia publicar a seguinte queixa:

A estrada da Armação é talvez uma das últimas estradas importantes de Florianópolis que até hoje não foi asfaltada. Pelo movimento que tem de carros e pela população que depende de ônibus [...] aliás, a maioria acha que deveria ter sido asfaltada antes da estrada que leva a Jurerê e Canasvieiras.¹⁸³

O processo que impulsionou o turismo de litoral em Florianópolis provocou inúmeros impactos e, de fato, demonstrou intrinsecamente a rede de relações políticas que suscitou.

No que se refere à representação que o litoral da Ilha de Santa Catarina passou a provocar nos cidadãos, algumas alterações obtiveram visibilidade. As diferenças de opinião em relação ao mar não escaparam aos olhos mais sensíveis, levando um cronista do jornal *O Estado* a comentar que:

¹⁸² BARRETTO, Margarita, BURGOS, Raúl, FRENKEL, David. *Turismo, políticas públicas e relações internacionais*. São Paulo: Papirus, 2003, p. 94.

¹⁸³ Jornal *O Estado*, ano 62, n 18599, Florianópolis, 22/01/1977, p. 15.

Quando se está da Joaquina, em Canasvieiras, na Armação, é difícil perceber que a gente passa a ser um personagem de uma paisagem estranha, sempre incrivelmente bonita. Na praia a gente faz moda, exercício, farofa, surf, enche a cara, tira foto, baba, enlouquece e amanhece.¹⁸⁴

Os moradores de Canasvieiras, lembrando das alterações vivenciadas na comunidade ao longo dos anos, atribuíram mudanças no turismo ocorrido fortemente no fim da década de 1970 e início da década de 1980. Questionando os entrevistados a respeito das alterações no cotidiano, o senhor Zélio Conceição da Cunha destacou que:

Foi o próprio turismo, o turismo veio chegando e foi se formando e hoje tá aí, o turismo em Canasvieiras, hoje você vê desse tamanho e daqui mais vinte anos, trinta anos vai ser maior, e as coisas vão se modificando, automaticamente, vão se modificando.

As moças de Canasvieiras, a partir da década de 1960, passaram a adotar trajes típicos de praia e passeavam na orla marítima durante a temporada de verão. Contudo, outrora, sequer freqüentavam a praia, uma vez que a mesma estava relacionada com as lidas da pesca, atividade mais comum entre a população masculina. Esta nova maneira de olhar para o território de praia inaugurou novas formas e influenciou as relações sociais no seio da comunidade de Canasvieiras. Neste sentido, a senhora Laurita Santos da Cunha¹⁸⁵ recordou:

Aí a gente foi crescendo, as pessoas trabalhavam pro pessoal ali do balneário, lavavam, faziam serviços gerais eram caseiros, foi assim por muito tempo. Daí então, eles davam roupas e assim a gente foi tendo contato, conhecendo como eles se vestiam, e isso foi modificando o modo de vida da gente, a gente via nos outros e copiava. Como hoje em dia, a gente copia os modelos da televisão, da novela. Quando eu me tornei uma mocinha de treze para catorze anos, aí já não era mais aquela praia deserta, aí já era pessoal de fora que vinha e fazia o movimento.

Faz-se necessário destacar, neste momento, o livro do historiador Nicolau Sevcenko¹⁸⁶ que se dedicou a estudar as transformações ocorridas em São Paulo nos anos 20. De acordo com o autor, “o antigo hábito de repousar nos fins de semana [...] tornou-se

¹⁸⁴ Jornal *O Estado*, ano 65, n 19619. Florianópolis, 27/01/1980, p. 21.

¹⁸⁵ A senhora Laurita Santos Cunha, nasceu em 1947, em Canasvieiras. É casada e tem quatro filhos. Divide suas tarefas entre a administração de sua residência e dos apartamentos e lojas que possui alugados no bairro.

¹⁸⁶ SERVCENKO, Nicolau. *Orfeu estático na metrópole*. São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Cia das Letras, 2000. p 24-43.

ridículo [é preciso] tonificar os músculos, recarregar as energias”. Para tanto, o corpo teria que ser modelado para a nova condição social a que passou a ser submetido. Em Florianópolis, o também historiador Sérgio Luiz Ferreira¹⁸⁷ identificou os clubes de remo criados na cidade a partir de 1920 como “uma inovação da razão de ser das agremiações de pessoas elegantes que passaram a se preocupar com a cultura do corpo”. Além dessas duas pesquisas, poucas outras se dedicaram a compreender a transformação que a postura relativa ao corpo vem passando ao longo dos anos, embora se perceba, através da imprensa, os apelos diários a que estamos submetidos.

Em Florianópolis, à medida que os hábitos citadinos foram se alterando ao longo do século XX, especialmente no fim da década de 1970 e início da década de 1980, a indumentária típica de praia deixava à mostra expressivas partes dos corpos dos freqüentadores e freqüentadoras da praia. Essas imagens passaram a merecer páginas inteiras de jornal, não somente pela aparição do primeiro *top less* na praia da Joaquina¹⁸⁸, algo digno de comentários e fotos na primeira página do maior jornal de maior circulação no Estado, momento em que o corpo moreno em trajés sumários passou a fazer parte do cotidiano das praias da Ilha de Santa Catarina. Algumas fotos recolhidas em jornais da época atestam:

¹⁸⁷ FERREIRA, Sérgio, L. *O banho de mar na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora das Águas, 1998, p 58.

¹⁸⁸ Jornal *O Estado*, ano 65, n 19607. Florianópolis, 17/01/1980, p. 5.



Figura 18 – Praia de Canasvieiras, década de 1980

Fonte: Jornal *O Estado*, ano 66, n 19602. Florianópolis, 01/01/1980.



Figura 19 – Banho de sol na Praia de Canasvieiras, década de 1980

Fonte: Jornal *O Estado*, ano 66, n 19606. Florianópolis, 14/01/1980.

As pesquisas atuais que se dedicam a problematizar o hábito de freqüentar as praias ocorrem comumente no âmbito da saúde pública. Sendo assim, se pode destacar as preocupações com a saúde da pele em relação à exposição ao sol, o saneamento dos territórios de praia, os impactos ambientais e florestais em relação à ocupação urbana, entre outros.

Percebe-se, então, a não-visibilidade do comportamento das populações cujas mudanças denotaram diferenciações em relação aos antigos códigos de postura. Tal expectativa demonstrou a inexistência de pesquisas e estudos no que se refere à representação subjetiva do corpo, cujas posturas transformaram-se ao longo do século XX. O fenômeno brasileiro de freqüentação ao mar não aqueceu suficientemente as cabeças a ponto de motivar, até o presente momento, pesquisadores e pesquisadoras no sentido de lançarem luzes objetivando compreendê-lo melhor. Muito embora o litoral brasileiro esteja cheio de gente, encontra-se igualmente vazio de historiadores e historiadoras.

Mesmo que vozes lograssem a vontade de transformar a Ilha em local privilegiado para o turismo de litoral em nível internacional, as mesmas vozes ecoavam destacando que tipos de grupos seriam indicados para se inserir no referido projeto. A estação não estava aberta para qualquer aventureiro. A nota do jornal *O Estado*, intitulada “Um Espetáculo Beneficente” recomenda:

Florianópolis, nessas férias de verão [...] recebeu gente de tudo quanto é tipo e procedência, é capaz até de ter hospedado seres extraterrestres [...] camuflados de argentinos. Perto de trezentas mil pessoas [...] porque não cobrar entrada nas cabeceiras continentais de ambas as pontes. Afinal todo espetáculo que se preza deve ter acesso cobrado.¹⁸⁹

Devido ao um número bastante expressivo de turistas, vê-se através dos jornais em circulação em Florianópolis que as queixas em relação à chamada prestação de serviços e aos

¹⁸⁹ Jornal *O Estado*, ano 63, n 18988, Florianópolis, 09/03/1978, p. 17.

preços praticados “pipocavam” e se tornavam dia-a-dia mais freqüentes, como consta no jornal:

A temporada de verão em Florianópolis está para ninguém botar defeito [...] isso pode ser comprovado quando se verificava que todos os hotéis da cidade estão completamente lotados com reservas fechadas até depois do carnaval [...] Florianópolis de um ano para o outro cresce como ponto turístico [...], mas apesar de todos esses aspectos positivos nem tudo são rosas [...] atendimentos deficientes de bares e restaurantes e preços muito altos.¹⁹⁰

Nesse sentido, medidas foram tomadas para que as populações locais fossem capacitadas para receberem os turistas. Os bares e restaurantes, por sua vez, publicavam o menu em espanhol e algumas lojas aproveitavam o espaço para anunciarem tíquetes de desconto que, recortados do jornal, poderiam ser apresentados no momento das compras, como se observa a seguir:



Figura 20 – Exemplar de menu

Fonte: Jornal *A Semana*, ano, II, n 50. Florianópolis, 12 a 19/01/1980, p.10.

¹⁹⁰ Jornal *O Estado*, ano 63, n 18946, Florianópolis, 24/01/1978, p.16.



Figura 21 – Nova linguagem do Balneário

Fonte: *Jornal A Semana*, ano, II, n 50. Florianópolis, 12 a 19/01/1980, p.16.

Os turistas brasileiros de outros Estados que também eram uma constante nas praias de Florianópolis mostravam seu descontentamento não somente em termos de serviços prestados, como também em relação aos preços praticados. São inúmeras as queixas destacadas nos jornais em circulação, na época, que fazem referência aos preços abusivos encontrados nas praias. Ainda antes de chegar a temporada de verão, num domingo de sol na Joaquina, no mês de outubro, o jornal *O Estado* circulou sua edição com uma página inteira dedicada a discutir os aspectos que pareciam fazer parte da preocupação de alguns. A nota lembra que “o preço da cerveja aumentou de oito cruzeiros para dez cruzeiros de um dia para o outro e o prato de camarão frito passou para trinta cruzeiros sem mais nem menos”¹⁹¹. O jornal aponta ainda que dois casais paranaenses, visitando a Ilha de Santa Catarina, decidiram tomar café em um dos hotéis onde não estavam hospedados.

¹⁹¹ *Jornal O Estado*, ano 63, n 18849, Florianópolis, 16/10/1977, p. 15.

O cidadão Hercules Sidney Marques e seu amigo de Cascavel foram apenas tomar café no Hotel Praia da Joaquina, [...] e ficaram surpresos com o preço CR\$ 50,00 que tiveram que pagar por apenas dois cafés¹⁹².

Despontava, neste momento, a diferença entre o poder de compra de um turista argentino em relação ao turista brasileiro. Foi neste contexto em Florianópolis que surgiu a expressão popularmente conhecida como “*dame dos*” que, traduzida para o português, quer dizer “me dá dois”.

Segundo o senhor Antônio Pereira Oliveira¹⁹³, proprietário de uma das primeiras agências de turismo que Florianópolis conheceu, a Argentina vivia, em fins da década de 1970, uma grave crise econômica e, por esta razão, optava em desfrutar as férias no Brasil, uma vez que, em solo brasileiro, contavam com duplo poder de compra.

3.3 O Turista Morador

O turismo movimenta, hoje em dia, quase cinco trilhões de dólares e, sozinho, agrega duzentos e trinta milhões de posto de trabalho ao redor do mundo. O setor caminha ao lado da informática e das telecomunicações em relação ao crescimento na economia mundial, sendo considerado, para o caso de algumas cidades brasileiras, o motor decisivo da retomada do crescimento¹⁹⁴. A palavra *tour* é de origem francesa, todavia, a utilização que alcunhou o turismo no sentido como o conhecemos atualmente apareceu na Grã-Bretanha, por volta do século XIX, momento em que o *gentleman* procurava viajar para distrair-se das rotinas, buscando também alguma diferenciação social.

Embora o turista seja compreendido, de um modo geral, como um viajante, ele não possui o mesmo olhar do viajante que, em um determinado momento da história de Santa

¹⁹² Jornal O Estado, ano 63, n 18937, Florianópolis, 15/01/1978, p. 14.

¹⁹³ Apud BARRETTO, Margarita, BURGOS, Raúl, FRENKEL, David. *Turismo, políticas públicas e relações internacionais*. São Paulo: Papyrus, 2003, p. 104.

¹⁹⁴ Revista Veja: reportagem especial: *Saudade do Rio*. São Paulo: Editora Abril, n. 38, 20/04/2005, p 85-101.

Catarina, aportou na Ilha. Os viajantes do século XVIII, na Ilha de Santa Catarina, possuíam o olhar de etnólogo, isto é, buscavam a heterogeneidade em suas andanças. O turista do século XX busca justamente a homogeneidade mesmo que dentro de uma certa noção de heterogeneidade.

Uma das medidas preliminares para construir a análise inserida no contexto desta pesquisa passou pela leitura específica em dissertações, teses e livros sobre o tema *turismo em Santa Catarina*. Tal empreendimento apontou uma gama bastante grande de pesquisas no assunto¹⁹⁵. Esta constatação desencorajou a intenção de empreender uma análise demasiado extensa sobre o turismo em Florianópolis. Assim, a reflexão que ora se apresenta se inscreve no caminho aberto pelos já citados, embora se pretenda incluir algumas elucubrações que fazem parte dos registros encontrados para o caso da inserção de Canasvieiras como balneário turístico internacional.

Em se tratando de políticas públicas para o turismo, destaca-se a pesquisa da historiadora Cláudia Cristina Zanela, cuja dissertação reflete sobre os discursos políticos a respeito dos investimentos no turismo no Estado de Santa Catarina. Segundo a autora:

¹⁹⁵ Sem pretender ser injusta, arrolarei nesta oportunidade apenas aquelas que tive em mãos, quais sejam: BAPTISTA, Paulo F.D. *Introdução a uma história da praia no Rio de Janeiro: problemas de acesso balneário – Beira Mar, 1930/1939*. 2003. Monografia - UFRJ, Rio de Janeiro, 2003. BARRETTO, Margarita, BURGOS, Raúl, FRENKEL, David. *Turismo, políticas públicas e relações internacionais*. São Paulo: Papyrus, 2003. CAMPOS, Nazareno, J. *Terras comunais e pequena produção açoriana na ilha de Santa Catarina*. 1989. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UFSC, Florianópolis, 1989. CORBIN, Alain. *O território do vazio. A praia no imaginário ocidental*. São Paulo: Cia da Letras, 1989. CORNELL, Tim. *Grandes Impérios e Civilizações: Roma Legado de um Império Vol. I*. Rio de Janeiro: Del Prado, 1982. FANTIN, Márcia. *Cidade dividida: dilemas e disputas simbólicas em Florianópolis*. Florianópolis: Cidade Futura, 2000. FLORES, Maria Bernadete R. (Org.) *Oktoberfest: turismo, festa e cultura na estação do chopp*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997. LOHN, Reinaldo L. *Pontes para o futuro: relações de poder e cultura urbana. Florianópolis 1950-1970*. 2002. Tese (Doutorado) - UFRG, Porto Alegre, 2002. SANTOS, Cristina S.U. *Planejamento turístico e seus reflexos no processo de urbanização das praias de Canasvieiras e Jurerê Internacional*. 1993. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UFSC, Florianópolis, 1993. SCHMEIL, Lílian. *Alquila-se una islã: turistas argentinos em Florianópolis*. 1994. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - UFSC, Florianópolis, 1994. SILVA Valdir. *Poder político e políticas públicas: inventário político do poder oligárquico em Santa Catarina – Uma história de dominação de classe*. 1996. Dissertação (Mestrado em Administração) – UFSC, Florianópolis, 1996. SILVA, Valéria de C. *Estudo das condições de saneamento do balneário de Canasvieiras visando um gerenciamento ambiental*. 2000. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas) - UFSC, Florianópolis, 2000. SOZA, Maria, de S. S. *Adequação de habitação de praia para o turista argentino em Florianópolis – Santa Catarina*. 1995. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - UFSC, Florianópolis, 1995. ZANELA, Cláudia, C. *Atrás da porta: o discurso sobre o turismo na Ilha de Santa Catarina (1983-1998)*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) - UFSC, Florianópolis, 1999.

[...] o fenômeno do turismo, a partir da década de 60, com a recuperação dos países centrais do capitalismo, envolvidos no conflito das grandes Guerras [...] retoma seu ritmo de crescimento [...] tornando nas décadas seguintes um fenômeno massivo em escala global¹⁹⁶.

A crise enfrentada pelo Brasil com desdobramentos na hiperinflação, economias desajustadas, incertezas que apontavam para o empobrecimento da população fez com que a oferta de emprego no Estado crescesse na proporção inversa da procura¹⁹⁷.

Fazendo uma reflexão sobre turismo nas sociedades brasileiras, a historiadora Maria Bernardete Ramos Flores lembra que as enchentes ocorridas no Estado de Santa Catarina, na década de 1980, originaram as festas no vale do Itajaí e iniciaram o turismo de “quatro estações”. De acordo com a autora:

[...] durante muito tempo o turismo em Santa Catarina esteve ligado às áreas litorâneas, com predominância para os atrativos das praias [...] agora planejava-se explorar o turismo em três direções: o Turismo Cultural, o Turismo do Mar, e o Turismo Quatro Estações.¹⁹⁸

A historiadora salienta também que o turismo é uma atividade marcada pela globalização, onde as fronteiras se dissolvem, sendo que, em Santa Catarina, justamente a composição da diversidade cultural concretiza a identidade do estado turístico. No decorrer das ações e dos investimentos públicos no setor turístico, o açoriano destacou-se “como o portador da história catarinense [...] e o caboclo do Contestado foi alçado ao estatuto do homem catarinense”¹⁹⁹.

Traduzindo os aspectos levantados por autores e autoras que se dedicaram a estudar o turismo em Santa Catarina e aproximando para o caso específico de Canasvieiras, percebe-se que o balneário turístico internacional no litoral norte nascera sob o signo da opulência, destinado a receber a mais alta sociedade florianopolitana onde distinção e *status* social

¹⁹⁶ ZANELA, Cláudia C. IN:___ *ESBOÇOS*: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, Vol. 6, 1998, p. 19-20.

¹⁹⁷ O coordenador estadual do SINE, Édio Carlos da Silva, apontava que “enquanto a oferta de empregos cresce na ordem de 1,7%, a população catarinense cresce 2,4%”. Ibidem, p. 20.

¹⁹⁸ FLORES, Maria Bernadete R. (Org.) *Oktoberfest: turismo, festa e cultura na estação do chopp*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997, p. 107-172.

¹⁹⁹ Ibidem, p. 161.

faziam parte do próprio recorte territorial. Ainda que o primeiro objetivo apontasse para o desejo de algumas camadas sociais de Florianópolis buscarem férias de verão no litoral norte, no decorrer da implantação da estrutura necessária para a transformação do espaço em balneário, tornou-se proeminente a vontade de transformar o espaço em mais uma opção de moradia, conforme a nota de jornal que aponta: “Canasvieiras é hoje a praia mais sofisticada de Florianópolis. Possui belas residências, está virando um bairro residencial”²⁰⁰. Embora, o cenário tenha sido projetado inicialmente para receber as mais distintas famílias florianopolitanas, observa-se, dentro do próprio recorte urbano do balneário, alguns espaços reservados que deixam antever o desejo de distinção social mesmo entre os pares. Algumas críticas ao sugerido recorte são pertinazes. As notas de jornais em circulação na cidade de Florianópolis, nessa época, demonstram contrariedade a respeito da manutenção de tais espaços. O jornalista Beto Stodieck, presença marcante no jornal *O Estado*, fez a seguinte referência ao balneário: “uma bobagem o beco dos milionários”²⁰¹. Stodieck se referia ao mencionado trecho destacado no capítulo um desta dissertação, cuja lembrança, o senhor Lídio da Cunha destacou, “aquele canto ali era o canto dos milionários, era tudo médico e gente graúda”.

Imagens como a que se apresenta a seguir apareciam constantemente nos jornais da época. Tais representações enfatizavam os grupos de médicos, engenheiros, advogados comerciantes, jornalistas que, acompanhados de suas famílias, freqüentavam o balneário de Canasvieiras durante a temporada de verão. Molduradas pela areia branca, as camadas sociais de Florianópolis encontravam-se em evidência, pois que, flagrados pelos fotógrafos, viravam notícia nas colunas sociais dos jornais em circulação no Estado, como se pode observar a seguir.

²⁰⁰ *Jornal A Semana*, ano 1, n 48. Florianópolis, 29/12/1979 e 05/01/1980, p. 3.

²⁰¹ *Jornal O Estado*, ano 65, n 19632. Florianópolis, 13/02/1978.

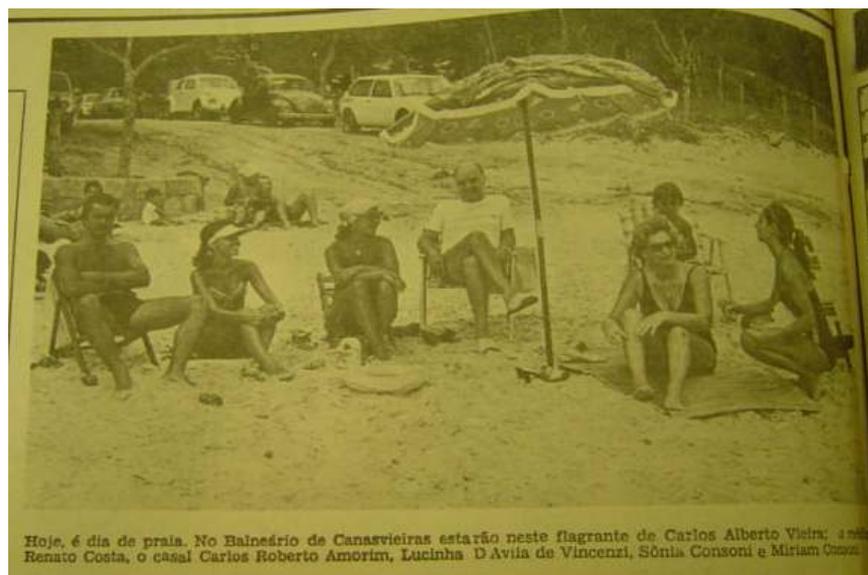


Figura 22 – Famílias em destaque na Praia de Canasvieiras

Fonte: Jornal *Diário Catarinense*, ano XVI, n 8297. Florianópolis, 24/01/1979.



Figura 23 – Colunáveis em Canasvieiras

Fonte: Jornal *O Estado*, ano 64, n 19283. Florianópolis 10/01/1979, p. 12.

Notadamente, as camadas privilegiadas da sociedade florianopolitana voltaram os olhares para a orla marítima quase virgem de Canasvieiras, na intenção de fazer dela um local de repouso e recarga das energias dissipadas em suas funções urbanas, iniciando lá o projeto do primeiro balneário turístico com planejamento urbano. Na continuidade deste retorno à natureza, foram concretizadas várias medidas no sentido de facilitar o acesso ao local, assim como muitas outras providências foram tomadas no intento de prover conforto e facilidades. Tanto na instância municipal como também na estadual, buscaram-se recursos e soluções para a efetiva concretização da idéia.

Contudo, não se poderia imaginar a polêmica que posteriormente surgiria no balneário de Canasvieiras a respeito da criação do território destinado à preservação ambiental. A criação do Horto Florestal²⁰² de Canasvieiras aconteceu através do Decreto 397/50, que determinava uma área de 1.702.573 m². Objetivava tal medida estudar a multiplicação de essências florestais nativas. Entretanto, sua implantação aconteceu apenas em 1977, com a área exata de 1.567.770,12, dividida em duas partes pela Rodovia SC 401, principal caminho de Florianópolis para Canasvieiras.

O Estado reservou uma parte do território para a construção da sede da Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de SC – AFFESC. Tais transferências ocorreram sem averbações no Cartório de Registros de Imóveis, foram redistribuídas pelo Instituto da Reforma Agrária de Santa Catarina - IRASC, cujo patrimônio constituía poder do Estado.

O governo do Estado inaugurou, em 1930, a Penitenciária do Estado²⁰³; posteriormente foi criada a Colônia Penal que, justamente, ocupou uma parte do território

²⁰² Apud SILVA, Valéria de C. *Estudo das condições de saneamento do balneário de Canasvieiras visando um gerenciamento ambiental*. 2000. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas) - UFSC, Florianópolis, 2000, Anexos.

²⁰³ A Penitenciária do Estado foi criada através da Lei Estadual número 1547/1926, no atual bairro da Trindade. Segundo Viviani Poyer, inicialmente era conhecida como Penitenciária Estadual da Pedra Grande. O Projeto de Lei que a regulamentou é de 1926, entretanto a mesma somente foi inaugurada em 1930, cuja iniciativa representa parte do projeto republicano modernizador em Santa Catarina. POYER, Viviani. *Penitenciária Estadual da Pedra Grande: estudo da instituição entre 1935-1945*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) - UFSC, Florianópolis, 2000.

do Horto Florestal em Canasvieiras²⁰⁴, na entrada do balneário. Segundo o Juiz Edmundo José Bastos, a Colônia significava um incentivo do Estado para a recuperação dos presidiários. Ao longo dos anos de implantação do balneário, tal edificação enfrentou várias manifestações contrárias à manutenção do empreendimento governamental. De acordo com o Juiz Edmundo José Bastos:

A Colônia Agrícola destinava-se a presos *melhores*. Era a última fase do cumprimento da pena, ele residia lá com a família e morava numa casa nas dependências da Colônia. O preso plantava ou trabalhava fora. Ele era bem mais livre. [...] Foi desativada em 1970. Começaram a haver queixas sobre os presos. As casas das famílias do presos ficavam próximas da cerca que limitava o terreno da Colônia, e a comunidade começou a reagir. Então, dava aquela poluição. Poluição da imagem! Foi por isso que se passou a pensar em retirar de lá a Colônia Agrícola [...] simplesmente foi desativa, depois se quis fazer usina de lixo naquele local, mas houve manifestações contrárias da comunidade também.

Ao encontro desta percepção visual negativa do balneário, destaca-se o discurso do senhor José Carlos Daux que, a respeito da limpeza visual, manifestou a seguinte opinião:

A Colônia Penal [...] são hectares e mais hectares desocupados. Eles deram terras para a OAB, para a Associação dos Servidores do Estado de Santa Catarina, para Associação dos Funcionários da Fazenda para impedir o desenvolvimento do turismo.

As queixas em relação à representação visual que o balneário estava construindo no fim da década de 1970 não se limitavam à finalidade das construções e às atribuições dos edifícios públicos. Outro aspecto relevante a respeito da limpeza do balneário encontrava respaldo na incômoda presença dos ranchos de pescadores na praia de Canasvieiras, frutos da atividade comum até o fim da década de 1970. O senhor Zélio da Conceição Cunha, pescador profissional, natural de Canasvieiras afirmou que:

²⁰⁴ De acordo com Nazareno José de Campos, um certo senhor Cantalício, Tesoureiro da Delegacia Fiscal da Capital, cavalgou pela região entre 1925-1926. Tendo se agrado da área, realizou vários investimentos, como uma sede onde morava. Tempos depois, a fraude foi descoberta em organismos da Capital. A área passou para o Estado que aproveitou uma parte para a Colônia Penal. Atualmente, tal edifício se tornou sede para o Projeto Sapiens, parceria do governo Estadual com a iniciativa privada, objetivando captar recursos para o turismo. CAMPOS, Nazareno, J. terras comunais e pequena produção açoriana na Ilha de Santa Catarina. 1989. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UFSC, Florianópolis, 1989, p. 173-189.

Você não tem mais onde colocar o material de pesca aqui na praia. Nós temos um rancho de pesca da comunidade aqui em Canasvieiras e eles fazem de tudo para desativar esse rancho, os moradores da praia, os turistas vamos dizer assim. Eles querem tirar o rancho por força, você vai colocar um apetrecho de pesca aonde?



Figura 24 - A pesca artesanal em Canasvieiras, atividade comum até 1970.

Fonte: Acervo particular da família Daux.

O livro *Cidade Dividida*, de Márcia Fantin²⁰⁵, faz uma abordagem antropológica sobre a chegada “do outro” em Florianópolis, bem como as políticas públicas para o turismo. A autora aproxima sua discussão ao livro de Zuenir Ventura, *Cidade Partida*²⁰⁶, texto em que o referido autor analisa os problemas urbanos da cidade do Rio de Janeiro ocorridos em função do não-planejamento da cidade, fato que dilacerou a metrópole, dividindo-a em duas, partindo-a.

Fantin dedica-se a analisar Florianópolis a partir dos investimentos públicos para o turismo, polarizando a visão entre “os de fora e os de dentro”, “os do contra e os a favor”.

²⁰⁵ FANTIN, Márcia. *Cidade dividida: dilemas e disputas simbólicas em Florianópolis*. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

²⁰⁶ VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Embora a problemática essencial desta pesquisa sobre o planejamento urbano do balneário de Canasvieiras, ocorra enfatizando outro viés, chamou especial atenção uma das partes do livro em que a autora apóia-se nas diferenças entre os relatos “dos de fora” em detrimento dos relatos do que chegam, destacando várias formas de resistências sociais e conflitos ocorridos entre os moradores e turistas²⁰⁷, especialmente aqueles que se interessaram em fixar residência. De acordo com a autora, as populações residentes na parte sul da Ilha reagiram às tentativas de normalizações do lixo e esgoto iniciadas pelos *de fora*, ou seja, os estrangeiros que eram vistos pelos moradores como os *do contra*, não esquecendo que “estrangeiros” referidos neste contexto sejam os brasileiros originários de São Paulo e Rio Grande do Sul.

Entretanto, em Canasvieiras, no que diz respeito aos primeiros tempos, os “estrangeiros” eram os próprios cidadãos florianopolitanos. Apenas algum tempo depois, eram os argentinos.

Empreendendo uma análise cuidadosa em um determinado bairro na Inglaterra, o sociólogo Norbert Elias²⁰⁸ destacou a segregação social que sofriam os moradores mais recentes em detrimento dos antigos moradores. De acordo com o autor, os *estabelecidos* eram membros de associações mais antigas cuja maior capacidade de coesão gerou códigos normativos de conduta baseados em valores onde a população mais antiga do território analisado se considerava mais limpa e, principalmente, porque tinham um passado em comum. Os *outsiders* não eram vistos como população coesa, não possuíam uma identidade em comum, eram sujos e não tinham um passado em comum. Os moradores *estabelecidos* do

²⁰⁷ FANTIN, Márcia. *Cidade dividida: dilemas e disputas simbólicas em Florianópolis*. Florianópolis: Cidade Futura, 2000, p. 35-69.

²⁰⁸ Trata-se do livro *Os Estabelecidos e os outsiders*, em cujo texto Norbert Elias e John L. Scotson dedicaram-se a analisar as relações sociais que permeavam três grupos de moradores do mesmo bairro. Tal análise concluiu que as divergências entre as zonas identificadas como Zona Um, Dois e Três, respectivamente, aconteciam por segregação, onde os *estabelecidos* são os antigos moradores e os *outsiders* pertencem aos grupos mais recente chegados no bairro.

ELIAS, Norbert, SCOTSON, John. *Os Estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

bairro investigado por Nobert Elias consideravam-se cosmopolitas em relação aos moradores dos loteamentos recém criados²⁰⁹. Recorrendo ao viés sociológico no sentido de aproximar a análise com os acontecimentos que perpetuaram as relações surgidas a partir da vinda de turistas para a praia de Canasvieiras, nota-se que o grupo de *outsiders*, ou seja, os turistas, em especial aqueles grupos que almejavam adotar a praia como a segunda morada, passaram a ser copiados e apropriados em seus hábitos pelos estabelecidos, ou seja, os antigos moradores. Isto é, os valores cuja representação social e econômica era detida pelos moradores até aquele momento, sofreram alterações que, a partir de então, levaram velhos hábitos ao desaparecimento. Assim, são comumente identificadas aquelas narrativas em que o morador explicou ter adotado certa postura, lembrando que sua frequência ao balneário se faz diferente de outrora, onde os códigos sociais e a própria representação arquitetônica da orla marítima o fizeram adotar uma nova atitude, cuja projeção social passou a imperar nas relações em sociedade.

Em Canasvieiras, a chegada dos turistas, tanto de Florianópolis como de outros Estados brasileiros, não afetou significativamente as relações sociais e o cotidiano dos moradores mais antigos do bairro. Nota-se, nas narrativas, certa apropriação de valores e hábitos dos moradores em relação aos turistas. Na praia de Canasvieiras, pequenos comerciantes adotaram a língua espanhola e passaram a se comunicar com os argentinos fluentemente, sem que tenham se capacitado para isso.

Considerando que o *boom* do turismo em Florianópolis aconteceu marcadamente na década de 1980, momento em que Canasvieiras recebeu um número bastante significativo de argentinos, o balneário incluiu em seus serviços de bar e restaurante, opções relativas aos hábitos dos argentinos. Logo, restaurantes com anúncios em espanhol, como por exemplo, *A Parrilha do Paulo*, ao invés de *A Churrascaria do Paulo*; *Pojo Assado da D. Noemia*, ao

²⁰⁹ Ibidem, 19-50.

invés de *Frango Assado da D. Noemia* passaram a compor a orla marítima do balneário. Enfatiza-se, assim, o comentário do primeiro diretor do Departamento Autônomo de Turismo - Deatur, senhor Armando Gonzaga, quando comentava que “o argentino que descobriu a Ilha. Eles é que nos inventaram”²¹⁰. Nesse sentido, os esforços em facilitar a presença dos argentinos na Ilha, assim como de garantir seu retorno, ano após ano, levou os comerciantes locais a editar e publicar nos jornais uma cartilha cujo conteúdo ensinava os trabalhadores no comércio a receberem o turista. É o que se vê a seguir:

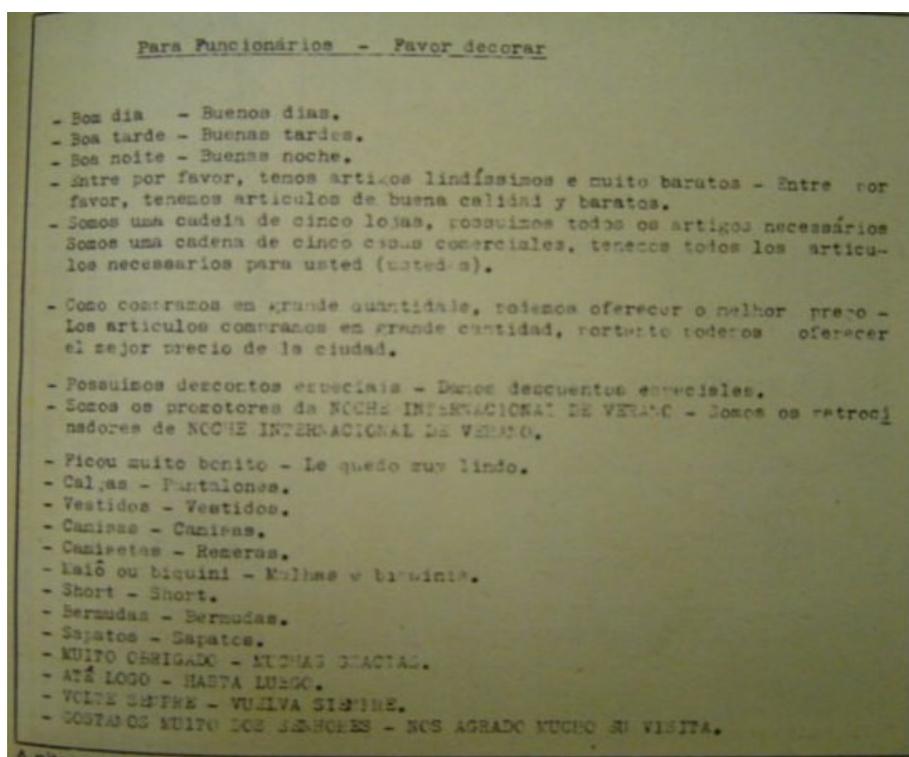


Figura 25 – Cartilha de sugestões

Fonte: Jornal *A Semana*, ano II, n 50. Florianópolis, 12 a 19/01/1980, p.10.

Considera-se como ponto decisivo para o surgimento do turismo de massa, o fortalecimento da moeda argentina em relação à moeda brasileira. Em fins de 1970, um dólar valia oitenta e três centavos no Brasil; sendo assim, a maioria dos cidadãos argentinos em férias poderia facilmente viajar para cá. As propagandas veiculadas naquele país sobre o

²¹⁰ Apud BARRETTO, Margarita, BURGOS, Raúl, FRENKEL, David. *Turismo, políticas públicas e relações internacionais*. São Paulo: Papirus, 2003, p. 71.

litoral sul do Brasil também enalteciam as belezas do território ensolarado, sempre em ritmo de carnaval, um paraíso turístico ideal.²¹¹ Nesse sentido, percebeu-se que a praia de Canasvieiras tanto recebia as mais elevadas esferas de turistas como os também os populares.

A partir das várias narrativas que compõem esta pesquisa, foi possível identificar declarações que destacam que a moeda dos argentinos valia mais do que a dos brasileiros. Sendo assim, era comum conversar com turistas que, em seus países de origem, exerciam a profissão de padeiros, taxistas, pedreiros. Na opinião do senhor Walter do Nascimento Junior os argentinos “têm a cultura de viajar, eles vão ali compram coca-cola com pão e mortadela e passaram por isso [...] independente se têm dinheiro ou não”. A edição do Jornal *O Estado* de fevereiro de 1980, enfatizava que:

Mesmo sem a Citur ter levado o seu turismo operário à Argentina, o operariado argentino em peso está invadindo, nestes dias de fevereiro, o disputado – e até vulgarizado - litoral catarinense. Isso porque muitas fábricas de lá - simplesmente e atraídas pelas facilidades turísticas da região aqui - deram férias coletivas aos seus empregados.²¹²

A experiência vivenciada pela imobiliária mais antiga do balneário apontou para o fato de que muitas classes sociais da Argentina buscaram, por várias temporadas consecutivas, férias em Canasvieiras, como relembra Walter do Nascimento Junior: “as pessoas que têm mais dinheiro, mais estudo, dizem que aqui tem gente de nível muito baixo; quem tem grana na Argentina vem pra cá e diz o pior da Argentina tá aqui. Os próprios argentinos falam”.

A constatação de que Canasvieiras tornou-se, ao longo dos anos, uma praia popular e freqüentada por todas as categorias sociais, afastou as famílias das elites que outrora faziam parte do badalado balneário. Atualmente algumas das antigas residências se transformaram

²¹¹ SCHMEIL, Lílian. *Alquila-se una islã: turistas argentinos em Florianópolis*. 1994. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - UFSC, Florianópolis, 1994, p. 70-126.

²¹² Jornal *O Estado*, ano 65, n. 19632, Florianópolis, 13/02/1980, p 11.

em casas comerciais ou foram vendidas e, nesses terrenos, foram construídos prédios de apartamentos ou restaurantes. A senhora Ione dos Santos Nascimento lembrou que “onde é o prédio que eu moro hoje, havia uma casa grande bonita. Agora, no lugar dela, tem o prédio com vários apartamentos”.

A percepção de que algo teria que ser feito para que se recuperasse a imagem construída do balneário fez surgir um movimento que culminou na criação da Associação Pró-Desenvolvimento de Canasvieiras que pretendia moralizar o comércio, entre outras relações. O intuito principal era criar uma representação política e social que diferenciase o balneário. Como coloca o senhor Walter do Nascimento Junior:

A maior dificuldade aqui na praia é a fiscalização da Prefeitura e da Casan. Canasvieiras é a única praia que tem rede de esgoto própria que funciona que pode ser até aumentada mas ainda tem gente que põe o esgoto na rede fluvial. Se houvesse fiscalização não acontecia. Então, eu queria que Casan fiscalizasse o esgoto, que a Prefeitura fiscalizasse o comércio clandestino. A praia não tem uma identidade, falta uma identidade. Aqui só poderia construir certo tipo de construção, dentro de um padrão entende? Mas isso não acontece. As lojas terem um padrão também, as lojas de roupa de tudo ter um padrão mas não tem. Aqui cada um faz o que quer isso eu acho um absurdo.

A necessidade de construir uma identidade reclamada por um dos representantes do balneário remete para o entendimento que Stuart Hall²¹³ faz de construção de identidade moderna, considerando que “a identidade costura o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando-os mais unificados e predizíveis”. Assim, os conjuntos de representações visuais que se fazem do balneário na atualidade, igualariam as visões identitárias das representações, pois somente os iguais são diferentes respondendo a um todo planejado e padronizado. Os motivadores do turismo em Canasvieiras, ao mesmo momento em que reclamam a não-existência da igualdade, mostram, de um modo intrínseco, o orgulho de fazerem parte justamente do diferente, lembrando que “Canasvieiras tá aberta pra tudo, é a praia mãe onde tudo começou”.

²¹³ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003, p. 7-22.

Na compreensão relativa ao contexto de interesses no mesmo espaço-tempo e identidade, a união que desune, surgem as necessárias considerações referentes à globalização. Novamente recorrendo a Stuart Hall, quando lembra que novas *identidades híbridas* estão tomando o lugar das *identidades nacionais*, vê-se que “a aceleração dos processos globais [faz sentir] que o mundo é menor e as distâncias mais curtas [cujo] eventos em um determinado lugar têm um impacto imediato sobre as pessoas e lugares”²¹⁴. Neste caminho, a urbanização do território em construção era vista como uma outra possibilidade de moradia, cujos objetivos de exclusão identificava os novos parceiros moradores da mesma região. Anos mais tarde, percebeu-se que a opção dos populares frequentadores do balneário provocava uma alteridade cujo resultado levava à popularização daquele antigo sonho de distinção social.

A criação de associações de bairros surgiu neste contexto, ou seja, no de abarcar os objetivos e interesses dos que mantinham comércio estabelecido na orla, assim como empresas destinadas ao aluguel de casas de veraneio. Inicialmente inaugurou-se uma filial da Associação dos Empresários; Associação Comercial e Industrial de Florianópolis – ACIF e, posteriormente, a Associação Pró-Desenvolvimento de Canasvieiras. Desta forma, o desejo de transformar o balneário em uma região independente ou, no mínimo, criar uma Secretaria Municipal do Norte da Ilha se transformou em uma das bandeiras dos comerciantes, especialmente daqueles que adotaram o balneário como local de moradia. A tentativa da referida agremiação porta-se marcadamente na região da orla marítima. Sendo assim, os moradores da região interiorana da comunidade não estariam representados por tal agremiação. Para a parte de Canasvieiras antiga, existe a Associação dos Moradores de Canasvieiras.

²¹⁴ Ibidem, p. 69.

Perguntando a opinião do primeiro presidente da Associação Pró-Desenvolvimento de Canasvieiras buscando entender o tipo de representatividade que anseiam, ele lembra que “nas eleições, a gente não tem um vereador representativo” e completa:

Na época de eleição, tem mais gente votando no correio. É um absurdo. São os gaúchos, os paranaenses, gente de outros estados que vieram morar aqui, aí tem mais justificando do que votando inclusive a gente agora tá convocando as pessoas para exercer o direito de cidadania ano lugar que escolheram morar, isso é muito importante.

O que eu vejo, o que eu noto é o seguinte: política aparece onde tem voto, a cidade tá maravilhosa, flores nos trevos, tudo arrumado tudo organizado, no centro tem bastante voto, aqui não tem muitos votos. Nas eleições a gente não tem um vereador representativo. Eu não to falando só de Canasvieiras, mas to falando de todo o norte da ilha, em geral, tá abandoando. Canasvieiras, quer queria quer não, é a praia mãe. Sempre foi.

Segundo os empresários ligados ao turismo estabelecidos em Canasvieiras, o balneário mereceria toda a atenção dos representantes políticos nas esferas municipais e estaduais, como lembra o senhor Walter do Nascimento Junior: “Canasvieiras tá aberta pra tudo, gente com grana, com pouca grana, médio, tem lugar pra todo mundo, isso é o que tem e em outras praias não tem. Jurerê tem que ter grana até para tomar um café”. Mesmo considerando a necessidade de normatização das relações comerciais e a necessária fiscalização do poder público municipal e estadual, os aglutinadores das associações que pertencem ao bairro direcionam suas opiniões em dois sentidos. Se, de um lado, pretendem romper com a imagem de popularidade que se formou no decorrer dos anos, também aceitam tal popularidade como um fator positivo nas relações comerciais no balneário. No dizer dos membros da associação:

Canasvieiras tem um comércio bem estabelecido, mal ou bem, mas tem o que as outras praias, não têm. Mas cinqüenta por cento das pessoas que vem a noite, não estão ficando aqui, mas em outras praias [...]. Porque tem mais vida, tem mais comércio. Vai na Cachoeira no mês de janeiro é um deserto a praia Brava dá até medo, aqui tem vida. Mas tem que melhorar, tem que melhorar bem.

No entanto, tal perspectiva não é compactuada por aqueles que fizeram parte das mudanças urbanas e sociais iniciadas no balneário, quando a movimentação turística ganhou

seus primeiros adeptos. O senhor Djalma Araújo, comentado sua impressão sobre o balneário na atualidade, lembrou que:

Em Canasvieiras só de carro, não ando mais a pé. Eu digo com nostalgia que não gosto do que vejo, nem um pouquinho, mas creio eu, que isso é um pouco de nostalgia da idade, porque pessoas que eu conheço adoram Canasvieiras. O que pra mim é bagunça, baderna, para essas pessoas é diversão. Fazer o que? Comparado com o tempo que passou, eu acho horrível, toda aquela parnafernalha de casas comerciais, portinhas vendendo bijuterias sem muito sentido, mas meus netos e minhas netas gostam. Então fazer o que, é assim que é!

Destarte, comparando os relatos dos atuais freqüentadores e investidores da região com o enredo anunciado pelos antigos moradores no início do século XX, percebem-se muitas dicotomias e mudanças. A reminiscência dos idosos fez despontar uma orla marítima, cujo acesso, embora estivesse livre e desempedido, significava o lugar dos pobres e das prostitutas. Sendo assim, na beira da praia se encontravam ranchos de pau-a-pique cobertos com palha. Tais construções significavam, pelo menos em alguns casos, uma mistura de residência e barraco de pesca onde se guardavam os apetrechos do mar. Pelo o que se pôde apurar, naquele período moravam na orla personagens como Negro Quito, Mão Aleijada e Pé de Anjo²¹⁵, e isso acontecia por absoluta necessidade. A esses homens excluídos economicamente e socialmente não restava outra opção, a não ser enfrentar o mar e o isolamento da praia.

A implantação dos projetos de loteamento e as alterações que deles decorreram, transformaram o cenário trazendo lentamente mudanças. Mansões, hotéis, restaurantes com janelas para o mar, foram ocupando o espaço que antes era praticamente vazio. A praia que era o lugar do trabalho e significava o isolamento passou a simbolizar também o lugar do

²¹⁵ Indagado sobre pessoas ou famílias que teriam conhecido e que viviam na região litorânea da comunidade, o senhor Carlos Mateus da Silva citou esses três personagens. De acordo com ele, Negro Quito era um ex-escravo que pertencera à sua família. Seu avô paterno teria concedido licença para tornar-se independente, pois, no dizer deste, *era um negro bom*. Uma vez “livre”, Negro Quito construiu uma cabana objetivando morar na praia. Quanto aos outros, o entrevistado não soube precisar. Entretanto, as alcunhas que os identificavam talvez colaborem com uma reflexão sobre o lugar de suas categorias sociais no âmago daquela sociedade.

lazer de onde se abriram outras possibilidades de rendas para as famílias locais, assim como para as populações vindas de outras regiões.

O turista morador trouxe consigo novos hábitos e tendências que foram sendo copiados pelos moradores. Assim, a população de Canasvieiras passou a olhar para o território litorâneo portando uma nova concepção do local. O vestir-se conforme a moda, o trancar a porta de casa, as avenidas com seus semáforos que organizam o trânsito, as lotações máximas do carnaval, os shopping's, as farmácias, são exemplos dessas mudanças no campo sócio-cultural e econômico.

Na atualidade, diferentemente do início do século XX, homens, mulheres, jovens e crianças com nome e sobrenome desfrutam os prazeres que a praia oferece. Os loteamentos da década de 1950 e outros posteriores transformaram terras que antes eram públicas em terrenos privados. As emigrações ocorridas na comunidade por volta das décadas de 1940 e 1950 na busca de melhores condições financeiras em outros Estados, passaram por uma inversão. Isto é, populações de outros estados brasileiros e também de outros países atualmente aportam na região constantemente, buscando novas possibilidades de trabalho e renda através do turismo.

Assim, pode ser então que este voltar atrás na história, tenha permitido alcançar um *golpe de vista* sobre o território litorâneo, cujas inferências, quando muito, talvez contribuam com uma maneira de seguir adiante.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões que envolveram o problema que esta pesquisa procurou analisar foram originadas em constatações e, também, pode-se dizer, inquietações mal resolvidas surgidas em um trabalho anterior. Durante o segundo semestre de 1995 e o primeiro de 1996, desenvolvi um projeto de pesquisa, como bolsista do Programa de Iniciação Científica da UDESC/CNPq, intitulado “*A cidade Beirou o mar: a construção do balneário de Canasvieiras - 1930-1980*”, no qual procurei compreender algumas implicações quanto à implantação do balneário internacional no litoral norte da ilha de Santa Catarina. As limitações daquela pesquisa, as novas indagações que aquele trabalho fomentou aliado à riqueza dos relatos dos moradores, motivou-me a investir novamente sobre o processo de transformação de Canasvieiras em balneário.

Porém, no atual estudo de maiores proporções, quando tive acesso a novas fontes, busquei empreender reflexões mais profundas, não deixando de dar voz aos antigos habitantes do local, isto porque mostraram uma visão muito própria dos acontecimentos. Este resultado procurou, então, lançar luzes sobre a comunidade de Canasvieiras a respeito das implicações da transformação daquela antiga Freguesia em balneário internacional. Tais mudanças, mesmo estando no âmbito de uma modernidade, apresentaram suas singularidades, próprias do processo ali ocorrido, que se tornaram um objeto de investigação para a história.

Implicações como as que dizem respeito às motivações do poder público municipal em lotear as terras “de ninguém”, com justificativas um tanto quanto questionáveis, transformando as referidas terras em lotes, cujo objetivo era de beneficiar os próprios

moradores assim como os funcionários da prefeitura municipal se apresentaram como uma contradição relevante quando comparadas com os relatos dos moradores mais velhos que possuem outro ponto de vista a cerca das investidas da iniciativa pública e da iniciativa privada no território. A contradição de opiniões transformou-se em ponto fulcral, fato que, por si só, justifica ter enveredado este resultado pelas fontes orais, pois estas possibilitaram, neste caso, visibilizar diferenças entre a manifestada motivação do poder executivo municipal e o que de fato ocorreu quando da implantação do projeto urbano. Assim, a aproximação cuidadosa das fontes oficiais e outras fontes escritas justapostas aos relatos recolhidos contornou as narrativas apresentadas nesta oportunidade, produzindo uma análise sobre as transformações sociais e espaciais que ocorreram, permitindo o ecoar das vozes dos moradores. Tais “ecos” fomentaram a pesquisa enriquecendo em muito este resultado. Neste sentido, a referida coleta de dados, sem dúvida foi um importante momento nesta produção, algo que caracteriza as maneiras de fazer da disciplina história. Quero com isso dizer que as informações e a própria visão retirada dos relatos representam uma versão, uma possibilidade a ser contemplada na produção historiográfica atual que figura nesta minha construção dos acontecimentos.

Ainda persistindo no contraponto entre as justificativas oficiais com as narrativas dos moradores, nota-se outros desacordos que também ultrapassam as quimeras econômicas e de sociabilidades. Na opinião dos incentivadores do turismo, em meados do século XX, a região norte era isolada e pobre. Sendo assim, um projeto turístico altearia as condições econômicas do norte da Ilha, retirando a população da miséria em que se encontrava. A visão de mundo²¹⁶ dos florianopolitanos detentores do poder político de decisão, cuja iniciativa alterou as formas

²¹⁶ Procurando esclarecer o lugar da categoria dentro de uma análise metodológica do conceito de *visão de mundo*, Karl Mannheim busca determinar manifestações parciais referentes a uma totalidade. No caso específico, a visão total das elites a respeito do novo bairro a ser construído incluía seus próprios valores e hábitos, assim havia a necessidade de criar os predicados necessários para tornar o território desejável, dentro dos valores comuns aos elaboradores do projeto de urbanização da praia de Canasvieiras. MANNHEIN, K. *Essays on the sociology of knowledge*. London: Routledge & Kegan Paul. p 33-83.

de sociabilidades e economia da comunidade ao longo dos anos, remete em grande medida aos valores diferenciados que a cidade nutria em relação às comunidades mais distantes. Refletir sobre o pomo mais íntimo presente nas narrativas retirada das lembranças dos velhos de Canasvieiras demonstrou relações sociais e econômicas amplamente diversificada, onde traços proeminentes compuseram uma lógica singular inerente àquela sociedade.

Neste sentido, convém enfatizar que, nas primeiras elucubrações no intuito de transformar minhas preocupações em reflexão acadêmica, eu acreditava que, tais transformações ocorridas na comunidade de Canasvieiras simbolizavam *o começo do fim*. Este no fundo era o ponto de partida para minhas reflexões. Isto é, as mudanças pelas quais passou a comunidade, e as alterações que dela decorreram, teriam sido determinantes para o desaparecimento de certos valores e princípios relativos no que diz respeito às sociabilidades, as formas de convivência, a economia local, fato que inegavelmente teria impetrado outros valores na comunidade. Isto é, de um modo geral eu pensava que, a maneira como ocorreu o referido processo teria excluído os personagens diretamente envolvidos nas transformações. Ledo engano este meu. Pois a própria população, ponderando sua opinião, não deixou de salientar medidas e procedimentos que lhes garantiam participar ativamente das mudanças, embora tal concepção não diga respeito à população no seu contexto geral. Assim, recorrendo a Paul Thompson, para quem as investigações sobre o passado pela oralidade podem ser um instrumento de mudança do conteúdo e da própria finalidade da história quando coloca que, “por meio da história local, uma aldeia ou cidade busca sentido para sua própria natureza em mudança”²¹⁷. Então, através da memória dos personagens envolvidos no processo, busquei construir uma representação do projeto de urbanização da orla marítima, identificando e analisando as mudanças pelas quais passou a comunidade até se tornar em um balneário internacional, procurando colocar no centro do cenário o ponto de vista dos próprios

²¹⁷ THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 21.

moradores. Todavia, procurando não perder de vista o entendimento da relação história e memória quando, refletindo sobre o sentido da oralidade, afirma que, apesar das íntimas afinidades e das inter-relações, nem tudo o que é memória é história, entretanto, quando a primeira deixa de ser a lembrança de um tempo que passou para constituir-se produto da história, deixa igualmente de ser uma recordação saudosista para se transformar em uma possibilidade de construção narrativa da história²¹⁸.

Não obstante, as fontes, no entendimento de que são a matéria prima definitiva das historiadoras e dos historiadores, e nesta travessia quando contextualizadas em relação ao passado, foram dispostas como o próprio amalgama, prestando-se ao papel de chão, onde foram ancorar-se as inferências. Assim, dependendo do *olhar* dos interessados, os documentos lançados à luz neste resultado podem revelar um chão incongruente, mas também podem revelar uma areia movediça digna de muitos outros soterramentos.

²¹⁸ Ver: LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4 ed. São Paulo: Unicamp, 1996.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Joana Maria. *Joana Maria Alves: depoimento* [2004]. Entrevistadora: S. Bitencourt. Florianópolis, 2004. Entrevista concedida para a elaboração da dissertação de Mestrado “Castelos de Areia – O turismo de litoral em Florianópolis (1930 – 1980)”. Universidade Federal de Santa Catarina.
- ALVES, Márcia. *Entre a Folia e a Sacristia: As (re) significações e intervenções da elite clerical e civil na festa do Divino em Florianópolis (1896-1925)*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) - UFSC, Florianópolis, 1999.
- ARAÚJO, Djalma. *Djalma Araújo: depoimento* [2004]. Entrevistadora: S. Bitencourt. Florianópolis, 2004. Entrevista concedida para a elaboração da dissertação de Mestrado “Castelos de Areia – O turismo de litoral em Florianópolis (1930 – 1980)”. Universidade Federal de Santa Catarina.
- ARAÚJO, Hermetes R. de. *A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República*. 1989. Dissertação (Mestrado em História) – PUC, São Paulo, 1989.
- A SEMANA, Florianópolis, ano I, n. 50, 26 set. 1929, p. 5.
- A SEMANA, Florianópolis, ano II, n. 50, 12 a 19 jan. 1980, p. 10.
- A SEMANA, Florianópolis, ano II, n. 50, 12 a 19 jan. 1980, p. 16.
- BACZKO, Baczko. Imaginação social. IN: *Enciclopédia Einaudi*: vol. 5, Anthropos-homem. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.
- BAPTISTA, Paulo F.D. *Introdução a uma história da praia no Rio de Janeiro: problemas de acesso balneário – Beira Mar, 1930/1939*. Rio de Janeiro: Monografia, UFRJ, 2003.
- BASTOS, J.J Edmundo. *No tempo do Coronel Lopes*. Florianópolis: FCC Edições, 1981.
- _____. *Policia Militar: Um pouco de história e algumas histórias*. Edição Comemorativa do Sesquicentenário da Policia Militar, 1985.
- BENJAMIN, W. *O narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Leskov*. IN: _____ *Magia e Técnica, Arte e Política*, 1994. p 197-232.
- BARRETTO, Margarida, BURGOS, Raúl, FRENKEL, David. *Turismo, políticas públicas e relações internacionais*. São Paulo: Papyrus, 2003.

BECK, Anamaria. *Trabalho limpo: a renda de bilro e a produção familiar*. 1983. Dissertação (Mestrado em História) - UFSC, Florianópolis, 1983.

BERMAM, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

BITENCOURT, Adelina Severiana. *Adelina Severiana Bitencourt: depoimento* [2004]. Entrevistadora: S. Bitencourt. Florianópolis, 2004. Entrevista concedida para a elaboração da dissertação de Mestrado “Castelos de Areia – O turismo de litoral em Florianópolis (1930 – 1980)”. Universidade Federal de Santa Catarina.

BITENCOURT, João Batista. *Cidade em movimento*. IN: _____ História de Santa Catarina: estudos contemporâneos, Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. P. 26-40.

_____ *Clio Positivada: a artesanaria da cidade histórica de Laguna*. 1997. Dissertação (Mestrado em História) - UFSC, Florianópolis, 1997.

BITENCOURT, Reinaldo. *Reinaldo Bitencourt: depoimento* [2004]. Entrevistadora: S. Bitencourt. Florianópolis, 2004. Entrevista concedida para a elaboração da dissertação de Mestrado “Castelos de Areia – O turismo de litoral em Florianópolis (1930 – 1980)”. Universidade Federal de Santa Catarina.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 15-50.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre: *Gostos de classe e estilos de vida*. IN: _____ Sociologia. São Paulo: Àtica, 1983, p. 82-121.

BURKE, Peter. (org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. 2 ed. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1992.

_____ *A escola dos annales 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*, 2 ed. São Paulo: Unesp, 1991.

CALAZANS, Laudelina Alípio. *Laudelina Alípio Calazans: depoimento* [2004]. Entrevistadora: S. Bitencourt. Florianópolis, 2004. Entrevista concedida para a elaboração da dissertação de Mestrado “Castelos de Areia – O turismo de litoral em Florianópolis (1930 – 1980)”. Universidade Federal de Santa Catarina.

CALAZANS, Pedro. *Pedro Calazans: depoimento* [2004]. Entrevistadora: S. Bitencourt. Florianópolis, 2004. Entrevista concedida para a elaboração da dissertação de Mestrado “Castelos de Areia – O turismo de litoral em Florianópolis (1930 – 1980)”. Universidade Federal de Santa Catarina.

CAMPOS, Nazareno, J. *Terras comunais e pequena produção açoriana na ilha de Santa Catarina*. 1989. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UFSC, Florianópolis, 1989.

CATANI, Afrânio. M. *O que é capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 76-137.

CENTRO DE ESTUDOS CULTURA E CIDADANIA. *Uma cidade numa ilha: Relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina – CECA*. Florianópolis, Insular, 1997.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: a arte de fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*. São Paulo, 1991, p.173-191.

CHAUI, Marilena. *História do povo brasileiro: Brasil mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

CHEREM, Rosângela, M. *Caminhos para muitos possíveis: Desterro no final do Império*. 1994. Dissertação (Mestrado em História) - USP, São Paulo, 1994.

CORBIN, Alain. *O território do vazio. A praia no imaginário ocidental*. São Paulo: Cia da Letras, 1989.

CORNELL, Tim. *Grandes Impérios e Civilizações: Roma Legado de um Império Vol. I*. Rio de Janeiro: Del Prado, 1982.

COSTA, Sandro da S. *Ponte Hercílio Luz: Mutações urbanas de uma cidade insular (1890-1960)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) - UFSC, Florianópolis, 2002.

CUNHA, Laurita da. *Laurita da Cunha: depoimento [2004]*. Entrevistadora: S. Bitencourt. Florianópolis, 2004. Entrevista concedida para a elaboração da dissertação de Mestrado “Castelos de Areia – O turismo de litoral em Florianópolis (1930 – 1980)”. Universidade Federal de Santa Catarina.

CUNHA, Lídio da. *Lídio da Cunha: depoimento [2004]*. Entrevistadora: S. Bitencourt. Florianópolis, 2004. Entrevista concedida para a elaboração da dissertação de Mestrado “Castelos de Areia – O turismo de litoral em Florianópolis (1930 – 1980)”. Universidade Federal de Santa Catarina.

CUNHA: Zélio. *Zélio Cunha: depoimento [2004]*. Entrevistadora: S. Bitencourt. Florianópolis, 2004. Entrevista concedida para a elaboração da dissertação de Mestrado “Castelos de Areia – O turismo de litoral em Florianópolis (1930 – 1980)”. Universidade Federal de Santa Catarina.

DAVIS, Natalie, Z. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

DAUX, José Carlos. *José Carlos Daux: depoimento* [2004]. Entrevistadora: S. Bitencourt. Florianópolis, 2004. Entrevista concedida para a elaboração da dissertação de Mestrado “Castelos de Areia – O turismo de litoral em Florianópolis (1930 – 1980)”. Universidade Federal de Santa Catarina.

DIÁRIO CATARINENSE, Florianópolis, ano XIII, n. 8180, 13 out. 1979, p. 5.

DIÁRIO CATARINENSE, Florianópolis, ano XVI, n. 8297, 24 jan. 1979.

ELIAS, Norbert, SCOTSON, John. *Os Estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FANTIN, Márcia. *Cidade dividida: dilemas e disputas simbólicas em Florianópolis*. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

FERREIRA, Sérgio L. *O banho de mar na Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis: Editora das Águas, 1998.

FERRO, Marc. *História das colonizações: das conquistas à independência, séculos XIII a XX*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. P. 17-42.

FLORES, Maria Bernadete R. *A farra do boi: palavras sentidos, ficções*. 2. Ed. Florianópolis, Editora da UFSC, 1998.

_____ (Org.) *Oktoberfest: turismo, festa e cultura na estação do chopp*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

_____ Se me deixam falar; trabalho da memória/memória do trabalho/trabalho e festa. p. 269-285. IN: _____ Morga, Antonio (Org.) *História das mulheres de Santa Catarina*. Florianópolis/Chapecó: Letras Contemporâneas/Argos, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do discurso*. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

GAETA, Maria. J. A. *A fala dos lugares perdidos: a cidade do desejo*. IN: Revista Brasileira de História: Historiografia Propostas e Práticas. São Paulo: Contexto/ANPUH, vol. 15, nº 30, 1995, p.157-170.

GAGNEBIN, Jeane M. *O rumor das distâncias atravessadas*. In: _____ Remate de Males: Revista do Departamento de Teoria Literária, nº 22, São Paulo: Unicamp: Campinas, 2002, p.111 – 128.

GAZETA, Florianópolis, Ano XX, n. 4308, 01 jan. 1953, p. 1.

GAZETA, ano XXI n 4.800, Florianópolis, 12/10/1954, p.1.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*: São Paulo: Vértice, 1990.

HOLANDA, Sérgio B. *Visões do paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil*. 4 ed. São Paulo: Nacional, 1985.

<<http://www.guiafloripa.com.br>>. Acesso: em 30 set. 2004.

IBGE. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro, 1959, v. 32.

IPUF. *Guia Digital de Florianópolis*. Ed. 2001. CD-ROM.

JUNIOR, Edmundo José Bastos. *Edmundo José Bastos Júnior*: depoimento [2004]. Entrevistadora: S. Bitencourt. Florianópolis, 2004. Entrevista concedida para a elaboração da dissertação de Mestrado “Castelos de Areia – O turismo de litoral em Florianópolis (1930 – 1980)”. Universidade Federal de Santa Catarina.

JUNIOR, Walter do Nascimento. *Walter do Nascimento Junior*: depoimento [2004]. Entrevistadora: S. Bitencourt. Florianópolis, 2004. Entrevista concedida para a elaboração da dissertação de Mestrado “Castelos de Areia – O turismo de litoral em Florianópolis (1930 – 1980)”. Universidade Federal de Santa Catarina.

JUNKES, Lauro. *A canção das gaivotas: Contos selecionados / Virgílio Várzea*. Organização Lauro Junkes: Florianópolis: Lunardelli, 1985 p. 9-10.

LAGO, Mara. *Memória de uma comunidade que se transforma: de colônia agrícola pesqueira a balneário*. 1982. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - UFSC, Florianópolis, 1982.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4 ed. São Paulo: Unicamp, 1996.

LIMA, C.E.C. *Virgílio Várzea: Os olhos de paisagem do cineasta do Parnaso*: Fortaleza: Editora UFC, 2002.

LOHN, R. L. *Pontes para o futuro: relações de poder e cultura urbana. Florianópolis 1950-1970*. 2002. Tese (Doutorado) - UFRG, Porto Alegre, 2002, p. 295-443.

MANNHEIN, K. *Essays on the sociology of knowledge*. London: Routledge & Kegan Paul, p 33-83.

MARTINS, João. B. *Marolas Antropológicas: Identidades e mudanças na praia do Santinho*. 1995. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - UFSC, Florianópolis, 1995.

MENESES Avelino. de F. *Os Açores na encruzilhadas de setecentos (1740-1770) I - Poderes e Instituições*: Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1993.

MURARO, Valmir F. *História de Santa Catarina: para ler e contar*. Florianópolis: Cuca Fresca, 2003.

NABUCO, Joaquim. IN: ____ PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento políticos e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p.11.

NASCIMENTO, Ione dos Santos. *Ione dos Santos Nascimento: depoimento* [2004]. Entrevistadora: S. Bitencourt. Florianópolis, 2004. Entrevista concedida para a elaboração da dissertação de Mestrado “Castelos de Areia – O turismo de litoral em Florianópolis (1930 – 1980)”. Universidade Federal de Santa Catarina.

NEEDELL, J. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Cia da Letras, 1993, p. 19-73.

O ESTADO, Florianópolis, ano X, n. 1409, set. 1911, p. 2.

O ESTADO, Florianópolis, ano XX, n. 6402, fev. 1933.

O ESTADO, Florianópolis, ano 64, n. 19283, 10 jan. 1979, p. 12.

O ESTADO, Florianópolis, ano 64, n. 19290, 17 out. 1979, p. 16.

O ESTADO, Florianópolis, ano 65, n. 19630, 10 dez. 1980, p. 20.

O ESTADO, Florianópolis, ano 66, n. 19606, 14 jan. 1980.

PEDRO, Joana, M. *Mulheres honestas, mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.

PEREIRA, Julio. *Julio Pereira: depoimento* [2004]. Entrevistadora: S. Bitencourt. Florianópolis, 2004. Entrevista concedida para a elaboração da dissertação de Mestrado “Castelos de Areia – O turismo de litoral em Florianópolis (1930 – 1980)”. Universidade Federal de Santa Catarina.

PEREIRA, Nereu do Vale. *Florianópolis das 100 praias; fotos de Catarina Rüdiger e Carlito Ferreira*. Florianópolis: Mares do Sul, 1999.

PEREIRA, Olga. *Olga Pereira: depoimento* [2004]. Entrevistadora: S. Bitencourt. Florianópolis, 2004. Entrevista concedida para a elaboração da dissertação de Mestrado “Castelos de Areia – O turismo de litoral em Florianópolis (1930 – 1980)”. Universidade Federal de Santa Catarina.

PIAZZA, Walter F. *A epopéia acórico-madeirense 1748-1756*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1992.

PILETTI, Nelson. *História do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.

POYER, Viviani. *Penitenciária Estadual da Pedra Grande: estudo da instituição entre 1935-1945*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) - UFSC, Florianópolis, 2000.

Revista Veja: reportagem especial: *Saudade do Rio*. São Paulo: Editora Abril, n. 38, 20/04/2005, p 85-101.

SANTA CATARINA: *Revista de Propaganda do Estado e dos Municípios*. – n.1, 1939. – Edição Facsimilada/Governo do Estado. – Florianópolis: Governo do Estado, 2002.

SANTOS, Cristina S.U. *Planejamento turístico e seus reflexos no processo de urbanização das praias de Canasvieiras e Jurerê Internacional*. 1993. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UFSC, Florianópolis, 1993.

SERVENKO, Nicolau. *Orfeu estático na metrópole*. São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SCHMEIL, Lílian. *Alquila-se uma islã: turistas argentinos em Florianópolis*. 1994. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - UFSC, Florianópolis, 1994.

SILVA, Carlos Mateus da. *Carlos Mateus da Silva: depoimento* [2004]. Entrevistadora: S. Bitencourt. Florianópolis, 2004. Entrevista concedida para a elaboração da dissertação de Mestrado “Castelos de Areia – O turismo de litoral em Florianópolis (1930 – 1980)”. Universidade Federal de Santa Catarina.

SILVA Valdir. *Poder político e políticas públicas: inventário político do poder oligárquico em Santa Catarina – Uma história de dominação de classe*. 1996. Dissertação (Mestrado em Administração) – UFSC, Florianópolis, 1996.

SILVA, Valéria de C. *Estudo das condições de saneamento do balneário de Canasvieiras visando um gerenciamento ambiental*. 2000. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas) - UFSC, Florianópolis, 2000.

SOZA, Maria, de S. S. *Adequação de habitação de praia para o turista argentino em Florianópolis – Santa Catarina*. 1995. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - UFSC, Florianópolis, 1995.

SOUZA, Sara R S. *A presença portuguesa na arquitetura da Ilha de Santa Catarina: Séculos XVIII e XIX*. 1980. Dissertação (Mestrado em História) - UFSC, Florianópolis, 1980.

SUGAI, Maria Inês. *As intervenções viárias e as transformações dos espaços urbanos. A via de contorno norte-ilha*. 1994. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - USP, São Paulo, 1994.

TADEU, Maria dos Passos A. *Maria dos Passos A. Tadeu: depoimento* [2004]. Entrevistadora: S. Bitencourt. Florianópolis, 2004. Entrevista concedida para a elaboração da dissertação de Mestrado “Castelos de Areia – O turismo de litoral em Florianópolis (1930 – 1980)”. Universidade Federal de Santa Catarina.

TEIXERIA, Francisco M. P. DANTAS, José. *História do Brasil: da colônia à República*. São Paulo: Editora Moderna, 1979.

TERRA LIVRE, Florianópolis, Ano 1, n. 02, nov. 1919, p. 4.

TORNQUIST, Carmen. S. *A mão e a luva: processo de medicalização do parto e corpo feminino em Florianópolis*. IN: _____ Morga, Antonio (Org.) *História das mulheres de Santa Catarina*. Florianópolis/Chapecó: Letras Contemporâneas/ Argos, 2001.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

VÁRZEA, Virgílio. *Santa Catarina – A Ilha*. Florianópolis: IOESC, 1994.

VEIGA, Eliane. *Transporte coletivo em Florianópolis: origens e destinos de uma cidade à beira mar*. Florianópolis: Insular, 2004, p. 60-85.

VIEIRA, Maria Salomé. *Maria Salomé Vieira: depoimento* [2004]. Entrevistadora: S. Bitencourt. Florianópolis, 2004. Entrevista concedida para a elaboração da dissertação de Mestrado “Castelos de Areia – O turismo de litoral em Florianópolis (1930 – 1980)”. Universidade Federal de Santa Catarina.

VENTURA, Zuenir. *Cidade partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ZANELA, Cláudia, C. *Atrás da porta: o discurso sobre o turismo na Ilha de Santa Catarina (1983-1998)*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) - UFSC, Florianópolis, 1999.

ANEXOS

Anexo A - Projeto de Lei Municipal que Regulamentou o Loteamento em 1956

Anexo B - Projeto de Loteamento de Autoria da Iniciativa Privada

Anexo C – Projeto de Loteamento de Autoria da Iniciativa Pública